

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Gabriela de Faria Pinho

CENTRALIDADE PARA ALÉM DO CAPITAL?

Uma discussão acerca dos conceitos de território e identidade em Venda Nova,
Belo Horizonte.

Belo Horizonte
2021

Gabriela de Faria Pinho

CENTRALIDADE PARA ALÉM DO CAPITAL?

Uma discussão acerca dos conceitos de território e identidade em Venda Nova,
Belo Horizonte.

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Orientador: Prof.^ª Dr.^ª Jupira Gomes de Mendonça

Belo Horizonte

20

FICHA CATALOGRÁFICA

P654c

Pinho, Gabriela de Faria.

Centralidade para além do capital? [manuscrito] : uma discussão acerca dos conceitos de território e identidade em Venda Nova / Gabriela de Faria Pinho. - 2021.

119 f. : il.

Orientadora: Jupira Gomes de Mendonça.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano - Teses. 2. Venda Nova (Belo Horizonte, MG) - Teses. 3. Identidade - Teses. 4. Territorialidade humana - Teses. I. Medonça, Jupira Gomes de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.40981511

Ficha catalográfica: Gustavo Las Casas Provetti Gomes CRB-6/3417.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

CENTRALIDADE PARA ALÉM DO CAPITAL? Uma discussão acerca dos conceitos de território e identidade em Venda Nova, Belo Horizonte

GABRIELA DE FARIA PINHO

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 25 de janeiro de 2021, pela Comissão constituída pelos membros:


Profa. Dra. Júpia Gomes de Mendonça - Orientadora
EA-UFMG


Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso
EA-UFMG


Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa
IGC-UFMG

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Rúbio e Maria Tereza e à minha irmã Flávia, por todo apoio sincero, de longa data e incondicional, tão necessário e reconhecido.

Ao Lucas, por ser companheiro de início ao fim e pelo alento durante esta jornada compartilhada.

A minha orientadora Jupira, por todo conhecimento compartilhado, pela paciência, atenção e serenidade despendidas por todo o percurso.

A professora Rita Velloso, por abrir as portas do pensamento urbano.

A professora Júnia Ferrari, pela disponibilidade e ensinamentos em sala de aula.

Aos professores e colegas do *Institute of Housing and Urban Development Studies* da *Erasmus University Rotterdam*, pelas importantes contribuições amadurecidas.

Aos amigos e colegas, pelas discussões, apoio e incentivo, mesmo em tempos de ausência.

A Clarice Flores, Henrique Willer e Ricardo Soares, pelas narrativas preciosas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, pela oportunidade, pela infraestrutura e pelo corpo docente.

RESUMO

Nesta dissertação, o olhar para o urbano se constrói a partir de uma perspectiva lefebvreana do território como obra e produto, e, se a metrópole é ponto de partida, a centralidade urbana é o objeto em que se pretende aprofundar. A partir de um estudo de caso de abordagem descritiva e qualitativa acerca do território de Venda Nova, tratando ora da centralidade, ora da região como um todo, entende-se que a alternância entre escalas se dá pela impossibilidade de discutir a centralidade desvinculada de sua própria periferia. Assim, tendo como pressuposto a existência de centralidades tanto como território funcional, pautado pelo modo de produção do capital, pelo valor de troca e pela troca, existindo como produto, quanto como território simbólico, marcado pela apropriação, pelo valor de uso e pelo uso, resistindo como obra, buscou-se responder à seguinte pergunta: Há, na centralidade de Venda Nova, manifestações e apropriações que se expandem para além do valor de troca, ou seja, para além do capital, em direção ao valor de uso? Tem-se como hipótese que a centralidade de Venda Nova seria protagonista na construção de um território simbólico, conformado para além do capital, através de apropriações pautadas pelo valor de uso por meio da construção de uma identidade territorial. No entanto, essa hipótese não se confirmou. A investigação demonstrou que a centralidade perdeu seu papel na construção de um território simbólico. Ao mesmo tempo, esse território é construído em outros espaços e de outras formas para além da centralidade, mais especificamente na sua periferia e através da existência de identidades territoriais múltiplas construídas por meio de movimentos urbanos. Nesse sentido, a discussão se expande pela noção de territorialização e construção de identidades territoriais conceituadas por Haesbaert e Castells, com o objetivo de investigar mais detidamente a centralidade vendanovense e compreender a sua atual conformação, os processos que nela ocorrem, que tipo de centralidade geram e o rebatimento desses em sua periferia.

Palavras-chave: Centralidade; Venda Nova; identidade; território.

ABSTRACT

In this dissertation, the look at the urban is constructed from a lefebvrian perspective of the territory as work and product, and, if the metropolis is a starting point, the urban centrality is the object intended to deepen. From a case study of a descriptive and qualitative approach concerning the territory of Venda Nova, dealing at times with the centrality, and at other times with the region as a whole, it is understood that the alternation between scales is due to the impossibility of discussing the centrality unrelated to its periphery. Thus, assuming the existence of centralities both as a functional territory, guided by the capitalism production mode, by exchange value and exchange, existing as a product, and as symbolic territory, guided by appropriation, use value and use, resisting as work, we tried to answer the following question: Are there, in the centrality of Venda Nova, manifestations and appropriations that expand beyond exchange value, that is, beyond capital, towards use value? It is hypothesized that the centrality of Venda Nova would be a protagonist in the construction of a symbolic territory, shaped beyond capital, through appropriations based on use value through the construction of a territorial identity. However, this hypothesis has not been confirmed. The investigation showed that the centrality lost its role in the construction of symbolic territory. At the same time, this symbolic territory is built in other spaces and in other ways outside the centrality, more specifically, on its periphery and through the existence of multiple territorial identities built through urban movements. In this sense, the discussion expands on the notion of territorialization and the construction of territorial identities conceptualized by Haesbaert and Castells, with the objective of deepening the investigation of Venda Nova's centrality, understanding its current conformation, the processes that occur in it, what type of centrality they generate and their influence on its periphery.

Keywords: Centrality; Venda Nova; identity; territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Região Metropolitana de Belo Horizonte	9
Figura 2 — Contextualização de Venda Nova na RMBH: regional, bairro e centralidade.	9
Figura 3 — Estrada velha de Venda Nova, 1946	9
Figura 4 — Foto aérea da paróquia de Santo Antônio de Venda Nova na década de 1940	9
Figura 5 — Mapa da regional Venda Nova e seu entorno	9
Figura 6 — Avenida Vilarinho e Rua Padre Pedro Pinto na regional Venda Nova	9
Figura 7 — Principais equipamentos da regional.....	9
Figura 8 — IQVU por Unidade de Planejamento, 2016 NS	9
Figura 9 — Gráfico da média do indicador por regional	9
Figura 10 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Abastecimento	9
Figura 11 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Cultura.....	9
Figura 12 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Educação	9
Figura 13 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Esportes.....	9
Figura 14 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Habitação	9
Figura 15 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Infraestrutura Urbana	9
Figura 16 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Meio Ambiente	9
Figura 17 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Saúde.....	9
Figura 18 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Serviços Urbanos.....	9
Figura 19 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Segurança Urbana	9
Figura 20 — Delimitação da centralidade Venda Nova no contexto da regional Venda Nova .	9
Figura 21 — Estrutura territorial da metrópole versus proposta de reestruturação territorial do PDDI-RMBH.....	9
Figura 22 — Teorias da localização	9
Figura 23 — Modelos de organização espacial da Escola de Chicago	9
Figura 24 — Modelo de organização das cidades latino-americanas proposto por Correa.....	9
Figura 25 — Estruturas espaciais de metrópoles brasileiras propostas por Villaça	9
Figura 26 — Primeira Igreja Matriz construída em Venda Nova em 1809	9
Figura 27 — Cine Teatro São Pedro, na Rua Direita.....	9
Figura 28 — Corporação Musical de Santo Antônio em 1954	9

Figura 29 — Quadrilha da festa de Santo Antônio	9
Figura 30 — Rua Padre Pedro Pinto, no centro de Venda Nova.....	9
Figura 31 — Terreno da Paróquia de Santo Antônio de Venda Nova, onde a quarta versão da Igreja Matriz foi demolida e onde a nova será construída.....	9
Figura 32 — Casarão da Rua Boa Vista, sede do Centro de Referência da Memória de Venda Nova.....	9
Figura 33 — "Tipos ideais" na caracterização do território segundo Haesbaert.....	9
Figura 34 — Edições do projeto ConverSai, organizado pelo Coletivo Brain Sai	9
Figura 35 — Córrego do Capão na região de Venda Nova.....	9
Figura 36 — Evento "Abraço ao Capão" promovido pelo Núcleo do Capão (2014).....	9
Figura 37 — Espetáculo "A sombra da Goiabeira", grupo Teatro Negro e Atitude na "Mostra Puxadinho" (2019).....	9
Figura 38 — "Mostra Puxadinho".....	9
Figura 39 — Áreas de atuação do Coletivo BrainSai, do Coletivo Orla e do TNA, de acordo com os bairros	9

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 VENDA NOVA: CONTEXTO, COMUNIDADE E TERRITÓRIO	20
2.1 Na rota dos tropeiros	21
2.2 Estrutura urbana e dinâmica socioespacial da regional	25
2.3 Estrutura urbana e dinâmica socioespacial da centralidade	39
2.3.1 Venda Nova no plano metropolitano da RMBH	41
2.4 Cosmoprovíncia e identidade	45
3 AMPLIANDO A CENTRALIDADE	48
3.1 Teorias e aproximações	48
3.2 Valor de uso e valor de troca nas centralidades	53
3.3 Valor de uso e valor de troca na centralidade vendanovense	56
4 IDENTIDADE E TERRITÓRIO	73
4.1 Territorialização e mobilização na construção de identidades	73
4.2 Identidade territorial em Venda Nova: da centralidade para a periferia	82
4.3 Movimentos urbanos e a construção da identidade vendanovense	91
4.3.1 Juventude periférica negra e a cultura <i>hip hop</i>	92
4.3.2 Ribeirinhos urbanos	96
4.3.3 Arte e cultura e a militância negra na periferia	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
APÊNDICE I	117
APÊNDICE II	118

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto a centralidade urbana, mais especificamente a centralidade periférica, aqui tratada como aquela que se conforma na periferia metropolitana. Neste estudo, o olhar para a centralidade se constrói a partir do território enquanto obra e produto sob uma perspectiva lefebvreaana, e, se a metrópole é ponto de partida, a centralidade é o objeto em que se pretende aprofundar. A partir de um olhar focado em Venda Nova, tratando ora da centralidade, ora da regional, essa ampliação se estabelece entendendo que a alternância entre escalas se dá pela impossibilidade de discutir a centralidade desvinculada de sua própria periferia. No mesmo sentido, a discussão se expande pela noção de territorialização e construção de identidades territoriais, tanto na centralidade quanto na periferia, conceituadas por Haesbaert (1997; 2004; 2007) e Castells (1999).

A aproximação do objeto se deu a partir de uma investigação acerca do processo de metropolização e estruturação do território metropolitano da capital mineira. No contexto de uma industrialização tardia, a urbanização brasileira no início do século XX esteve diretamente ligada também aos processos de mecanização do campo e de concentração fundiária, provocando a substituição de um modelo agrário-exportador por um modelo de desenvolvimento urbano-industrial (BOTEGA, 2007). Para Santos (1993), o processo de urbanização teve como adjacência a concentração de grande parte da população em grandes centros e aglomerados urbanos. Esse fenômeno, denominado metropolização, foi determinado pelo aumento considerável de grandes e médias cidades¹.

No início dos anos 1970, no contexto do período militar e sob um modelo de gestão e planejamento centralizado e vertical, as primeiras regiões metropolitanas brasileiras² foram instituídas através da Lei Complementar nº 14/1973, em decorrência do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, buscando a eficiência da produção através de economias de aglomeração, isto é, redução de custos de transporte, tempo de deslocamento, garantia de abastecimento e prestação de serviços essenciais (COMPANS, 2015).

¹ Segundo Santos (1993), em 1940 havia apenas dois núcleos com mais de 500.000 habitantes (São Paulo e Rio de Janeiro). Em 1980, o número de cidades com mais de meio milhão de habitantes chega a catorze. Em termos de cidades milionárias, em 1960 essas eram duas (também São Paulo e Rio de Janeiro), e, em 1991, esse número chega a doze.

² Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Embora sua instituição tenha ocorrido apenas em 1973, o processo de formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte data das décadas de 1940 e 1950. A partir de sua metropolização, o território se viu em um rápido processo de transformação, tanto em extensão, quanto em conteúdo e características socioeconômicas. De acordo com o Relatório Final do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte — PDDI-RMBH (UFMG, 2011), sua expansão inicial se deu de forma direcionada aos municípios industriais a oeste e sudoeste, seguida de uma expansão aos municípios residenciais populares a norte e noroeste nas décadas de 1970 e 1980. Em 1990 ocorre uma significativa expansão em direção ao vetor sul, marcada por novas centralidades de serviços, expansão de áreas residenciais de alta renda e crescimento de atividades minerárias. Atualmente, o Vetor Norte tem sua expansão induzida por investimentos do Governo do Estado em conjunto com o setor privado. Concomitantemente, ocorre o processo de expansão para o Colar Metropolitano e para polos microrregionais do entorno (UFMG, 2011).

O esforço de industrialização da economia mineira no final dos anos 1960 favorece o adensamento e a diversificação expressivos das atividades industriais do complexo minerometalúrgico. Como consequência, parte significativa dos municípios do entorno de Belo Horizonte se industrializou, direcionando à capital mineira oferta de serviços e produtos modernos. No entanto, a partir da segunda metade de 1980 ocorre uma importante redução no crescimento e diversificação da RMBH. A descentralização da Região Metropolitana de São Paulo nos anos 1970 e 1980 possibilitou o surgimento de novas opções locais importantes no território brasileiro, e, para além da RMBH, outras regiões se viram inseridas nessa nova rede policêntrica e na disputa por investimentos nacionais e estrangeiros. (UFMG, 2011)

De acordo com a pesquisa “Estimativas de população dos municípios” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a Região Metropolitana de Belo Horizonte conta com 5,9 milhões de habitantes, ficando abaixo, em termos populacionais, apenas das regiões metropolitanas de São Paulo (21,6 milhões de habitantes) e Rio de Janeiro (12,7 milhões de habitantes). Atualmente, a RMBH é composta por 34 municípios³ e congrega ainda

³ Municípios da RMBH: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mario Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

mais 16 municípios do Colar Metropolitano⁴, configurando-se como centro econômico, político, cultural e demográfico de Minas Gerais. A cidade de Belo Horizonte — núcleo formal da metrópole — é sozinha responsável por abrigar mais de 40% da população do território metropolitano, seguida de Contagem e Betim, que abrigam, respectivamente, cerca de 11% e 7% da população da RMBH⁵ (IBGE, 2018). Em termos econômicos, Belo Horizonte é responsável por mais de 50% do PIB total da região metropolitana, já Contagem e Betim juntas representam pouco mais de 30% do PIB da RMBH⁶. Isso quer dizer que cerca de 80% do PIB total da Região Metropolitana de Belo Horizonte se concentra nos seus três municípios mais populosos, o que indica um excessivo grau de concentração de atividades econômicas em apenas parte do território (TONUCCI FILHO, 2013).

Isso posto, verifica-se que a RMBH se estabelece por um arranjo socioeconômico, político e territorial significativamente desigual, estruturado por um sistema de organização espacial monocêntrico, disperso e fragmentado. Essa fragmentação estabelece uma distribuição polarizada e desigual de oportunidades de desenvolvimento na metrópole, processo esse que pode ser consubstanciado no acúmulo ou na escassez de acesso a serviços, infraestrutura, amenidades, empregos etc. Essa configuração determina tanto os processos de saturação do núcleo formal e da rede viária, quanto a insuficiência desses nos territórios às margens do núcleo metropolitano.

[...] a atual distribuição das atividades econômicas na RMBH, bem como a configuração do sistema viário existente, promove o aparecimento de áreas de influências muito desiguais. Observa-se que a grande maioria dos núcleos urbanos sofre forte influência de seus vizinhos mais fortes. Muitos deles, mesmo que distantes, sofrem forte interferência de Belo Horizonte, o que comprova que a configuração da malha rodoviária da RMBH, radial com eixos centrífugos que saem de Belo Horizonte, reforça a influência da capital sobre toda a região. (UFMG, 2011, p. 180).

⁴ Barão de Cocais, Belo Vale, Bom Jesus do Amparo, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaúna, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José da Varginha, Sete Lagoas.

⁵ De acordo com a pesquisa “Estimativas de População dos municípios” do IBGE, a população de Belo Horizonte é de 2.501.157 habitantes, a de Contagem, 659.070 habitantes, e a de Betim, 432.575 habitantes.

⁶ Produto Interno Bruto a preços correntes em 2013, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

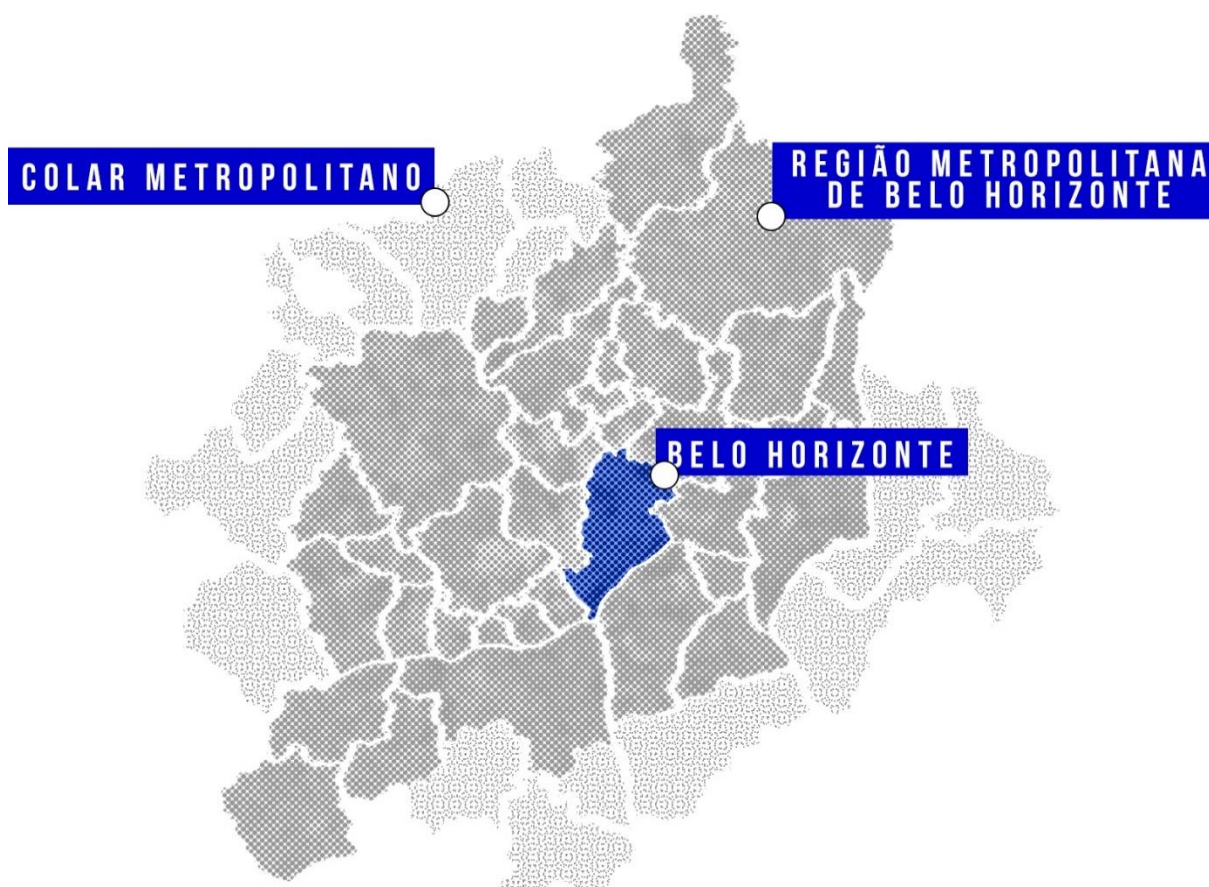


Figura 1 — Região Metropolitana de Belo Horizonte

Fonte: elaborado pela autora a partir de base de dados da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Foi mapeada pelo Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) uma série de tendências gerais da dinâmica territorial metropolitana em curso, tais como o recrudescimento das desigualdades socioespaciais e do modelo centro-periferia, perda de mobilidade urbana, vacância fundiária nas periferias e vacância domiciliar em áreas centrais, dispersão de loteamentos residenciais de alta renda, adensamento e verticalização excessivos em áreas de maior valorização fundiária, agravamento dos conflitos entre usos do solo, manutenção da excessiva concentração da oferta de serviços no núcleo central, expansão da exploração minerária e manutenção dos investimentos privados no municípios já dotados de infraestrutura (UFMG, 2011). Nesse sentido, o entendimento da configuração territorial como causa e consequência de processos socioeconômicos é essencial, assim como esforços na direção do desenvolvimento de um plano metropolitano capaz de atuar nas funções de interesse comum, na desfragmentação territorial de forma interescalar, extrapolando os limites políticos-

administrativos municipais e reafirmando a importância do olhar para a escala metropolitana na produção do espaço cotidiano. Dessa forma, considerou-se fundamental uma reestruturação territorial capaz de favorecer a melhor distribuição de oportunidades de desenvolvimento, assumindo como situação desejada uma metrópole policêntrica e compacta, estruturada em um sistema viário organizado em rede em oposição à situação atual: uma metrópole monocêntrica e estendida, circunscrita em um sistema viário radial concêntrico.

Isso posto, nota-se que a abordagem do Plano Metropolitano (PDDI-RMBH) evidencia o potencial da centralidade urbana no desenvolvimento de uma metrópole menos fragmentada e desigual. A partir desse momento, há o reconhecimento da centralidade como ponto fundamental para se pensar a metrópole.

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na *centralidade*. Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça. Não importa qual ponto possa tornar-se central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo. Amontoamento de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano. (LEFEBVRE, 2002, p. 110).

À luz das noções de metrópole e centralidade aqui expostas, em 2015 iniciei a investigação acerca de centralidades periféricas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, por meio de estudos de caso, com o intuito de investigar suas potências e peculiaridades no desenvolvimento local, tendo a escala metropolitana como pano de fundo. A primeira investigação foi realizada através da pesquisa que se materializou na produção do meu Trabalho Final de Graduação: “Centralidades periféricas: Barreiro e suas potencialidades”. O objeto de estudo foi a região administrativa e centralidade do Barreiro, muito similar a Venda Nova em termos de histórico de urbanização e configuração territorial e socioeconômica. Ambas as regiões se conformam por uma autonomia significativa em relação ao centro formal da metrópole, que se territorializa em importantes centralidades nessas regiões, definidas no Plano Metropolitano (PDDI-RMBH) como subcentralidades metropolitanas.

Nesse sentido, a escolha da centralidade de Venda Nova e sua periferia como objeto de estudo do presente trabalho se deu pela intenção de aprofundar a temática das centralidades periféricas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com enfoque na investigação dos

processos de territorialização e construção de identidades territoriais, tencionando o estudo da escala local a partir da centralidade — e sua periferia — e tendo como ponto de partida uma perspectiva metropolitana.

Sob esse prisma, a questão geradora da pesquisa se baseia no entendimento da centralidade tanto como território funcional, pautado pelo modo de produção do capital, pelo valor de troca e pela troca, existindo como produto, quanto como território simbólico, marcado pela apropriação, pelo valor de uso e pelo uso, resistindo como obra. Assim, a pergunta a que se pretende responder é: há, na centralidade de Venda Nova, manifestações e apropriações que se expandem para além do valor de troca, ou seja, para além do capital, em direção ao valor de uso?

Com suporte na questão geradora, em dados coletados e guiada pelos relatos orais obtidos através de entrevistas, observa-se que há um sentido de identidade territorial em Venda Nova. Nessa linha, a investigação se expande para a seguinte pergunta: em que medida é possível entender a centralidade de Venda Nova como protagonista no fomento e construção de uma identidade territorial vendanovense marcada pelo valor de uso na construção de um território simbólico?

A partir dessas questões, a hipótese que se pretendeu investigar foi a de que a centralidade de Venda Nova — território carregado de símbolos e signos, conformada tanto através de processos de apropriação, quanto daqueles de dominação — seria protagonista na construção de um território simbólico, conformado para além do capital, mediante apropriações pautadas pelo valor de uso por meio da construção de uma identidade territorial. No entanto, a hipótese inicial não se confirmou. A investigação demonstrou que, na centralidade, não se observa um território simbólico, o qual é construído em outros espaços e de outras formas para além da centralidade — mais especificamente, na sua periferia — e através da existência de identidades territoriais múltiplas criadas por meio de movimentos urbanos.

Dessa maneira, o presente trabalho teve como objetivo investigar mais detidamente a centralidade de Venda Nova para compreender sua atual conformação, os processos que nela ocorrem, que tipo de centralidade geram e o rebatimento desses na sua periferia. Sob essa perspectiva, o escrutínio sobre a centralidade de Venda Nova, assim como eventuais investigações de outras centralidades apontadas no Plano Metropolitano, pretende contribuir

com a proposta de criação e/ou fortalecimento de centralidades urbanas em rede, contemplada na Proposta de Reestruturação Territorial Metropolitana do PDDI, uma vez que amplia o objeto tratado, expondo suas forças, fraquezas e potencialidades.

Para alcançar os objetivos propostos e averiguar a hipótese aqui colocada, a pesquisa se guiou pelo método de estudo de caso simples a partir de uma abordagem descritiva e qualitativa. Foi realizada uma investigação da conformação histórica e atual da centralidade e sua periferia por meio de análise de conteúdo através de relatos orais publicados em livros e artigos, visitas em campo, dados obtidos a partir do IQVU⁷, demográficos, viários e econômicos, bem como dados da infraestrutura urbana existente. Além disso, foram utilizadas informações constantes no Plano Diretor Regional de Venda Nova (PDR Venda Nova) e no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), além daquelas obtidas através da disciplina “Planejamento Urbano”⁸.

Contudo, uma parte significativa para a análise de conteúdo de dados e especialmente de narrativas foi obtida nas entrevistas realizadas com moradores e lideranças locais. Ao todo, foram feitas vinte e duas entrevistas semiestruturadas através do método de amostragem nomeado como “Bola de neve”, que se determina como uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência. Devido ao advento da pandemia do COVID-19⁹, a maior parte das entrevistas se deu por videoconferências. Apesar de utilizar método pautado por uma cadeia de referências, foi possível identificar uma diversidade significativa entre os entrevistados, listados no Apêndice I. O roteiro das entrevistas, disponível no Apêndice II, pretendeu suscitar narrativas referentes à relação dos moradores com o território da centralidade, sua identificação com a área, se há um sentido de pertença e/ou de comunidade,

⁷ O Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) foi construído por iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte e é composto por diversas variáveis — abastecimento, cultura, educação, esporte, habitação, infraestrutura, meio ambiente, saúde, serviços e segurança — que buscam qualificar e quantificar a disponibilidade de bens e serviços públicos e privados na cidade. Seu cálculo permite a delimitação de áreas prioritárias para os investimentos públicos e privados entre as regiões do município. O índice varia entre 0 e 1, sendo 1 o valor ideal, isto é, de pleno acesso aos bens e serviços públicos e privados.

⁸ Disciplina ministrada pela Professora Júnia Ferrari e ofertada na graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG), a qual eu acompanhei por meio da disciplina de Estágio Docência do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

⁹ Pandemia atualmente em curso do COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2) que provocou medidas de distanciamento social e isolamento em vários centros urbanos do Brasil e do mundo.

se há engajamento com o território através de algum grupo ou movimento e se há a percepção de uma identidade territorial relativa à centralidade ou a Venda Nova como um todo.

Além disso, com as limitações ocasionadas pela pandemia, foram disponibilizados diversos conteúdos on-line nas redes sociais, tais como *lives*¹⁰ e entrevistas, que possibilitaram a investigação, coleta e análise de dados acerca da atuação de grupos e movimentos territorializados em Venda Nova, tratados no capítulo “Identidade e território”.

Com o intuito de responder às questões apresentadas, o presente trabalho foi estruturado em três capítulos. O capítulo 1 contextualiza o objeto de estudo, tratando tanto da centralidade de Venda Nova, quanto da Região Administrativa. Apresenta-se um panorama histórico do processo de urbanização, da rota dos tropeiros até a atualidade, assim como uma contextualização da estrutura urbana e dinâmica socioespacial em ambas as escalas. O capítulo se encerra com a questão geradora: há, na centralidade de Venda Nova, manifestações e apropriações que se expandem para além do valor de troca, ou seja, para além do capital, em direção ao valor de uso?

Para responder à questão proposta no primeiro capítulo, o capítulo 2 discorre acerca de teorias e aproximações sobre a centralidade urbana. Partindo da perspectiva da centralidade como estruturação urbana e debruçando-se sobre as noções da centralidade lefebvreaana, procura-se discutir o valor de uso e o valor de troca nesses espaços, entendendo as centralidades tanto como territórios do consumo, quanto da práxis social. A aproximação com a centralidade de Venda Nova é feita a partir das noções discutidas. O capítulo se encerra concluindo que a centralidade vendanovense, embora carregada de signos e símbolos, e apesar de abrigar fragmentos de apropriações e manifestações não dirigidas pelo consumo, hoje já não se expande de forma significativa para além do valor de troca em direção a um território simbólico capaz de construir uma identidade territorial marcada pelo valor de uso. Assim, surge a hipótese de que a identidade territorial e o senso de pertença resistem — e, ao mesmo tempo, são construídos — de outras formas e em outros territórios para além da centralidade.

O capítulo 3 percorre os conceitos de territorialização e identidades territoriais de Haesbaert (1997; 2004; 2007) e Castells (1999), respectivamente. Tratando as noções de território funcional e simbólico, bem como a de identidades de resistência construídas por meio

¹⁰ Transmissões em vídeo ao vivo por meio de redes sociais.

de movimentos urbanos, aproxima-se da investigação do território vendanovense, entendendo que há um deslocamento da construção de identidades territoriais da centralidade para a sua periferia. Sob essa perspectiva, são apresentados três casos ilustrativos de movimentos urbanos que se determinam por territorializarem o espaço cotidiano da região de Venda Nova mediante a construção de identidades territoriais pautadas no território vendanovense.

2 VENDA NOVA: CONTEXTO, COMUNIDADE E TERRITÓRIO

Venda Nova se conforma, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, como regional administrativa, bairro e centralidade metropolitana. Aqui trataremos ora da centralidade, ora da regional, entendendo que essa alternância entre escalas se dá pela impossibilidade de discutir a centralidade desvinculada de sua própria periferia.

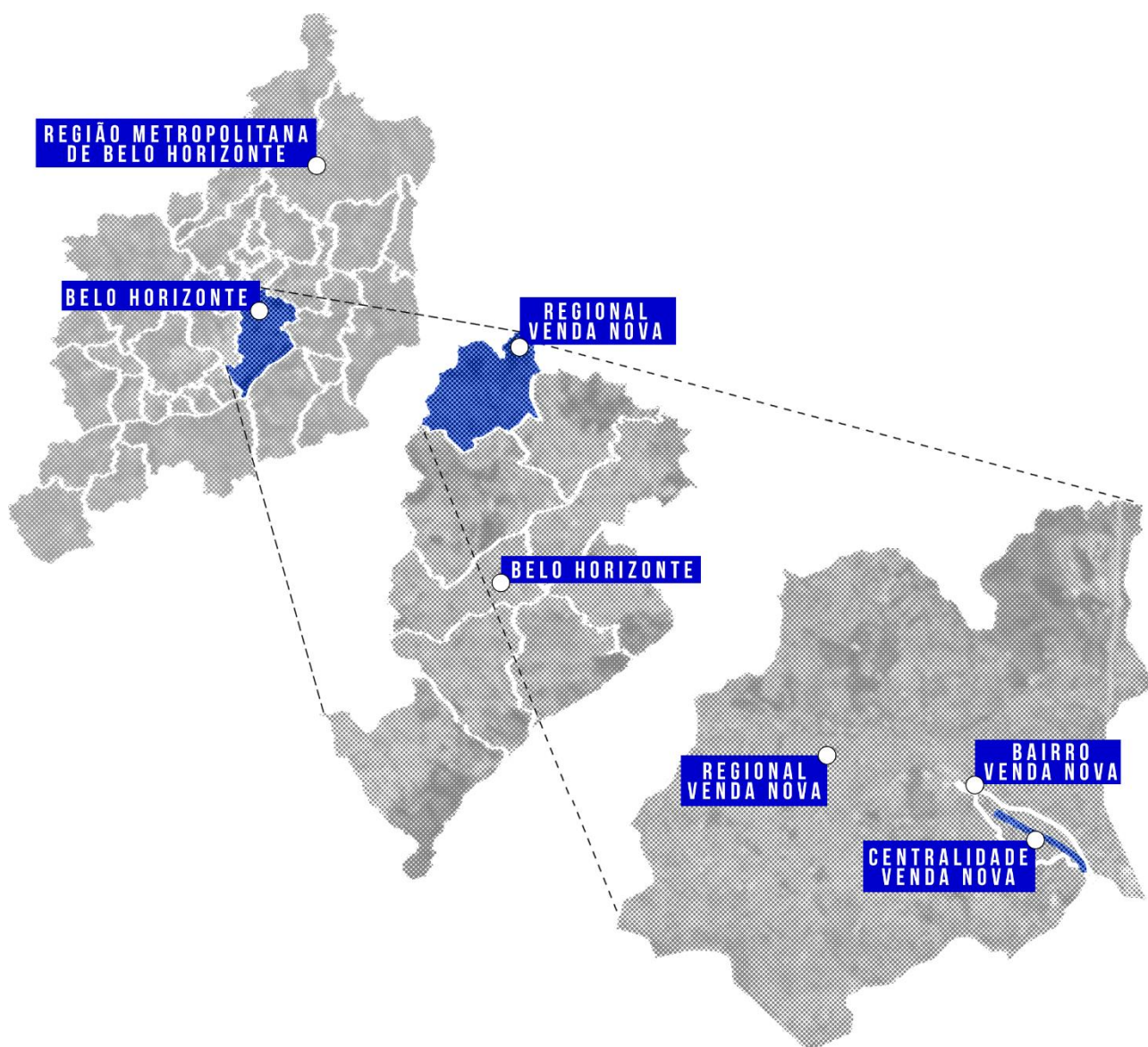


Figura 2 — Contextualização de Venda Nova na RMBH: regional, bairro e centralidade.

Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e da Prefeitura de Belo Horizonte.

2.1. Na rota dos tropeiros

A atual dinâmica territorial da regional Venda Nova se construiu ancorada pela sua autonomia em relação ao centro formal da metrópole¹¹, já que, antes mesmo da conformação da capital mineira, Venda Nova já se estabelecia como território em consolidação a partir do núcleo onde hoje se situa a sua principal centralidade. Guiada por registros — em sua maior parte — orais, sabe-se que a sua formação é marcada por estar inserida na rota de tropeiros advindos da Bahia em direção ao Curral Del Rey nos séculos XVIII e XIX. Registros de solicitações para instalação de vendas na região corroboram com a trama de relatos orais que tece a história da região.

Venda Nova ficava no entremeio ao trajeto dos tropeiros que desciam da Bahia e passavam pelo Curral Del Rey [...] esse curral era mais estruturado e Venda Nova ficava justamente nessa rota de acesso a esse curral. Por ser uma rota de acesso e ter muitos tropeiros que passavam por aqui, foi se criando vendas, foi criando comércios locais. [...] o nome é bem conhecido, muita gente já sabe dessa história. Existia uma venda que era uma antiga venda de secos e molhados, ela vendia tanto farináceos quanto bebidas e ficava bem rente ao córrego que a gente hoje chama de Córrego do Nado. Ali nessa região surgiu uma venda muito grande e, como era uma nova venda, o local ficou conhecido por Venda Nova. A paróquia depois adotou esse nome, ela era chamada de Paróquia Santo Antônio e virou paróquia de Santo Antônio de Venda Nova, por isso que hoje a matriz chamada Matriz da Igreja Santo Antônio de Venda Nova está no centro do bairro Venda Nova. (Informação verbal).¹²

Segundo Silva (2000, p.9), o registro mais antigo de que se tem notícia é uma carta endereçada à rainha de Portugal, datada de 1787, através da qual é solicitada autorização para a construção de uma capela, já que os moradores do Arraial de Venda Nova, então pertencente à freguesia de Curral Del Rey e ligada administrativamente à comarca de Sabará¹³ “padeciam da falta de pasto espiritual”. Assim, o povoado começa a crescer, oferecendo aos tropeiros um ponto de pouso marcado por pequenas vendas de secos e molhados, e uma paróquia dedicada a Santo Antônio (LIMA, 1996).

¹¹ O centro do município de Belo Horizonte.

¹² ARAÚJO, William. **Entrevista IX**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (1h07min.).

¹³ Uma das primeiras regiões ocupadas na Capitania de Minas Gerais, na época constituída por 5 Comarcas, possuindo uma complexa classificação administrativa que incluía como divisão civil vilas e distritos (também chamados de freguesias ou arraiais), e paróquias e freguesias como divisões eclesiásticas. (DINIZ, 2015).

Segundo herança oral, próximo à ponte da antiga Rua Direita (atual Rua Padre Pedro Pinto), que passava sobre o córrego Borges (coberto pela atual Rua Dr. Álvaro Camargos), surgiu uma nova venda que tinha de tudo — querosene, temperos, couro, arroz, toucinho etc. A freguesia de tropas foi responsável por popularizar a região e a capela com o título de venda nova. (ARAÚJO et al., 2019).



Figura 3 — Estrada velha de Venda Nova, 1946

Fonte: SILVA, 2000.

Com um crescimento significativo, em meados do século XIX, Venda Nova é elevada à categoria de freguesia e se mantém administrativamente ligada a Sabará como território de Santa Luzia. A região permanece administrativamente subordinada, em diferentes momentos, a Sabará, ao Curral Del Rey¹⁴, a Santa Luzia e a Campanhã¹⁵, porém, segundo Paiva (1992 *apud* DINIZ, 2015), não há informações precisas quanto às alterações na estrutura administrativa da

¹⁴ Arraial sobre o qual foi construída a nova capital do estado, em fins do século XIX.

¹⁵ Atual Justinópolis, distrito de Ribeirão das Neves.

região, já complexificada pela sobreposição de limites eclesiásticos, administrativos e judiciários, o que dificulta a sua reconstituição político-administrativa de forma precisa.

De acordo com Diniz (2015), após se conformar como distrito de Venda Nova pertencente à comarca da Vila de Sabará no período de 1857 a 1864, e distrito da comarca de Santa Luzia de 1864 a 1924, Venda Nova se une à comarca de Belo Horizonte entre 1925 e 1939, quando, segundo Lisboa (1996), é desligada da capital mineira por questões políticas e reanexada a Santa Luzia. Apenas em 1948 Venda Nova é anexada definitivamente à capital, sob o intento — por parte de lideranças locais — de se alcançar um desenvolvimento mais acelerado para a região e — por parte da capital — pelo interesse de se anexarem áreas de suporte ao crescimento do município, ilustrado pelo projeto das Cidades Satélites proposto pelo então prefeito Otacílio Negrão de Lima em 1948:

Belo Horizonte não tem possibilidades de oferecer os serviços de infraestrutura demandados pela população crescente. Esta é a razão principal porque entendemos ser necessário criar as cidades satélites ao redor da cidade. O Barreiro está destinado a ser cidade satélite agrícola. A cidade industrial a meio caminho do Barreiro e de Belo Horizonte será o centro fabril; temos como cidade de turismo e diversão a Pampulha. Venda Nova constituirá um belo centro residencial, uma verdadeira cidade popular.¹⁶ (PLAMBEL, 1979, p. 262).

A partir desse momento, a região de Venda Nova começa a ser ocupada de maneira acelerada por um perfil populacional já cunhado em sua origem como cidade satélite: uma população de baixa renda destinada a tornar moradia a chamada “cidade popular”. Com a ocupação do território por uma grande massa de população operária que se deslocava diariamente ao centro, a região assume o papel de cidade dormitório, avocando cada vez mais aqueles que, atraídos por preços baixos dos terrenos, não teriam condições de arcar com a moradia nos limites da zona urbana da capital planejada.

¹⁶ Relatório do Prefeito Otacílio Negrão de Lima enviado à Câmara Municipal em 1948.

A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infraestrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno que funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria-prima para a sua construção. (OLIVEIRA, 2004, pp. 34–35).

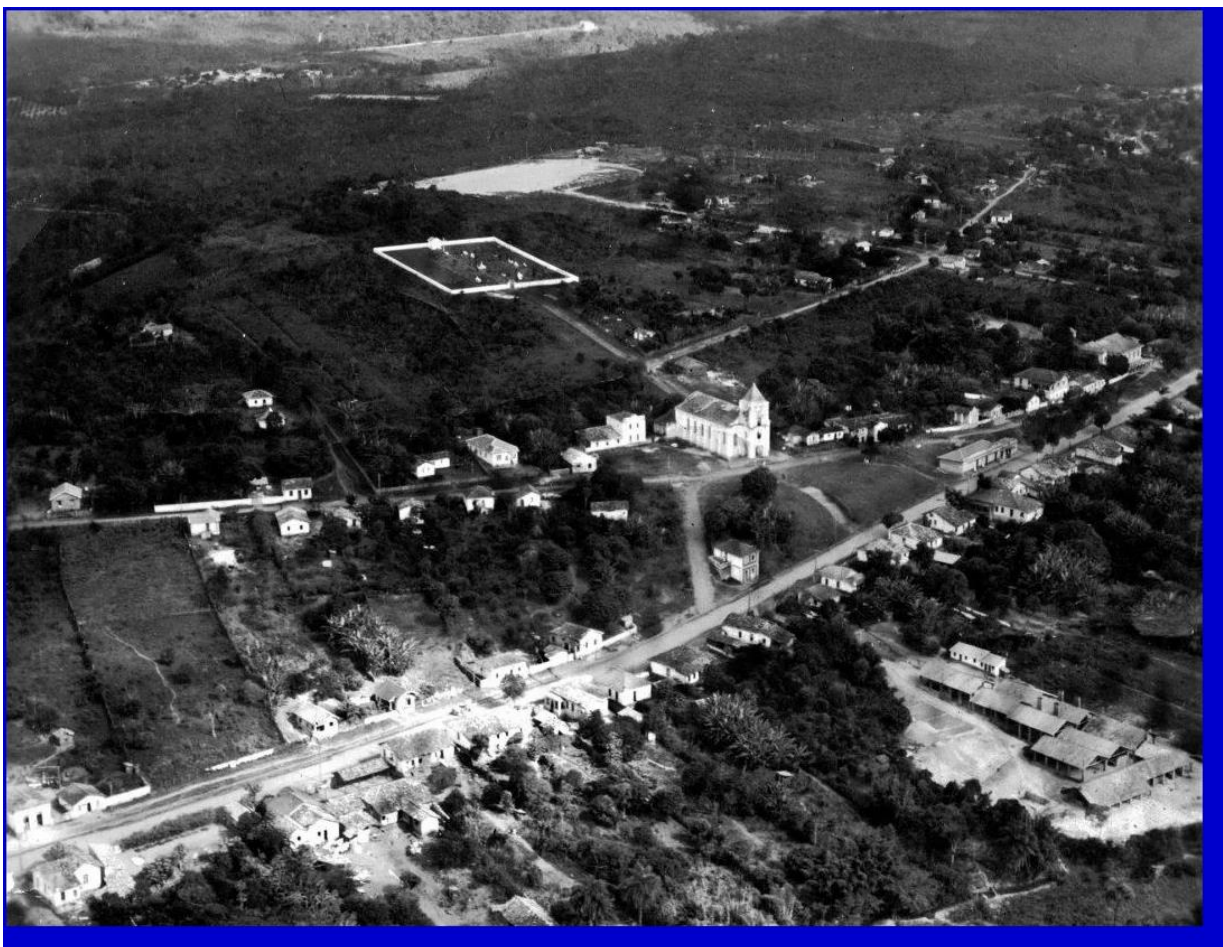


Figura 4 — Foto aérea da paróquia de Santo Antônio de Venda Nova na década de 1940

Fonte: ARAÚJO; RONAN, 2019.

O núcleo de origem da ocupação do território em Venda Nova está onde hoje se situa o eixo da Rua Padre Pedro Pinto, aos arredores da então paróquia de Santo Antônio, onde o traçado original se mantém, assim como o fazem resquícios de sua ocupação inicial. No entanto, uma das condições que permanece de forma expressiva, não apenas como resíduo de uma ocupação, mas como decorrência, é a manutenção do núcleo original como centralidade periférica que persiste em dar suporte aos modos de vida da região e sua periferia, que inclui

além da regional Venda Nova e seus arredores no Vetor Norte, municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

2.2. Estrutura urbana e dinâmica socioespacial da regional

Com uma população de 262.183 habitantes, em 2010, representando cerca de 12% da população total do município de Belo Horizonte¹⁷ e uma extensão territorial¹⁸ de 28,30km², a regional¹⁹ de Venda Nova é integrada por quarenta e dois bairros — sendo alguns pertencentes simultaneamente às regiões administrativas Venda Nova e Pampulha. A oeste, a regional faz divisa com Justinópolis, distrito de Ribeirão das Neves, município pertencente à RMBH. A divisa com Justinópolis se dá em um território intensamente conurbado entre as duas regiões, de forma que há certo grau de dependência do distrito com relação à regional, especialmente em termos de acesso a serviços, comércios e amenidades. Essa relação pode ser ilustrada pela centralidade comercial que se estabelece na Rua Padre Pedro Pinto, próxima à divisa com Justinópolis, servindo como suporte para o cotidiano dos moradores de ambas as regiões. Ao norte, os limites se dão com os municípios de Vespasiano e Santa Luzia, também integrantes da Região Metropolitana e de forma significativamente conurbada. Ao sul, a divisa se faz com a regional Pampulha, dividindo bairros²⁰ entre as duas regiões. A divisa com a regional Norte se dá a leste e, diferentemente da Pampulha, o limite entre as regionais é marcado por duas vias importantes da capital — a Avenida Pedro I e a Avenida Prefeito Américo Gianetti —, estabelecendo uma delimitação clara entre os dois territórios²¹.

¹⁷ De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

¹⁸ De acordo com a Lei Municipal 4.158.

¹⁹ Regional é como são denominadas as regiões administrativas do Município de Belo Horizonte.

²⁰ Bairros Céu Azul, Copacabana e Santa Mônica.

²¹ No entanto, há também dois bairros que se dividem entre as regionais Venda Nova e Norte, sendo eles a Vila Clóris e o bairro Jaqueline.

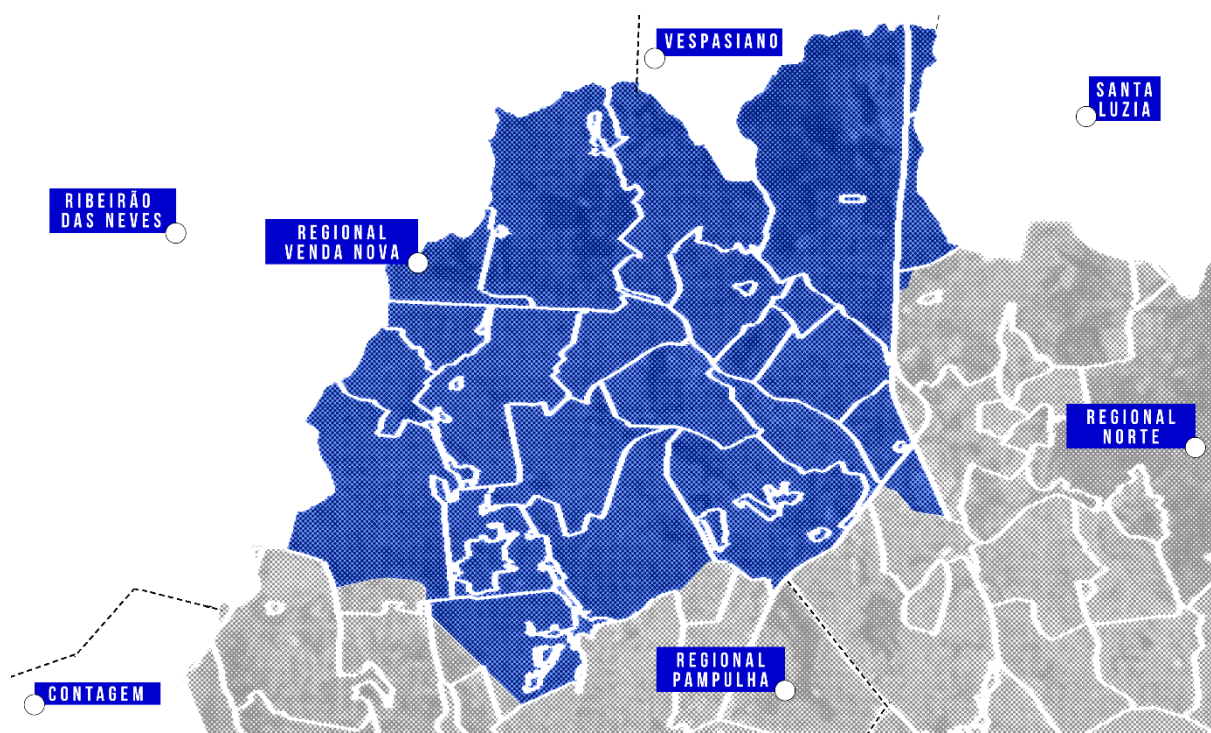


Figura 5 — Mapa da regional Venda Nova e seu entorno

Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e da Prefeitura de Belo Horizonte.

A regional é atravessada por duas vias principais: a Avenida Vilarinho e a Rua Padre Pedro Pinto. Com 5,82km e atravessando oito bairros, a Rua Padre Pedro Pinto é uma das mais extensas da capital e é responsável por abrigar centralidades de comércio e serviços em praticamente toda sua extensão, com exceção das poucas áreas onde existem concentrações maiores de usos residenciais. A via é abastecida por uma grande quantidade de linhas de ônibus e, por consequência, abriga um fluxo significativo de pedestres. As maiores concentrações de fluxos variados se dão especialmente em suas extremidades, onde estão constituídas as duas principais centralidades da região: a centralidade próxima a Justinópolis; e a centralidade tradicional de Venda Nova, que se expande e transborda na direção da Avenida Vilarinho. De acordo com o Plano Diretor da Região Administrativa Venda Nova (PBH, 2012), a Rua Padre Pedro Pinto, antiga Rua Direita, tem seu desenho marcado pelo traçado original do início da ocupação da região, o antigo Caminho dos Currais da Bahia.

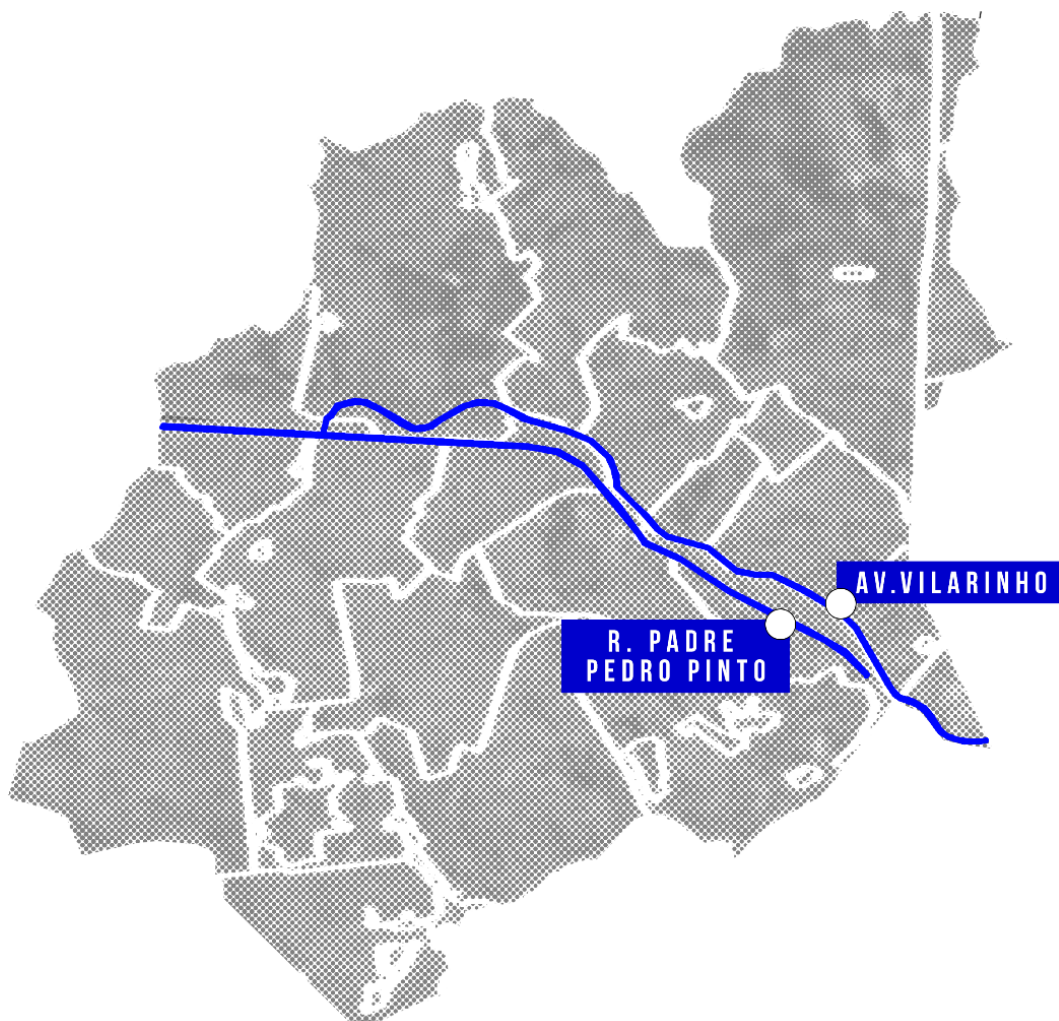


Figura 6 — Avenida Vilarinho e Rua Padre Pedro Pinto na regional Venda Nova
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da Prefeitura de Belo Horizonte.

Paralela à Rua Padre Pedro Pinto por quase toda sua extensão situa-se a Avenida Vilarinho, que liga a região às avenidas Pedro I, Cristiano Machado e Antônio Carlos, importantes vias de ligação regional da capital. Conhecida por ser local de inundações constantes, a avenida abriga uma grande diversidade de comércios e serviços, constituindo-se também como um centro linear por quase toda a sua extensão. Ela ainda abriga o corredor do MOVE (sistema de transporte rápido por ônibus com ampla integração tarifária) que faz a conexão da regional com outras áreas do município além de atuar na conexão interna.

A Padre Pedro Pinto era uma rua de terra; ali perto da UPA tinha uma ponte e, quando chovia, o córrego inundava. A Avenida Vilarinho era simplesmente um córrego com duas ruas de terra dos dois lados. Em [19]86, [19]87, o

córrego foi canalizado e a avenida pavimentada até uma certa parte. (Informação verbal).²²

Quando se implantou o próprio MOVE, a gente ficava olhando aquelas subestações na Avenida Vilarinho, né, e pensava: “ô, gente, será que esse povo não sabe que isso aqui inunda quando chove, não?”. Isso é coisa de quem não mora no local... e até hoje é assim, permanece dessa forma. (Informação verbal).²³

De forma geral, a regional Venda Nova é predominantemente constituída pelo uso residencial e misto, abrigando centralidades de comércio e serviços de menor e maior intensidade de forma pontual ao longo dos bairros. De acordo com o Plano Diretor da Região Administrativa Venda Nova (PBH, 2012), é possível dizer que a regional se estabelece como um bolsão de mão de obra que serve a outras áreas do município. Porém, a regional não desempenha mais um papel de cidade-dormitório. É justamente por abrigar quantidade significativa de comércio e serviços que Venda Nova é capaz de prover emprego e renda a parte de seus moradores. A inserção econômica e o perfil sócio-ocupacional compreendem tanto “grupos de trabalhadores de perfis de ocupação de renda e qualificação mais baixos quanto componentes dos grupos intermediários e da classe média” (PBH, 2012 p. 244).

Ainda segundo o Plano Diretor da Região Administrativa de Venda Nova (PBH, 2012), ao norte da regional estão localizados os bairros com maiores problemas de articulação e infraestrutura urbana, e, ao sul, os bairros mais polarizados pela regional Pampulha, que apresentam melhores condições de infraestrutura geral. Há, ainda, uma polarização recente em torno da Cidade Administrativa — inaugurada em 2010 —, no bairro Serra Verde, entre as divisas de Vespasiano, Santa Luzia e a regional Venda Nova.

Entre os principais equipamentos situados na regional, além do Centro Administrativo que abriga a sede do governo e secretarias de estado, estão: o SESC Venda Nova, clube inaugurado em 1958 em uma área de aproximadamente 700.000m²; a Estação Vilarinho, que se constitui como terminal intermodal de transporte coletivo junto ao Shopping Estação; a Estação Venda Nova, articulada como Estação de integração do sistema MOVE; o Centro Cultural Venda Nova, inaugurado em 2007 e construído com recursos do Orçamento

²² III, MORADOR. **Entrevista III**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (43min.).

²³ V, MORADOR. **Entrevista V**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (39min.).

Participativo; o Hospital Risoleta Tolentino Neves, principal hospital do Vetor Norte da capital; e o Parque Estadual Serra Verde, com 142ha de área verde e local de vinte e quatro nascentes. A regional Venda Nova abriga ainda uma quantidade significativa de instituições de ensino superior, escolas e hospitais.

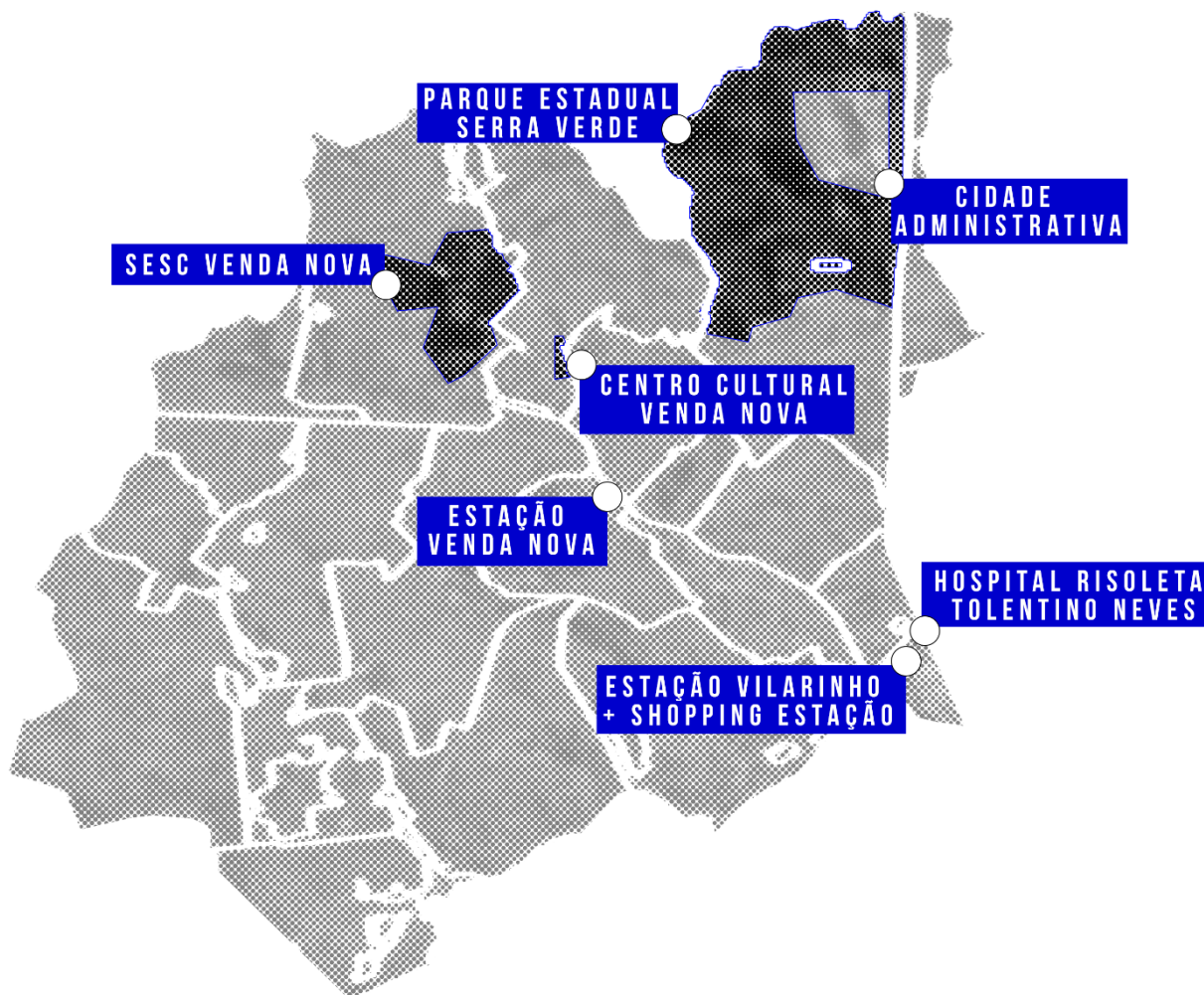


Figura 7 — Principais equipamentos da regional
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados do Google Earth.

Em termos estatísticos, é possível analisar a regional através de suas Unidades de Planejamento (UPs) — Mantiqueira/SESC, Piratininga, Venda Nova, São João Batista, Jardim Europa, Serra Verde, Céu Azul e Copacabana —, pelo Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH). Segundo a PBH (2018), o índice é composto por diversas variáveis — abastecimento, cultura, educação, esporte, habitação, infraestrutura, meio ambiente, saúde, serviços e segurança — e seus indicadores (por exemplo, na variável “educação” estão, entre os indicadores, o percentual de alunos matriculados na educação infantil, ensino médio

e ensino fundamental, e o índice de aproveitamento no ensino fundamental e médio). Essas variáveis buscam qualificar e quantificar a disponibilidade de bens e serviços públicos e privados na cidade. Seu cálculo permite a delimitação de áreas prioritárias para os investimentos públicos e privados entre as regiões do município. O índice varia entre 0 e 1, sendo 1 o valor ideal, isto é, de pleno acesso aos bens e serviços públicos e privados.

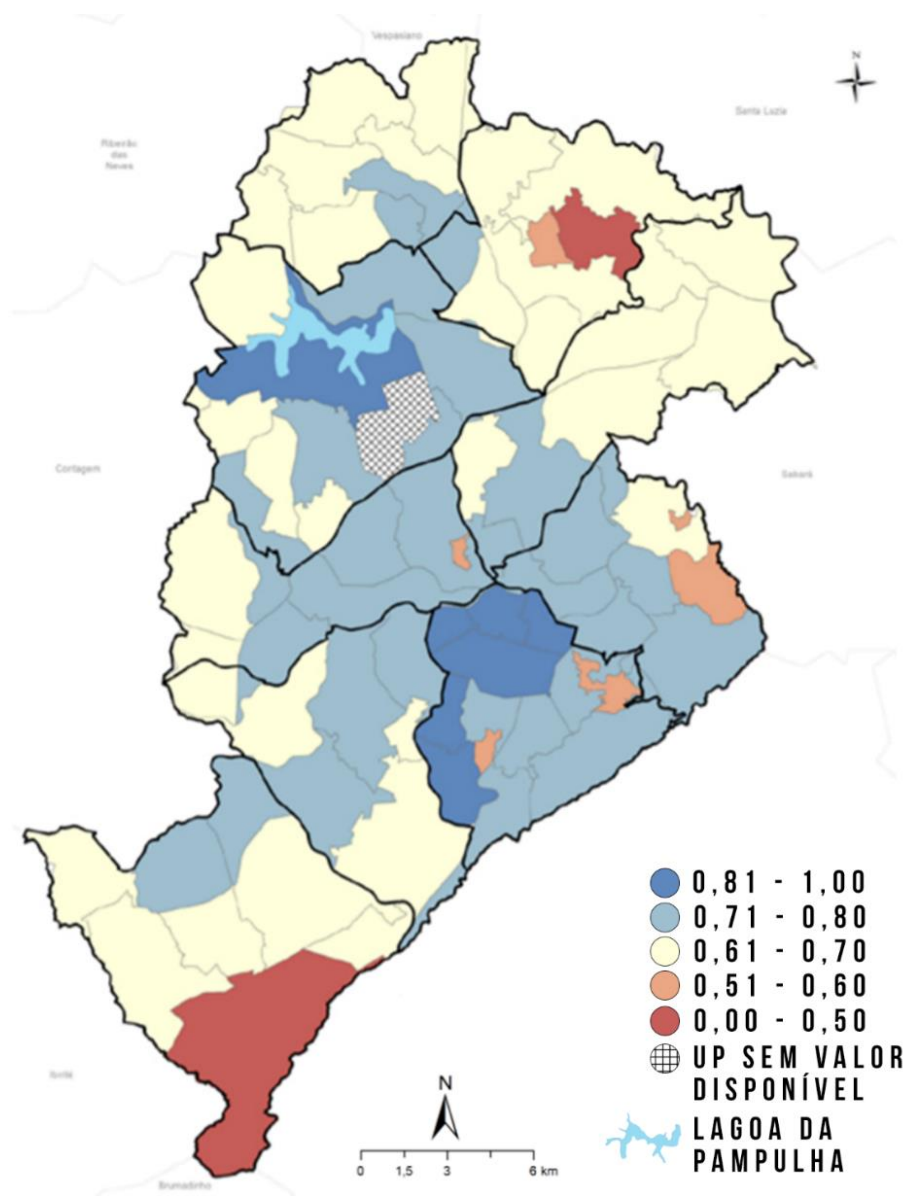


Figura 8 — Iquvu por Unidade de Planejamento, 2016 NS
Fonte: PBH, 2020.

Tratando da média do IQVU por regional administrativa, é possível notar, pelo gráfico da Figura 9, que as regionais Venda Nova e Barreiro — as quais apresentam histórico de urbanização, configuração territorial e socioeconômica similares — possuem médias muito próximas (0,653 e 0,662, respectivamente), acima somente da regional Norte (0,636). É possível notar também que essas três regionais — Venda Nova, Barreiro e Norte —, incluindo-se também a regional Nordeste, apresentam números abaixo da média do município de Belo Horizonte (0,689). Nota-se que a regional Centro-Sul tem o maior índice dentre todas as regionais administrativas, seguida da regional Pampulha (0,706), das regionais Noroeste e Nordeste (ambas com índice em 0,702) e da regional Oeste (0,695).

ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA URBANA - IQVU NS 2016 MÉDIA DO INDICADOR POR REGIONAL

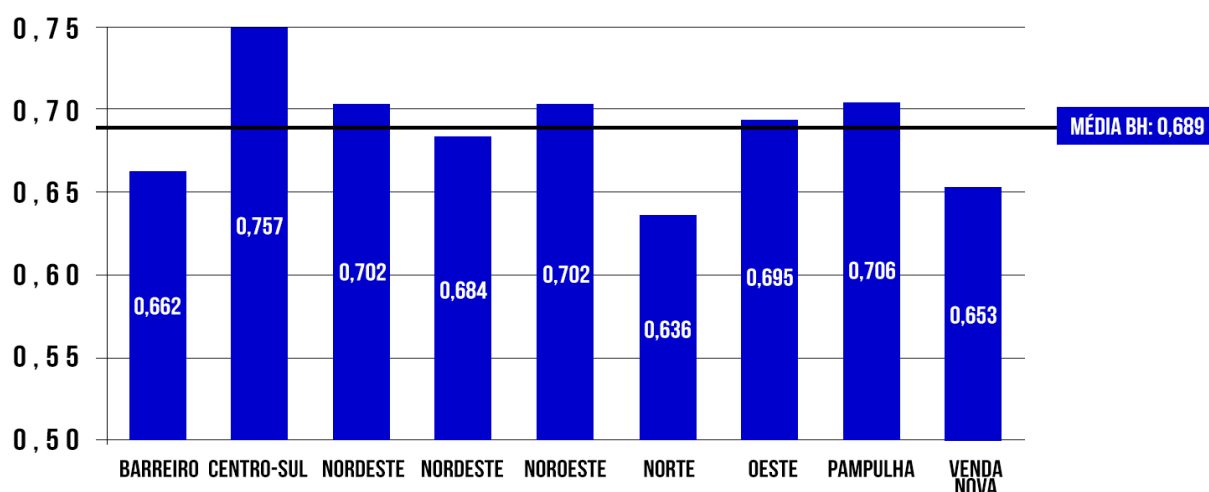


Figura 9 — Gráfico da média do indicador por regional
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da PBH.

Ao decompor o IQVU, é possível analisar cada uma de suas variáveis separadamente e obter uma comparação relativa a cada um dos aspectos analisados qualitativa e quantitativamente entre as regiões administrativas do município.

A variável “abastecimento” tem como componente de análise os equipamentos de abastecimento alimentar. Seus indicadores são o número de hiper e supermercados, mercearias e similares dividido pela população. Como é possível ver na Figura 10, Venda Nova apresenta o maior índice dentre as regiões administrativas (0,928) e muito próximo ao ideal (1,0). As regionais Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste e Oeste possuem

índices muito similares, entre 0,800 e 0,847. As regionais Pampulha e Norte são as que apresentam menores índices (0,741 e 0,751, respectivamente). Pode-se notar que as unidades de planejamento que compõem a regional Venda Nova apresentam índices muito uniformes, com destaque para a Unidade de Planejamento “Venda Nova”, que abriga o centro comercial tradicional, apresentando o índice de 0,989, o mais alto da regional como um todo.

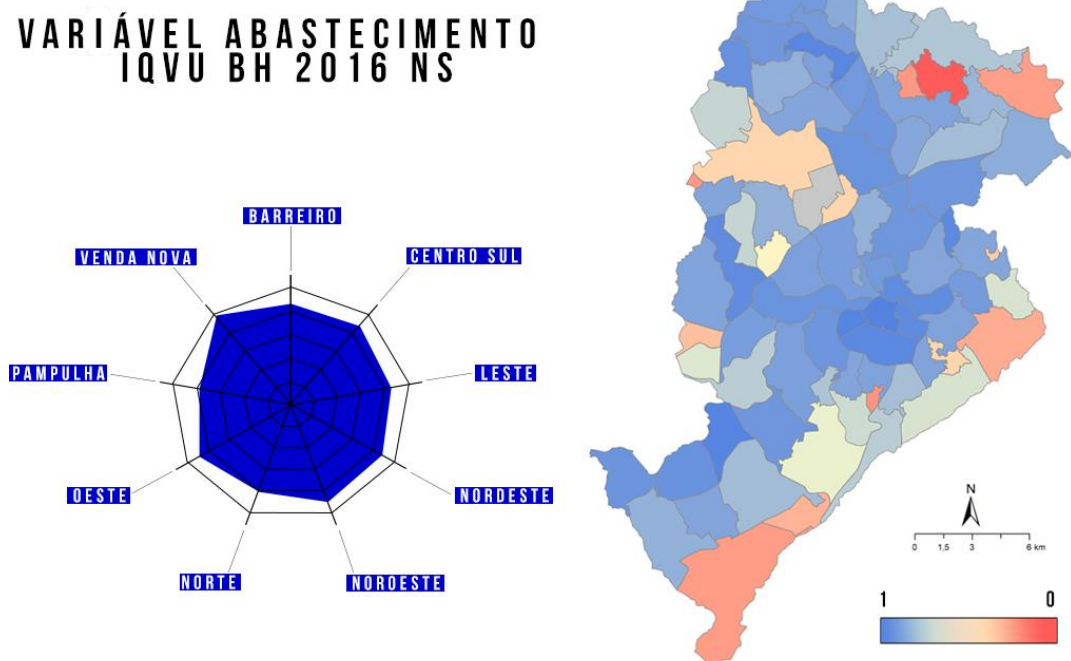


Figura 10 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Abastecimento
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da PBH (2020).

Na Figura 11, podemos analisar a variável “cultura”, que tem como componente de análise comércio e serviços culturais, com indicadores que avaliam a distribuição de equipamentos culturais, livrarias e papelarias, locadoras e bancas de revistas dividida pela população. É possível notar que, de forma geral, todas as nove regionais apresentam números relativamente baixos, entre 0,322 e 0,443, exceto a regional Centro-Sul, com a média mais alta, de 0,619. Venda Nova tem o índice em 0,390, mais alto apenas que os índices das regionais Barreiro, Nordeste e Norte. É possível notar também que apenas a Unidade de Planejamento Venda Nova apresenta isoladamente um índice relativamente alto (0,657), enquanto as unidades de planejamento ao norte da regional têm índices mais baixos que as UPs ao sul.

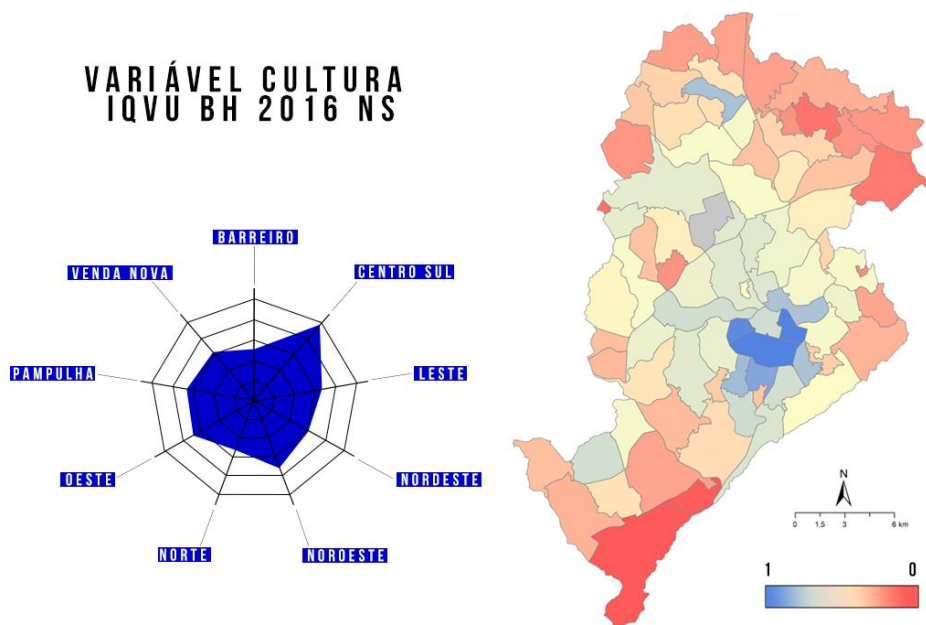


Figura 11 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Cultura
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da PBH (2020).

Com relação à variável “educação” (Figura 12), é possível notar que, com exceção das regionais Norte, Noroeste e Barreiro, as regionais do município apresentam ótimos índices de forma geral. Venda Nova apresenta índice de 0,811, menor apenas que os índices da regional Centro-Sul (0,821) e Nordeste (0,813). Seus componentes são educação infantil, ensino fundamental e médio, e os indicadores são relativos a percentual de alunos matriculados e índice de aproveitamento.

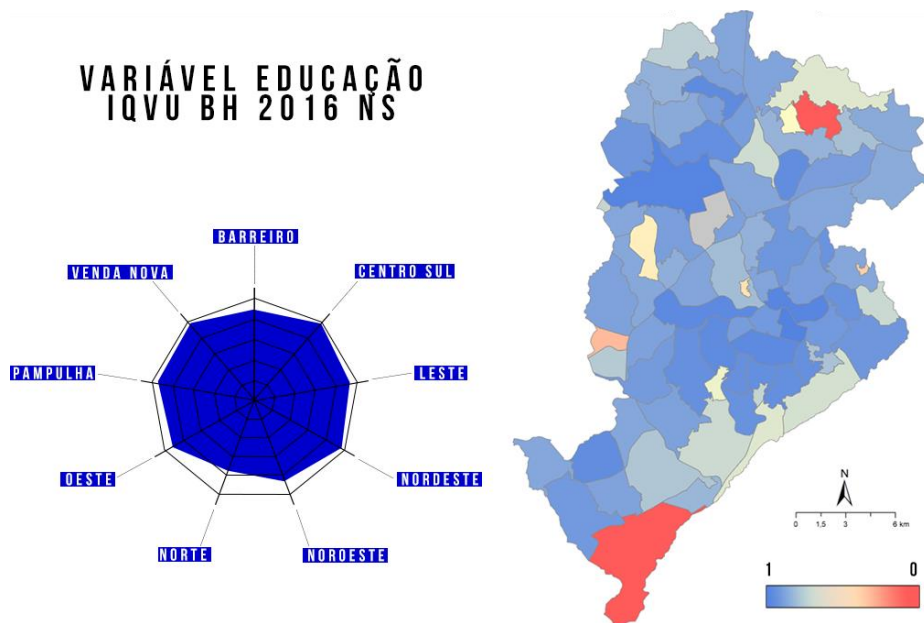


Figura 12 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Educação
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da PBH (2020).

Com relação à variável “esportes”, que tem como componente de análise espaços públicos para recreação e como indicadores o número de quadras, campos, academias a céu aberto, academias da cidade e outros equipamentos esportivos dividido pelo número de habitantes, é possível notar que o índice da regional Venda Nova (0,830) se encontra na média das outras regiões administrativas. Porém, nota-se que a UP Venda Nova apresenta índice abaixo das demais UPs da regional, seguida da UP Mantiqueira/SESC²⁴.

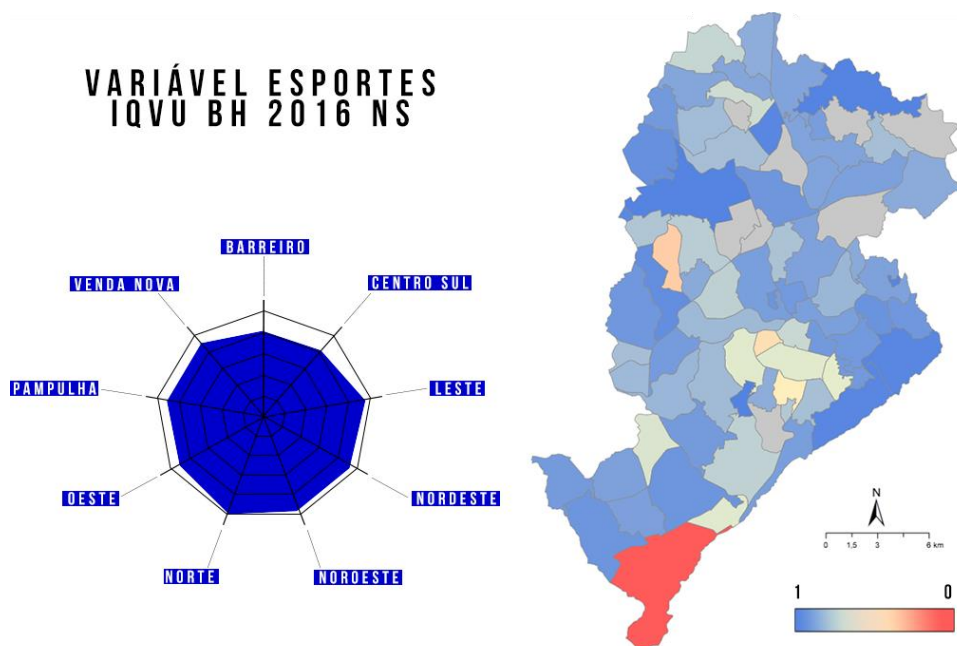


Figura 13 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Esportes
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da PBH (2020).

Em termos de habitação, considerando que os componentes de análise são qualidade da habitação e segurança habitacional, com indicadores relativos à área residencial adequada por habitante, padrão de acabamento e índice do risco geológico do terreno, a regional Venda Nova apresenta índice médio de 0,689, ficando acima das regionais Barreiro (0,663), Nordeste (0,674) e Norte (0,615). Nota-se que as regionais Centro-Sul e Pampulha apresentam os maiores índices entre as regionais (0,811 e 0,768, respectivamente). Um comparativo entre as UPs da regional Venda Nova demonstra que aquelas ao norte são as que apresentam menores índices, enquanto as UPs ao sul da regional apresentam índices mais elevados. A UP Venda Nova é a que apresenta melhor índice dentre elas (0,769).

²⁴ Apesar da UP Mantiqueira/SESC ser ocupada em grande parte pelo SESC Venda Nova, que conta com quadras poliesportivas e campos de futebol não abertos ao público geral.

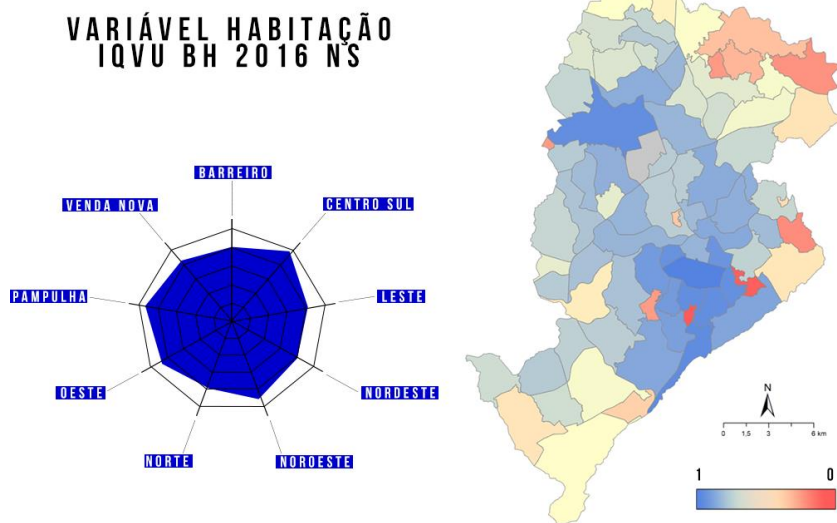


Figura 114 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Habitação
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da PBH (2020).

A variável “infraestrutura urbana” analisa os seguintes componentes: salubridade ambiental (índice de salubridade ambiental); energia elétrica (fornecimento de energia elétrica); pavimentação (possibilidade de acesso e extensão de vias pavimentadas); e transporte coletivo (número de veículos por habitante e frequência das linhas por UP). Nota-se que a regional Venda Nova apresenta um dos piores índices do município (0,784), ficando

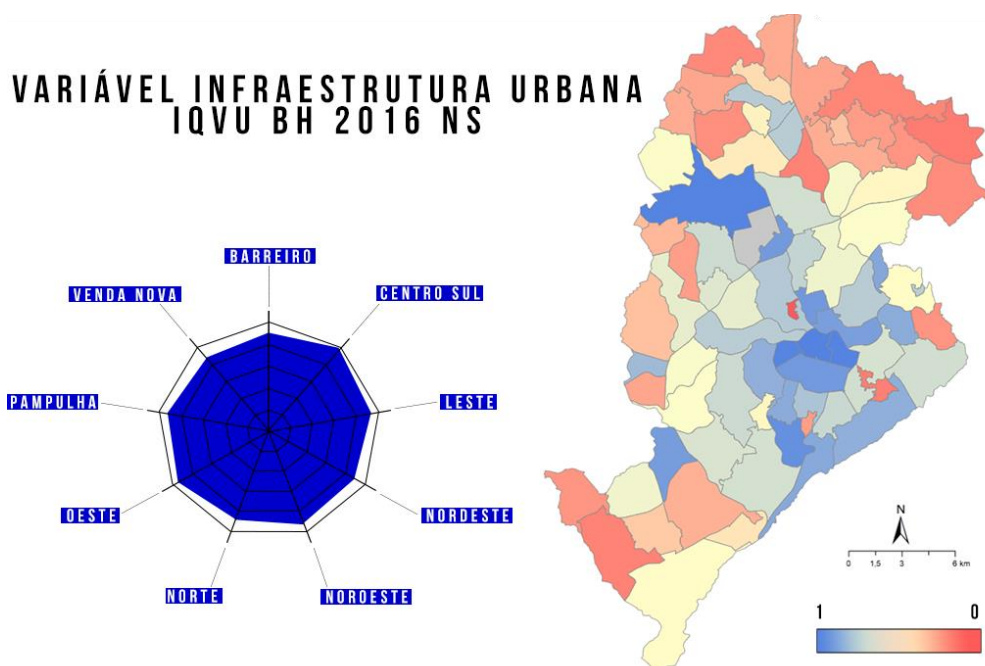


Figura 125 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Infraestrutura Urbana
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da PBH (2020).

acima apenas da regional Norte (0,781). Ainda, é possível notar que a UP Venda Nova apresenta índice relativamente alto quando comparado às outras UPs da regional.

A Figura 16 exprime a variável “meio ambiente”, que tem conforto acústico, qualidade do ar e área verde como componentes. Analisando os índices médios por regional, verifica-se que Venda Nova possui o pior índice do município (0,723) e que as UPs com menor índice são as UPs Copacabana, Céu Azul, Piratininga e Jardim Europa. As UPs com melhores índices são, além da UP Venda Nova, aquelas que apresentam uma grande massa de área verde: o SESC na UP Mantiqueira/SESC e o Parque Estadual Serra Verde na UP Serra Verde.

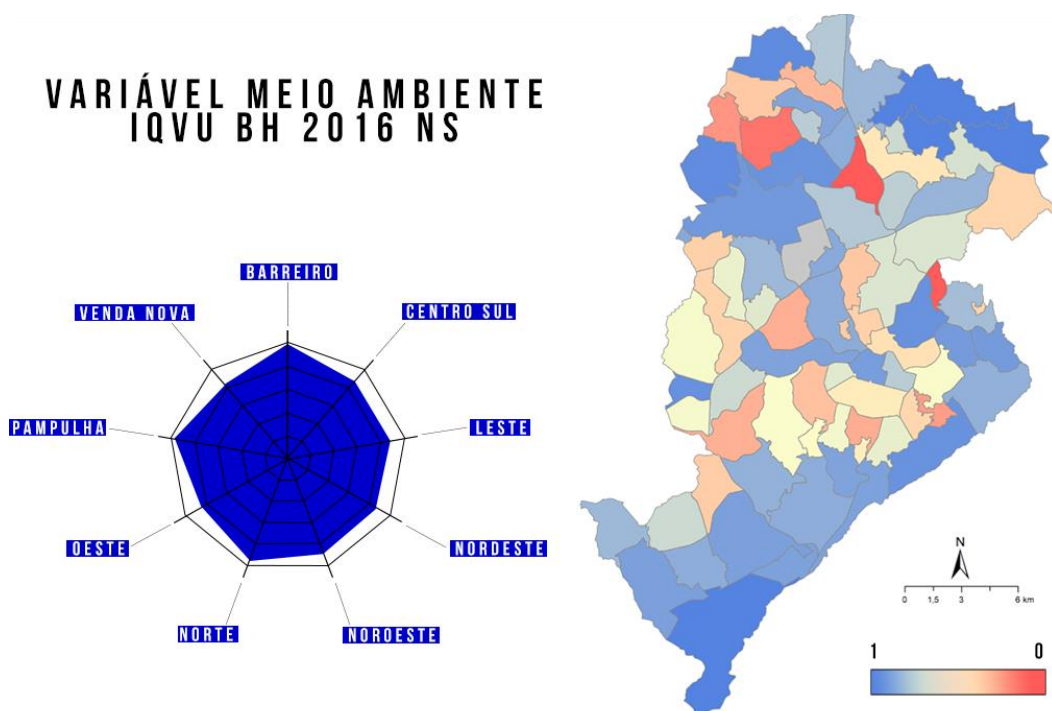


Figura 136 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Meio Ambiente
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da PBH (2020).

Tratando-se da variável “saúde”, Venda Nova também apresenta o pior índice do município (0,566), seguida da regional Norte (0,569) e da regional Barreiro (0,582). Verifica-se que as UPs da regional apresentam índices similares, configurando uma certa homogeneidade na região. A variável tem como indicadores números de centro de saúde, equipamentos de assistência médica, equipamentos odontológicos e ausência de anos potenciais de vida perdidos.

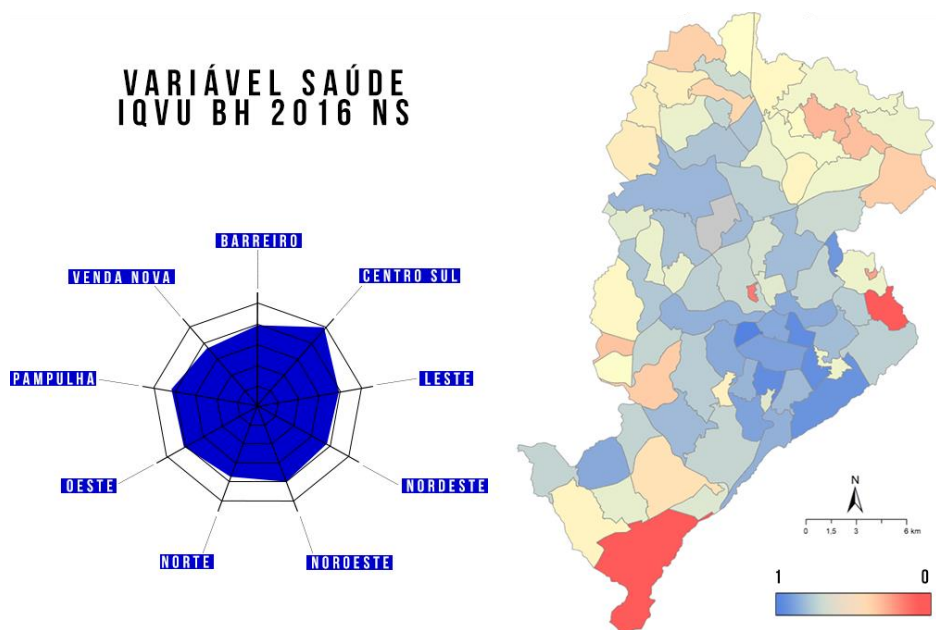


Figura 17 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Saúde
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da PBH (2020).

Em termos de serviços urbanos, variável que tem como indicadores o número de agências bancária, postos de gasolina, farmácias, correios, espaços públicos para inclusão digital e telefones públicos, é possível verificar que o município apresenta, de forma geral, índices baixos, com exceção da regional Centro-Sul. Nota-se que a UP Venda Nova apresenta índice relativamente mais alto com relação à regional como um todo, enquanto as UPs mais

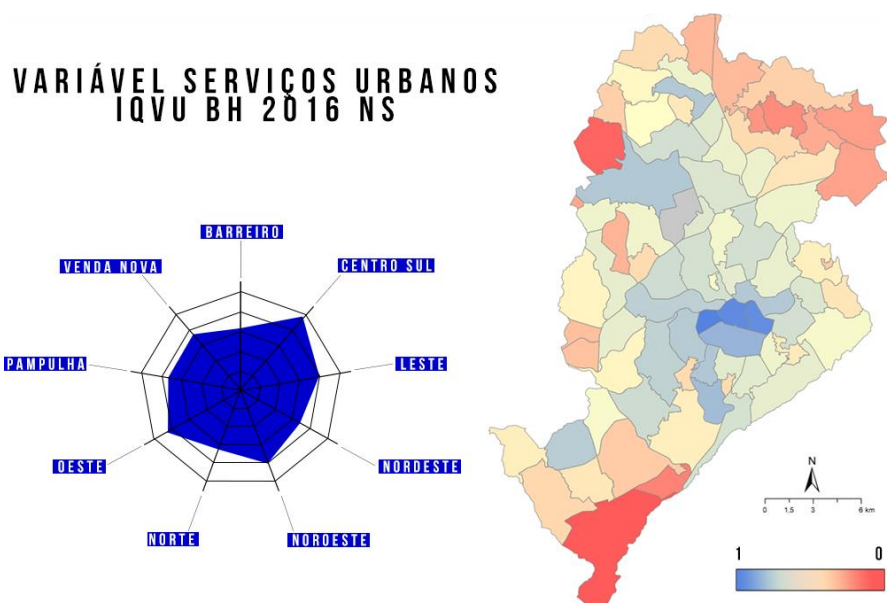


Figura 148 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Serviços Urbanos
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da PBH (2020).

próximas exibem índices um pouco melhores que as UPs mais distantes do centro comercial tradicional.

A variável “segurança urbana” trata dos seguintes indicadores: ausência de crimes contra a pessoa, ausência de crimes contra o patrimônio, ausência de acidentes de trânsito. Verifica-se que o município como um todo possui índices baixos. A regional Venda Nova apresenta o segundo pior índice dentre as regionais (0,337), acima apenas da regional Oeste (0,225), enquanto as regionais Centro-Sul e Pampulha apresentam os mais altos. Nota-se que, de forma geral, há certa homogeneidade entre as UPs da regional Venda Nova.

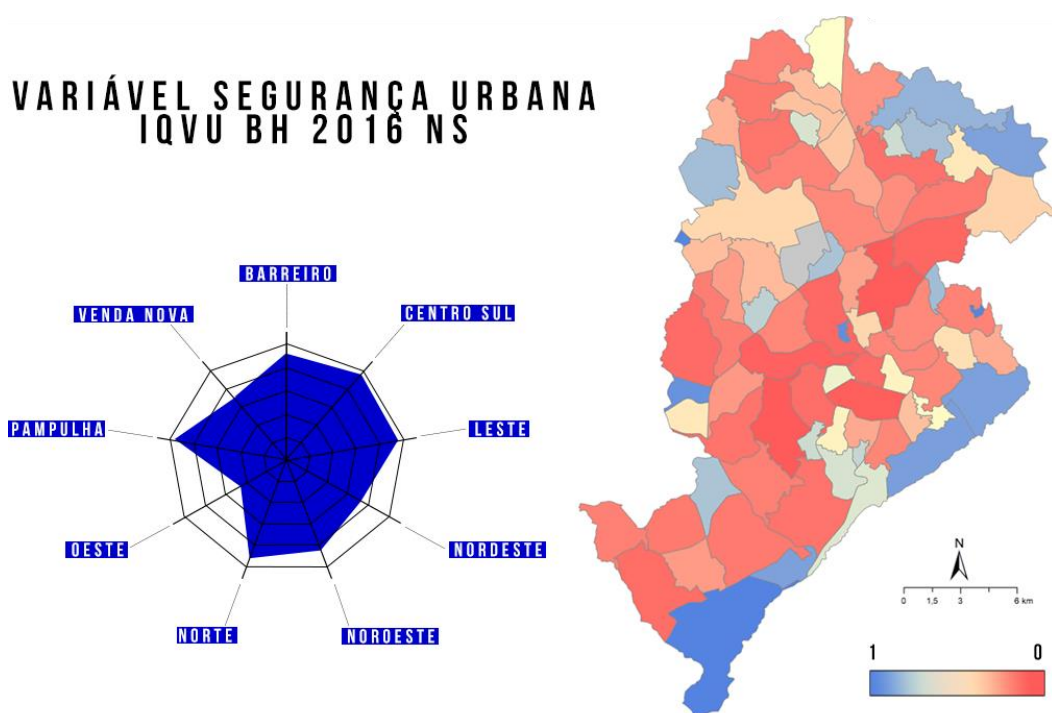


Figura 19 — IQVU BH 2016 Nova Série — Variável Segurança Urbana
Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados da PBH (2020).

De forma geral, verifica-se que a regional Venda Nova apresenta variáveis importantes para a vida cotidiana de seus moradores em índices abaixo da média do município. Ainda, é possível verificar que, em geral, a UP Venda Nova exibe índices melhores que o restante da regional. Nota-se que as UPs mais ao sul da regional apresentam melhores índices e, conseqüentemente, melhor infraestrutura de suporte à vida urbana que as UPs ao norte. No entanto, em termos de acesso a serviços e comércio, pôde-se verificar que a regional oferece acesso amplo e significativo aos seus habitantes. Fica evidente que a centralidade tradicional de Venda Nova tem certo protagonismo quando tratamos da regional como um todo. Fica claro

que é para ela que os maiores investimentos em infraestrutura (públicos e privados) são destinados, ainda que não suficientemente.

2.3. Estrutura urbana e dinâmica socioespacial da centralidade

Aqui trataremos da centralidade conformada como o centro tradicional e comercial de Venda Nova, compreendida de forma linear pela Rua Padre Pedro Pinto com transbordamentos para a Avenida Vilarinho e inserida no bairro de mesmo nome. Sua delimitação será tratada de acordo com os resultados de entrevistas a partir da pergunta: onde é o centro de Venda Nova?

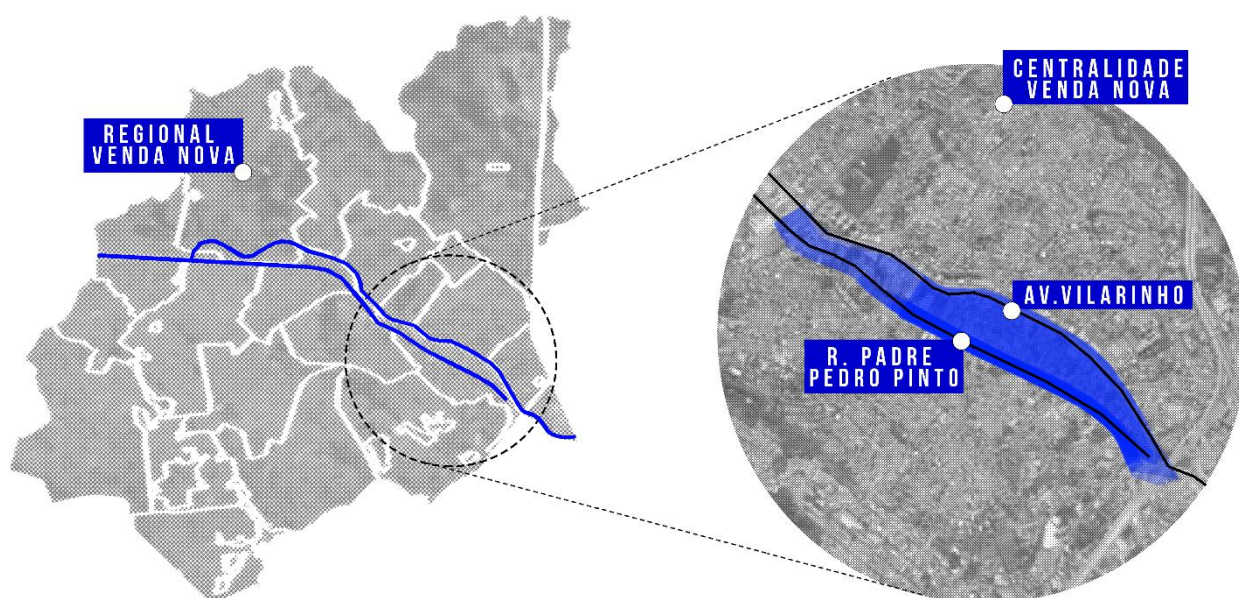


Figura 20 — Delimitação da centralidade Venda Nova no contexto da regional Venda Nova
Fonte: elaborado pela autora a partir de entrevistas.

Essa centralidade se configura como a mais importante da regional porque assume o papel de subcentro metropolitano, dando suporte ao cotidiano tanto da regional quanto dos municípios e regionais vizinhas. Com uma extensão aproximada de 1,5km, a centralidade ainda conserva alguns poucos resquícios de seu centro original, como o casarão da Rua Boa Vista, que hoje abriga o Centro de Referência da Memória de Venda Nova. Atualmente, a centralidade assume à risca o papel de centro comercial, abrigando uma variedade significativa de estabelecimentos comerciais e de serviços que vão desde clínicas e laboratórios a lanchonetes e supermercados.

Eu trabalho na área, frequento, faço praticamente tudo aqui em Venda Nova. Eu nem vou pro centro da cidade, não. Tudo que eu preciso eu acho aqui, não tenho necessidade nenhuma de ir pro centro, acho tudo aqui em Venda Nova. Eu vou praticamente todos os dias. (Informação verbal).²⁵

Para mim, Venda Nova é uma minicidade dentro da cidade, né, porque Venda Nova tem tudo e raramente quem mora em Venda Nova vai para o centro de BH porque aqui tem tudo que você precisa. (Informação verbal).²⁶

Eu vou no médico, eu faço compras de supermercado, vou no banco, resolvo coisas na regional. Carteira de trabalho, tirar RG, eu fiz tudo aqui, eu não precisei ir no centro, por exemplo. Então, assim, qualquer coisa da vida cotidiana dos pequenos trabalhos que dá para fazer eu faço aqui em Venda Nova. Muito difícil ter que ir no centro para resolver outras coisas, muito difícil mesmo. (Informação verbal).²⁷

Apesar de a centralidade abrigar uma vasta cartela das mais importantes redes e franquias atuantes no município e região, estabelecimentos tradicionais que se instalaram na Rua Padre Pedro Pinto há décadas, conquanto minoria, ainda se fazem presentes resistindo no território assim como na memória coletiva de parte dos moradores mais antigos.

Havia muitas lojas lá antigamente. Eu lembro que, quando eu era criança, eu andava muito de bicicleta e, quando eu tinha que comprar peça pra bicicleta, eu ia na Casa Martins, que ficava na praça Amintas de Barros. E ali você comprava de tudo, calçados, loja da Elmo tem lá desde a década de [19]90, tem uma loja de calçado também muito tradicional que chama Leugim, essa loja, inclusive, é do meu vizinho. O senhor Paulo montou essa loja tem muitos anos e foi uma portinha que conseguiu prosperar e hoje essa loja é uma referência aqui em Venda Nova, é uma loja local, não tem rede, é uma empresa familiar que deu certo. (Informação verbal).²⁸

Além de estabelecimentos comerciais, a centralidade abriga o terreno que antes acomodava a quarta versão da igreja Matriz da Paróquia de Santo Antônio de Venda Nova, demolida para abrigar uma nova versão — até então, não construída — que, de acordo com relatos, tem seu terreno cercado aguardando a construção há alguns anos. Ainda, a centralidade abriga duas praças ao longo da Rua Padre Pedro Pinto: a praça da Matriz, em

²⁵ I, MORADOR. **Entrevista I**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (17min.).

²⁶ VIII, MORADOR. **Entrevista VIII**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (13min.).

²⁷ IV, MORADOR. **Entrevista IV**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (28min.).

²⁸ III, MORADOR. **Entrevista III**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (43min.).

frente ao terreno da igreja Matriz, e a praça Amintas de Barros, em frente à sede da regional Venda Nova. No entanto, as apropriações desses espaços públicos formais dão lugar a uma apropriação determinada pelo fluxo intenso de pedestres nas calçadas estreitas da centralidade. Ela se dá de forma objetiva e, na maioria das vezes, orientada unicamente pelo consumo de serviços e comércio, que trataremos de forma mais aprofundada no próximo capítulo. O grande fluxo de pedestre é em parte alimentado pelas mais de trinta linhas de ônibus que passam diariamente pela Rua Padre Pedro Pinto e no corredor do MOVE na Avenida Vilarinho. Ainda, a proximidade com a estação intermodal Vilarinho torna a centralidade de Venda Nova um nó do sistema urbano, comportando-se tanto como uma importante rota quanto como destino dos moradores da região.

2.3.1. Venda Nova no plano metropolitano da RMBH

Em 2011 foi entregue, em sua versão final, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), contratado oficialmente em 2009 pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana do Governo do Estado de Minas Gerais (Sedru-MG) com a UFMG, com coordenação sediada no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE). O processo de elaboração do plano se guiou por uma abordagem horizontal, com amplo diálogo com setores da população e principais agentes metropolitanos, garantindo integração intersetorial expressiva e participação popular. É importante ressaltar que a experiência da RMBH na elaboração do plano metropolitano sob esses moldes representou um movimento precursor em termos de uma retomada do planejamento na escala da metrópole, ainda que esse não tenha caráter normativo e se estabeleça apenas como um plano norteador das políticas metropolitanas.

O objetivo do PDDI se fundamentou na construção de um *processo de planejamento metropolitano*, envolvendo o estado de Minas Gerais, os municípios da RMBH (e, ainda, os municípios do Colar Metropolitano) e os vários setores da sociedade civil. Fundamentado no conceito de planejamento democrático, o plano se desenvolveu sob uma perspectiva de planejamento participativo, colaborativo e autonomista, em oposição às modalidades tecnocráticas e conservadoras de planos anteriores (TONUCCI FILHO; MONTE-MÓR, 2013). Os

objetivos gerais se estabeleceram pela construção dos sentidos de cidadania e solidariedade metropolitanas; ampliação da inclusão social e econômica; fortalecimento da justiça social e ambiental; reconhecimento/redução das desigualdades e da pobreza; reconhecimento/valorização das diversidades socioambientais; novo papel nacional e regional da RMBH; “Novo Pacto” metropolitano; e inversão de prioridades metropolitanas para políticas e investimentos públicos (UFMG, 2011). Assim, o plano se dividiu em dois grandes produtos — diagnóstico e proposta —, sendo o primeiro o Relatório de Estudos Setoriais Integrados, composto por estudos e diagnósticos organizados em dez áreas temáticas transversais pensadas a partir de articulações entre setores e quatro estudos complementares prioritários. O segundo grande produto é o Relatório Final, com definição de políticas setoriais, projetos e investimentos prioritários, incluindo a proposta de reestruturação territorial metropolitana, a proposta institucional para implementação do plano e vinte e oito políticas metropolitanas integradas (UFMG, 2011).

O diagnóstico extenso e meticuloso em termos de compreensão do território metropolitano, suas tendências e suas peculiaridades territoriais, buscava livrar-se de generalizações espaciais ocasionadas pelo distanciamento da escala cotidiana. Assim, o PDDI possibilitou a abertura do debate do planejamento multiescalar, valendo-se de possibilidades de articulação com a escala local e cotidiana do território. A partir do reconhecimento da abordagem interescalar, considerou-se fundamental uma reestruturação territorial — na escala da metrópole — que fosse capaz de favorecer a melhor distribuição de oportunidades de desenvolvimento em nível local. Para isso, o plano assumiu como situação desejada uma metrópole policêntrica e compacta, estruturada em um sistema viário organizado em rede, em oposição à situação atual: uma metrópole monocêntrica e estendida, circunscrita em um sistema viário radial concêntrico. Como apontado, essa perspectiva sugere a despolarização da oferta de oportunidades de desenvolvimento através do acesso mais democrático a amenidades, serviços, comércio, empregos, investimentos etc., para além do núcleo formal da metrópole, ou seja, uma estratégia de “descentralização concentrada e seletiva das atividades e investimentos urbanos em contraposição à tendência pautada na concentração excessiva em um único centro e na expansão fragmentada e descontínua da mancha urbana” (MAGALHÃES et al., 2012, p. 5). Essa perspectiva é reforçada no Termo de Referência para contratação do Plano Metropolitano:

A reorganização territorial é considerada estratégica para a definição do caráter do PDDI para a RMBH. Pressupõe-se o sistema viário e de transporte como componente indutor da ocupação e do uso do solo, com uma mobilidade metropolitana organizada em rede, que dissemine ao máximo no território o acesso às oportunidades de desenvolvimento. Propõe-se o estímulo à criação de novas centralidades microrregionais e a habitação como uso estruturante na metrópole, dentre outras intervenções no espaço metropolitano que possibilitem a redução das desigualdades socioespaciais, princípio primeiro de gestão metropolitana segundo a Lei 88/2006. (SEDRU, 2009, p. 9).

A Proposta de Reestruturação Territorial Metropolitana do PDDI é constituída por duas políticas estruturantes: a Política Metropolitana Integrada de Centralidades em rede; e a Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo. A primeira se estabelece pela “proposta de criação e/ou fortalecimento de centralidades urbanas em rede e abrangendo diferentes escalas espaciais, articuladas por uma rede metropolitana integrada de mobilidade multimodal eficiente e de baixo impacto ambiental” (UFMG, 2011, p. 203), sendo considerada a base do processo de reestruturação territorial da RMBH e elemento fundamental para a reversão de tendências que favorecem a ação do capital traduzida especialmente pelo mercado imobiliário.

Tendo em vista o objeto de análise da pesquisa aqui presente, considera-se importante evidenciar a definição do conceito de centralidade utilizado no desenvolvimento do Plano Metropolitano e suas políticas específicas, exposto no Relatório de Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos prioritários pelos seguintes termos:

Considera-se centralidade como uma área urbana com alta densidade econômica, forte heterogeneidade de usos, grande complexidade funcional e adensamento residencial, e caracterizada pela concentração diversificada de emprego, comércio e serviços públicos e privados, assim como pela acessibilidade privilegiada. Além disso, as centralidades devem servir ao fortalecimento das identidades metropolitanas e da vida urbana, através do provimento de espaços públicos e equipamentos de lazer e culturais e qualificados. (UFMG, 2011, p. 11).

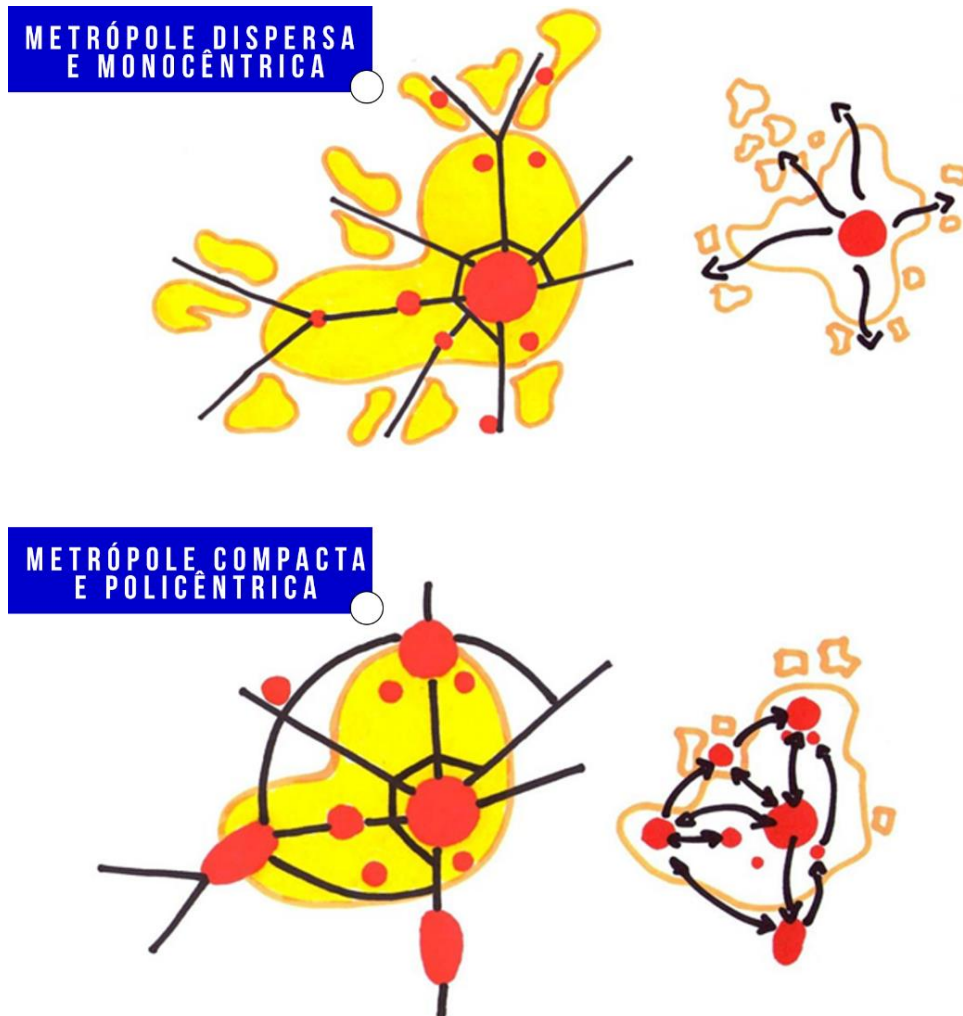


Figura 21 — Estrutura territorial da metrópole versus proposta de reestruturação territorial do PDDI-RMBH
Fonte: UFMG, 2011, p. 12.

Dessa forma, é possível inferir que a definição de centralidade proposta pelo Plano Metropolitano (PDDI-RMBH) se guia por um entendimento da centralidade como um nó do sistema urbano, um ponto de aglomeração não apenas capaz, mas determinado a reunir todo tipo de conteúdo. No PDDI, a centralidade é entendida, ainda, como elemento promotor da distribuição democrática de oportunidades de desenvolvimento em todo território metropolitano, contribuindo para a desfragmentação territorial socioeconômica através da estruturação policêntrica da metrópole.

Considerando que os centros metropolitanos propostos deveriam se estruturar em torno de quatro pilares — quais sejam: “o uso residencial em grande quantidade e densidade, incluindo habitação de interesse social; a ligação com as economias industriais e seu entorno;

um forte aspecto cultural e identitário; e interligação em rede com outras centralidades através de estações da rede de mobilidade multi-modal” (UFMG, 2011, p.13) —, Venda Nova se insere no PDDI como proposta de subcentro metropolitano — em articulação ao São Benedito (em Santa Luzia) —, tendo “a mesma função dos centros metropolitanos, porém com menor adensamento e grau de polarização, dando apoio aos centros metropolitanos em áreas relativamente distantes destes” (UFMG, 2011, p. 13).

Embora o Plano Metropolitano trate da articulação de duas centralidades (Venda Nova e São Benedito), o presente estudo se limitará a tratar da centralidade de Venda Nova, considerando o entendimento de que atualmente, por si só, a centralidade é capaz de exercer influência significativa sobre as regiões e municípios vizinhos, em uma escala metropolitana. Logo, aqui trataremos a centralidade de Venda Nova como subcentralidade metropolitana.

2.4. Cosmoprovíncia e identidade

Venda Nova constitui, de certo modo, uma periferia metropolitana, que é em grande parte residencial. No entanto, o fato da região ter sido ocupada e urbanizada anteriormente à construção de Belo Horizonte lhe confere um caráter distinto da periferia tradicional, que resulta simplesmente da ocupação voltada para a moradia da população de rendimentos mais baixos e de nível médio. Há uma identidade local, em certa medida reconhecida pela população, e também, no que diz respeito à organização do espaço, a fortíssima centralidade da Rua Padre Pedro Pinto é resultante dessa permanência de alguns dos traços da antiga Venda Nova nos dias atuais. (PBH, 2012, p. 244).

Eu cunhei esse termo²⁹ a partir de uma leitura socioantropológica da metrópole e pensando que a cidade, enquanto metrópole, tem um ethos de sociabilidade específico, ligado à impessoalidade das relações, e aí o que eu vejo em Venda Nova é o que eu estou chamando de uma resistência — e que, claro, sofre os avanços da urbanização recente, isso é fato inequívoco —, mas isso acontece concomitante com espaços e nichos de sociabilidade, que é o que eu chamo de provincianismo, que é aquela coisa de cidade do interior, do sujeito que é conhecido como filho do seu João e da dona Maria, típico de cidade interiorana. Então, por isso que eu cunhei esse termo, Venda Nova é um ethos cosmoprovinciano. (Informação verbal).³⁰

²⁹ Sobre o termo “*cosmoprovíncia*”.

³⁰ WILLER, Henrique. **Entrevista XIX**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (25 min.).

Há um entendimento geral do território de Venda Nova como uma unidade autônoma que é, de certa forma, independente e desvinculada do município de Belo Horizonte e, ainda assim, percebida como território periférico. Esse entendimento é em parte responsável pela consolidação de um senso de unidade enraizado na regional. Apesar de constituir um território amplo com diferentes características socioeconômicas, nota-se a existência de um elo afetivo com o local, em certa medida reconhecido pela comunidade. Essa topofilia manifesta-se na fala dos moradores que se referem a um cotidiano que preserva certos modos de vida, relações interpessoais e um senso de comunidade e sobrevivência coletiva arraigado no território.

A gente tem tipo assim “sou de venda nova”, essa sensação de pertencimento é muito importante pra gente. Mas tem que entender que é um território e que ele tem microlugares. Eu, do Minas Caixa, tenho uma identidade do meu bairro, assim como meu amigo do Letícia, minha amiga do Piratininga, minha amiga do Serra Verde, mas todos se identificam como vendanovenses, todos têm essa noção. (Informação verbal).³¹

Eu acho que morar em Venda Nova eu falo que é cada vez mais identitário porque quem mora em Venda Nova tem uma percepção similar de espaço de quem mora no Barreiro, tem essa singularidade de ser bairrista, sim, de ver ali mais do que só o problema. (Informação verbal).³²

Eu acho que Venda Nova é quase uma comunidade, né, é um clã vendanovense. Eu sinto isso de todo mundo que mora aqui, tanto que, de todas as pessoas que eu conheço que moram aqui, ninguém quer sair. Eu sinto muito isso, é o que eu falo, parece uma cidadezinha interiorana mesmo. Todo mundo conhece todo mundo, se não conhece, é primo do irmão do tio, sabe? eu sinto esse ambiente muito familiar e sinto das pessoas também. Sinto que todo mundo que mora aqui tem essa sensação que eu tenho. (Informação verbal).³³

Às vezes eu estou em outros estados, viajando, e as pessoas perguntam se eu sou de Belo Horizonte, e eu falo: “eu sou de Venda Nova”. Tenho essa relação afetiva com o espaço físico geográfico, eu me identifico como um vendanovense. (Informação verbal).³⁴

³¹ IV, MORADOR. **Entrevista IV**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (28min.).

³² V, MORADOR. **Entrevista V**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (39min.).

³³ VIII, MORADOR. **Entrevista VIII**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (13min.).

³⁴ WILLER, Henrique. **Entrevista XIX**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (25 min.).

Segundo Haesbaert (2007), a construção do território se dá pela construção do espaço geográfico sobre o qual diferentes grupos utilizam práticas sociais para dele se apropriarem ou manterem certo domínio, seja ele afetivo, cultural, político ou econômico. Ou seja, o território se dá pela apropriação e domínio — de forma simultânea — de um espaço socialmente partilhado. É notável como a centralidade de Venda Nova se estabelece como um território carregado de símbolos, signos e práticas sociais que tornam evidente a sua importância histórica e cotidiana para a região como um todo, evocando territorialidades diversas, sejam elas construídas pela apropriação ou pelo domínio. No entanto, é possível entender essa centralidade como protagonista no fomento e construção de uma identidade vendanovense? Há, na centralidade, manifestações e apropriações que se expandem para além do valor de troca em direção a uma identidade territorial marcada pelo valor de uso? Essa é a discussão que será tratada nos capítulos seguintes.

3 AMPLIANDO A CENTRALIDADE

3.1. Teorias e aproximações

As noções de centro e centralidade são abordadas a partir de múltiplas concepções teóricas, e a compreensão das diferentes vertentes torna-se indispensável para o entendimento da centralidade como elemento que garante a essência do fenômeno urbano. Esse entendimento passa necessariamente pelo reconhecimento de duas perspectivas: a centralidade como estrutura e como estruturação urbana.

À vertente que se ocupa da estrutura urbana importam a forma e a localização. Interessa aquilo que está fixo e estático no espaço: infraestrutura, serviços, equipamento etc. Elementos previamente estabelecidos e essencialmente à disposição geográfica. As teorias da localização e a Escola de Chicago, ambas correntes teóricas que se ocupam da abordagem a partir da estrutura urbana, entendem as centralidades como confluência de elementos fixos em um determinado espaço e pretendem o estabelecimento de modelos — através de padrões de concentração — capazes de explicar a forma do espaço urbano levando em consideração fatores como acessibilidade e valor do solo (SILVA, 2001).

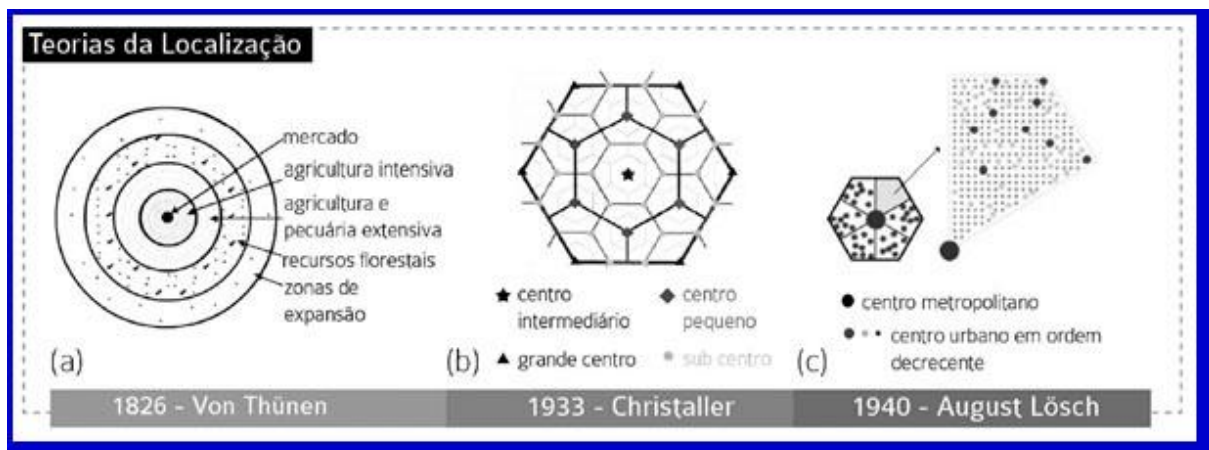


Figura 22 — Teorias da localização
Fonte: PINHEIRO, 2014, p. 26.

As teorias da localização (“teoria do estado isolado”, desenvolvida por Von Thünen; “teoria do lugar central”, de Walter Christaller; e a Teoria de August Lösch) incluíram a abordagem espacial na análise de fenômenos e processos econômicos. Nesse sentido, elas pretendiam mais a compreensão de tendências de implantação de atividades produtivas do que, de fato, o entendimento da organização do espaço urbano, o que não significa que não contribuíram para o avanço nessa direção. A partir de um viés econômico, essas teorias tratavam as centralidades sob uma escala regional e como pontos de aglomeração. Com algumas divergências relativas à capacidade de atração dos mercados consumidores em relação às atividades econômicas (e vice-versa), ocupavam-se da análise de fatores locais — tais como renda fundiária, custo de transporte, concentração de atividades econômicas e proximidade com o mercado consumidor — capazes de minimizar os custos e, conseqüentemente, maximizar os lucros.

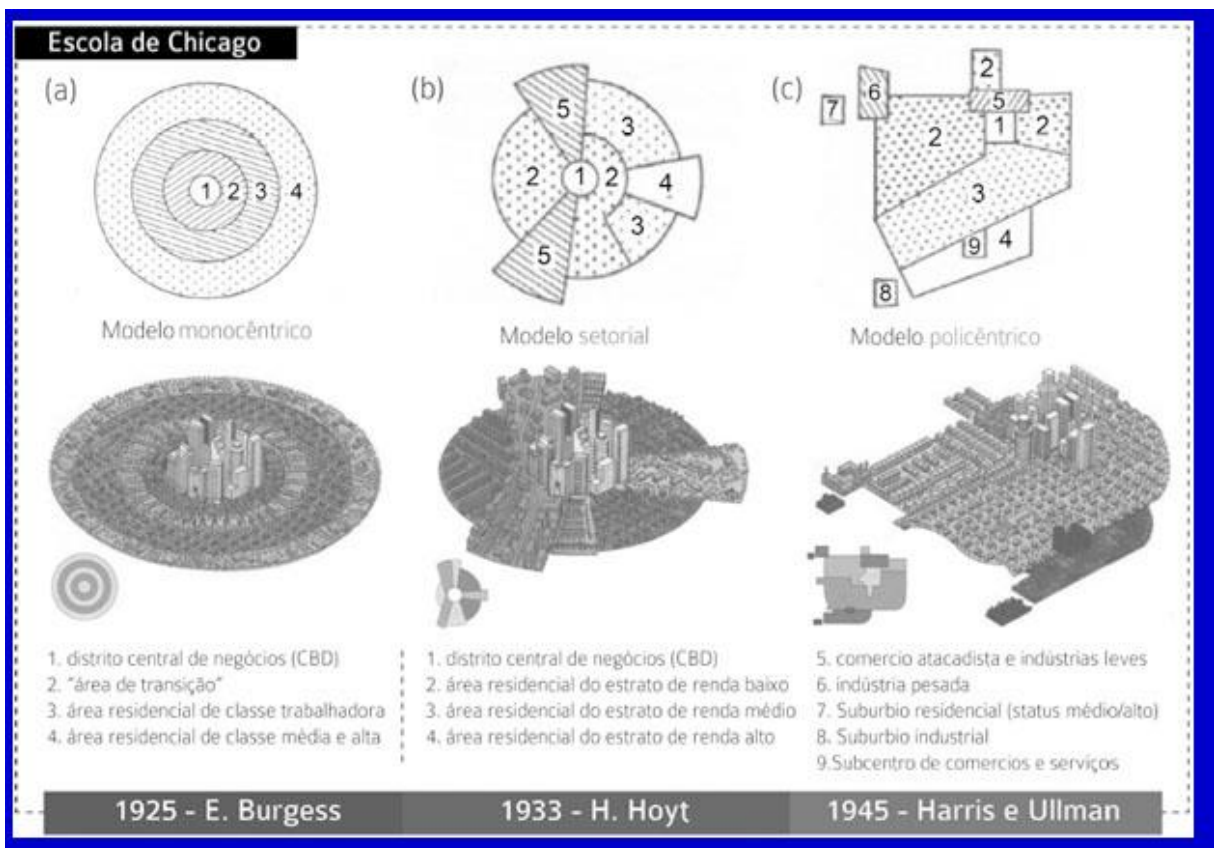


Figura 23 — Modelos de organização espacial da Escola de Chicago
 Fonte: PINHEIRO, 2014, p. 32.

A Escola de Chicago tem sua origem relacionada ao crescimento demográfico, à expansão territorial e especialmente ao surgimento de fenômenos sociais urbanos — como a formação de bolsões de pobreza, o crescimento do desemprego, a criminalidade e a formação de guetos — na cidade de Chicago. Os modelos criados a partir da análise empírica desses fenômenos urbanos buscavam compreender as formas urbanas com base na identificação de padrões de distribuição espacial das pessoas e de atividades, “vinculando as formas espaciais aos processos de organização social” (PINHEIRO, 2014, p. 31). Nesses modelos, o centro se determina como núcleo urbano principal e responsável pela organização do território, e a cidade se constitui como espaço de competição e dominação. Assim, o solo mais disputado é determinado pelo centro.

Ainda, identificam-se os modelos que se ocuparam de tratar especificamente das cidades latino-americanas. Correa (1993) propõe um modelo de organização espacial que apresenta uma combinação dos padrões de anéis e setores especializados a partir de um núcleo central e com o reconhecimento de subcentros.

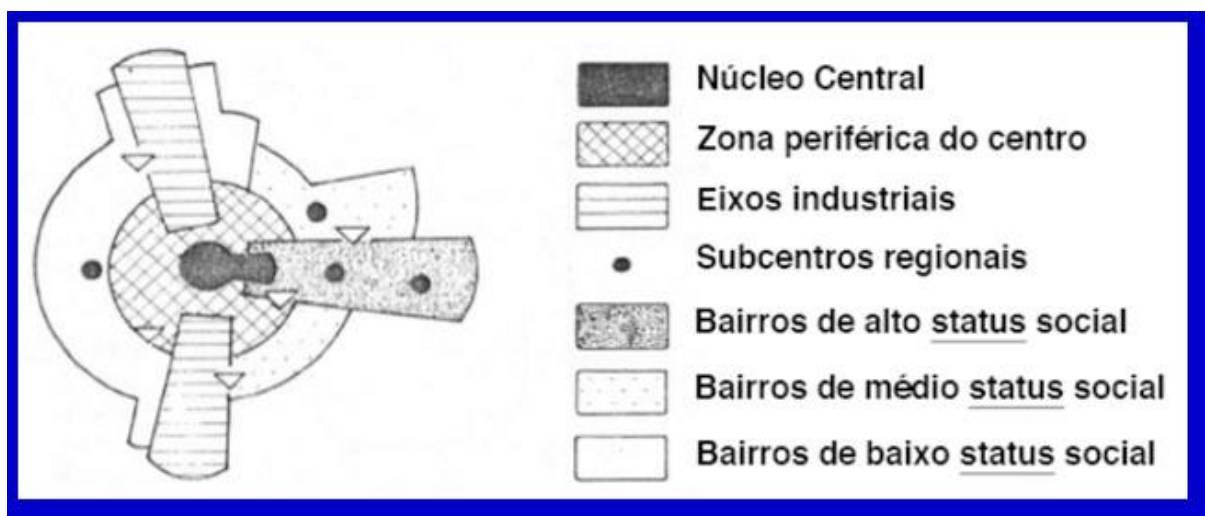


Figura 154 — Modelo de organização das cidades latino-americanas proposto por Correa
Fonte: CORREA, 1993, p. 75.

Já Villaça (1998), a partir do modelo de Hoyt (Escola de Chicago), elabora três modelos para a representação de metrópoles brasileiras a partir da possibilidade de expansão territorial:

um para cidades que têm 360 graus para se desenvolver; outro para as que têm 180 graus; e o último para aquelas que têm 90 graus.

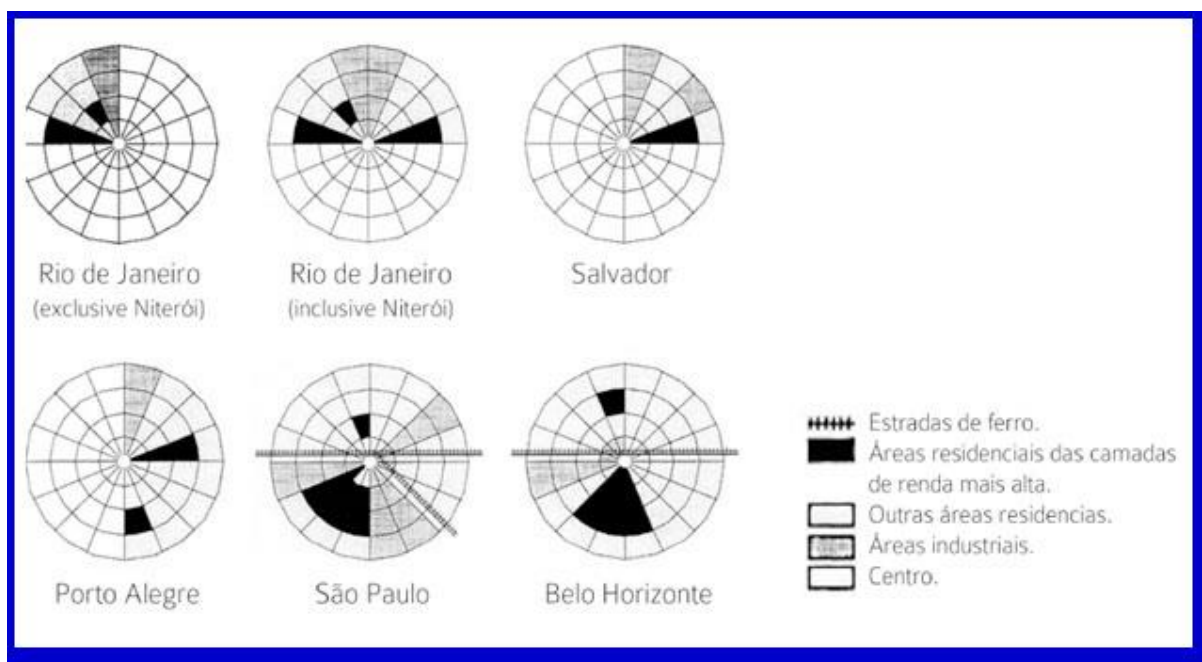


Figura 165 — Estruturas espaciais de metrópoles brasileiras propostas por Villaça
Fonte: PINHEIRO, 2014, p. 35.

Tanto os modelos advindos das teorias de localização, quanto os da Escola de Chicago buscaram entender a organização espacial das cidades a partir de fatores como a localização e a forma sob um viés econômico. No entanto, essa perspectiva acaba por desconsiderar os elementos cinéticos: os fluxos, as relações, os movimentos etc. Assim, o espaço é considerado apenas suporte para os processos sociais nele estabelecidos, e a centralidade é entendida apenas como componente estruturado pelos aspectos econômicos.

A perspectiva da centralidade a partir da estruturação urbana dedica-se a uma interpretação que não se ocupa somente daquilo que está fixo e determinado, isto é, relaciona-se — para além da *forma* — ao movimento, aos processos dinâmicos, aos fluxos e, principalmente, às relações. Aqui, o *conteúdo* se expressa pelos sujeitos assim como pelos atos (sociais, políticos, econômicos etc.). Nesse sentido, há uma ampliação da noção de centralidade.

Essa concepção reconhece que o entendimento do espaço urbano apenas pelas estruturas, formas fixas e funções não é capaz de compreender o fenômeno urbano de forma suficiente. Constrói-se, então, uma teoria de articulação entre espaço e sociedade, implicando

a ideia de que o espaço é um produto material de uma dada formação social. Lefebvre e Castells se ocupam de pensar o espaço urbano e, portanto, a centralidade, como espaço produzido e reproduzido continuamente a partir dessa teoria espaço-sociedade, que se traduz pela relação entre forma e sujeitos. No entanto, há uma divergência significativa entre a discussão teórica desses dois autores. Para Castells, não há uma relação de subordinação das transformações sociais e produtivas ao espaço, isto é, o espaço é produzido e reproduzido pelos fenômenos sociais, mas o inverso não acontece. O autor designa à cidade o papel de receptáculo da força de trabalho e consumo coletivo, determinando-a apenas como suporte para os processos sociais que ali se realizam.

A divergência entre os dois autores recai justamente na relação de subordinação dos fenômenos sociais ao espaço urbano. Ao passo que, para Castells, essa subordinação é inexistente, para Lefebvre essa relação é fundamental para a sua teoria espacial. A compreensão do espaço urbano como subordinado a uma construção contínua permite o entendimento do mesmo não como unidade autônoma, mas como unidade que não existe por si só, apenas como processo social. Ou seja, o espaço e a sociedade alteram-se mutuamente, implicando uma relação dialética na qual um produz e é, ao mesmo tempo, produzido pelo outro. Entende-se, então, a estruturação como “processo de modificação contínua das estruturas urbanas, sendo estas, apenas recortes temporais dessa dinâmica” (SILVA, 2001, p. 111).

A noção de centralidade a partir da perspectiva lefebvreaana emerge, então, do reconhecimento do espaço não apenas como suporte, mas como produto e meio de produção incorporado a uma dinâmica de constante construção e reconstrução em função dos fenômenos sociais. Para Lefebvre, a centralidade é encontro de tudo aquilo que coexiste em um espaço:

A centralidade é, então, uma *forma*, nela mesma vazia, mas que chama um conteúdo; objetos, seres naturais ou artificiais, coisas, produtos e obras, signos e símbolos, pessoas, atos, situações, relações práticas. O que a aproxima da forma lógica. De sorte que há uma lógica da centralidade. A forma implica a simultaneidade e dela resulta: simultaneidade de “tudo” aquilo que se pode reunir — e, por consequência, se acumular — num ato de pensamento ou num ato social, em um ponto ou nos arredores desse ponto. (LEFEBVRE, 2000, p. 694, tradução nossa).

Assim, a centralidade é entendida como concentração de tudo o que o urbano produz, com capacidade tanto de polarizar, atrair e aglomerar como de repelir e expulsar, constituindo também um “movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria e a estilhaça” (Lefebvre, 2002, p. 110). Desse modo, a centralidade relaciona-se ao conceito de aglomeração, entendendo-se esta última como uma ação (ou aglomeração de ações) — social ou individual — sempre em construção.

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. (LEFEBVRE, 2002, p. 111).

Nessa perspectiva, as forças aglomerativas e desaglomerativas atuam mutuamente na centralidade e são estabelecidas — assim como se estabelecem — pela relação espaço-sociedade. Nesse sentido, há uma ampliação a partir das teorias da localização e da Escola de Chicago, que abarcam a noção de centralidade no espaço urbano apenas como estrutura, levando em consideração tão somente os aspectos econômicos (consumo e produção), consolidados em forma e localização fixas na conformação do espaço, resultando em modelos estáticos e setoriais que buscam analisar e prever padrões de concentração.

Ainda, o entendimento da centralidade como movimento e construção ativa expande-a na relação espaço-tempo. Aqui, permite-se uma abordagem a partir de centralizações e aglomerações momentâneas que reúnem e dispersam conteúdos diversos.

3.2. Valor de uso e valor de troca nas centralidades

Até aqui, caminhou-se no sentido do reconhecimento de uma noção de centralidade a partir de uma perspectiva lefebvreana, isto é, o reconhecimento da centralidade como produto e meio da produção social. “Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece à análise é sempre uma unidade entre a forma e o conteúdo” (LEFEBVRE, 2001, p. 91). Essa perspectiva assume a existência de centralidades com conteúdos variados e qualidades diversas. Há, ainda, a ampliação do entendimento da centralidade no espaço-tempo a partir do seu movimento de (re)construção contínuo, portanto, sua criação e estilhaçamento.

Considerando que cada modo de produção cria — e é criado por — sua própria centralidade, ela nada mais é que a centralização de conteúdos diversos advindos de certo modo de produção. Isso posto, é possível dizer que a metrópole contemporânea é capaz de produzir tanto as centralidades firmadas nas formas de reprodução do capital, no produto e no valor de troca, quanto aquelas que se expandem na direção da centralidade renovada, firmada nas formas de reprodução da vida urbana, na obra e no valor de uso.

Temos à nossa frente um duplo processo, ou preferencialmente um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois aspectos deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto, o processo é conflitante. (LEFEBVRE, 2001, p. 16).

Apesar de reconhecidas as possibilidades, é preciso admitir: “hoje o valor de troca prevalece a tal ponto sobre o uso e o valor de uso que quase suprime este último” (LEFEBVRE, 2001, p. 20).

Na cidade capitalista, a centralidade é território escasso, disputado e de alto valor econômico, é também onde se centralizam os conteúdos do modo de produção do capital. Este último tem produzido (e transformado) as centralidades cada vez mais em espaços exclusivos do consumo e da produção, determinando o arrefecimento da aglomeração e da reunião pela dimensão da vida cotidiana (PINHEIRO, 2014). Cria-se, em duplo caráter, o lugar de consumo e o consumo do lugar: a centralidade-mercadoria.

Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrines, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas vêem, olham, falam, falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor e troca. Este tende a reabsorver o valor de uso na troca e no valor de troca. (LEFEBVRE, 2001, p. 130).

Nesse sentido, entende-se a centralidade cada vez mais como um produto imobiliário a ser comercializado. Até mesmo os espaços que não se pretendem — ao menos direta ou originalmente — ao consumo e à produção se transformam em produtos comercializáveis pela lógica de reprodução do capital na cidade capitalista. A centralidade como obra e como valor de uso passa a ser substituída pela centralidade como produto, na direção da troca e do valor de troca. De acordo com Lefebvre (2001), a centralidade capitalista (do consumo) se instala

com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior, no entanto pode dispensar isso tudo.

Eles o concebem e realizam, sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro. O fato novo é que eles não vendem mais uma moradia ou imóvel, mas sim urbanismo. Com ou sem ideologia, urbanismo torna-se valor de troca. O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiados: lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada. (LEFEBVRE, 2001, p. 32).

Assim, o modo de produção do capitalista tende a subtrair toda a intenção de distribuição democrática de oportunidades por trás da metrópole policêntrica e, ao invés de diminuir as fragmentações socioeconômicas metropolitanas, pode contribuir para um processo segregatório próprio da sua lógica de reprodução. Isso porque, ao centralizar conteúdos, outros são repelidos e expulsos, revelando a lógica centro-periferia da metrópole contemporânea.

A centralidade urbana acolhe os produtos e as pessoas. Proíbe seu acesso àqueles que ameaçam sua função essencial, que passa a ser a função econômica, anunciando e preparando o capitalismo (isto é, o modo de produção no qual predominam o econômico e o valor de troca). (LEFEBVRE, 2001, p. 129).

A partir da abordagem da centralidade como estruturação urbana, revela-se também a possibilidade de produção da centralidade a partir da práxis social, fundamental para a discussão que aqui se pretende estabelecer. A centralidade capaz de atrair e agregar não somente valores econômicos se expande para além dos espaços de consumo e produção, podendo ser entendida também como produto e meio de ações sociais individuais e coletivas que emergem por entre valores simbólicos, políticos e culturais.

Reconhecendo que mesmo a centralidade capitalista, isto é, a centralidade-mercadoria, tem capacidade de centralizar aspectos que se constituem para além da troca e do valor de troca, ou seja, por aspectos relativos à obra, entende-se que o uso e o valor de uso são capazes de emergir do espaço urbano mesmo que este caminhe por outra direção. Para Lefebvre (2001, p. 12), “a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos”.

Trata-se de uma superação pela e na prática: trata-se de *uma mudança de prática social*. O valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar o primeiro plano. Como? Pela e na sociedade urbana, partindo

dessa realidade que ainda resiste e que conserva para nós a imagem do valor de uso: a cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 127).

A centralidade renovada de Lefebvre caminha por uma mudança de prática social para propor e justificar uma outra centralidade, esboçando-se pelo conceito de “*centralidade lúdica*”. Evocar essa centralidade implica, segundo Lefebvre (2001), a restituição da festa pela transformação da vida cotidiana, na emancipação da apropriação, no encontro pelo uso e valor de uso, e na festa renovada, essencialmente ligada à invenção lúdica. De acordo com Lefebvre (2001, p. 131), “reunir, subordinando ao jogo em lugar de subordinar o jogo ao ‘sério’ da culturalidade e da cientificidade: assim se definem a proposição e o projeto”.

A centralidade lúdica tem suas implicações: restituir o sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia — dar ao tempo prioridade sobre o espaço, não sem considerar que o tempo vem se inscrever e se escrever num espaço — pôr a apropriação acima do domínio. (LEFEBVRE, 2001, p. 132).

Ainda conforme esse autor, a reunião do conteúdo que se diz lúdico é permeada por elementos e aspectos da “cultura”. Já que essa é facilmente institucionalizada, burocratizada e, ainda, apropriada como mercadoria e comercializada, permanecem fragmentos — como o teatro, em sua essência — como parte possível dessa centralidade renovada. Além desses fragmentos da cultura, o educativo, o formativo e o informativo podem ser reunidos na direção e construção do lúdico e sua centralidade.

Donde tirar o princípio da reunião do seu conteúdo? Do *lúdico*. O termo deve ser tomado aqui na sua acepção mais ampla e no seu sentido mais “profundo”. O esporte é lúdico, o teatro também, de modo mais ativo e mais participante que o cinema. As brincadeiras das crianças não devem ser desprezadas, nem as dos adolescentes. Parques de diversão, jogos coletivos de todas as espécies persistem nos interstícios da sociedade do consumo dirigida, nos buracos da sociedade séria que se pretende estruturada e sistemática, que se pretende tecnicista. (LEFEBVRE, 2001, p. 131).

3.3. Valor de uso e valor de troca na centralidade vendanovense

Incorporado à cidade de Sabará em 1857³⁵, o distrito de Venda Nova manteve sua ocupação concentrada nos arredores de onde hoje é considerado o seu centro tradicional, na

³⁵ Com a Lei Provincial número 818, do dia 4 de junho de 1857, de acordo com Lisboa (1996).

Rua Padre Pedro Pinto (antiga Rua Direita³⁶), por muitos anos. Foi apenas após sua anexação definitiva a Belo Horizonte em 1948 que o povoado de Venda Nova se viu diante de um significativo desenvolvimento e atendimento às suas mais latentes demandas em termos de infraestrutura urbana (LISBOA, 1996).

O pequeno povoado de Venda Nova teve que esperar muitos anos para se desenvolver e só após o ano de 1940 é que ocorreu um alento, mas o progresso chegou mesmo foi nas décadas de 1950 e 1960. Venda Nova disparou e ocorreram muitos loteamentos, depois o asfalto, esgoto, água encanada etc. Tudo chegou em todos os recantos. Antes a estrada era muito ruim, depois de muito tempo abriram a estrada de Belo Horizonte a Venda Nova, passando pela Avenida Antônio Carlos e depois pela Avenida Dom Pedro I. Com a criação da região da Pampulha pelo prefeito Juscelino Kubistchek de Oliveira, facilitou em muito a povoação pelos trajetos de ida a Venda Nova. (LISBOA, 1996, p. 27).

De pouso na rota dos tropeiros em direção ao Curral Del Rey, com um pequeno povoado de poucos recursos, uma capela dedicada a Santo Antônio e uma importante venda de secos e molhados, Venda Nova passa a se desenvolver e expandir seu território. Assim, o núcleo de povoação que deu origem a Venda Nova se desenvolve em torno da Matriz de Santo Antônio.

³⁶ Com o falecimento do antigo e estimado pároco da paróquia de Santo Antônio de Venda Nova, Padre Pedro Pinto, a rua Direita passou a ter seu nome. De acordo com Lisboa (1996), esse foi um projeto do vereador João de Paula Pires, eleito na região.



Figura 176 — Primeira Igreja Matriz construída em Venda Nova em 1809

Fonte: SILVA, 2000.

Como núcleo original de sua ocupação, o centro de Venda Nova então se estabelece como centro comercial que dá o suporte necessário para o abastecimento da população ao longo do seu desenvolvimento:

Venda Nova são duas: a primeira é aquela que era um pequeno povoado sem asfalto nas ruas, com poeira e casas antigas, dos tempos das tropas e dos tropeiros, das luzes a azeite e das lamparinas de querosene, das águas de chafariz, das minas e das bicas, das matas aos arredores, dos córregos com mais água, da abundância de peixes e das espécies de pássaros. A segunda Venda Nova atualmente ainda conserva as aparências daquilo tão saudoso, do passado. A diferença é que antigamente não havia asfalto, a energia elétrica e por isto, hoje temos mais conforto e um comércio ativo, cercado de várias agências bancárias. É na rua Padre Pedro Pinto que se encontram as duas pracinhas principais, sendo a primeira em frente à Matriz de Santo Antônio, onde existe árvores e flores e a segunda, em frente ao prédio da administração regional. Nas imediações é que se acha a área comercial mais forte, pois existem muitas lojas de sapatos, roupas, pano, flores, agência do correio, bares, o banco do Brasil, o BEMGE, o Unibanco, a Caixa Econômica Estadual, a Caixa Econômica Federal, supermercados EPA e Mineirão, açougues e outros comércios. (LISBOA, 1996, p. 37).

No entanto, conforme é testemunhado em relatos de antigos moradores, esse centro, além de palco da troca e do valor de troca, também se afirmou como centro social e político. De acordo com Lisboa (1996), o centro de Venda Nova assumiu o papel de local de encontro, de apropriação pela festa e de manifestações políticas. Assim, tornou-se receptáculo de manifestações sociais de todos os tipos, reforçando o papel da centralidade lúdica lefebvrea, das práticas sociais e da emancipação do uso e do valor de uso para além do valor de troca no território, que, apesar de se firmar também como espaço do consumo, se reforça e solidifica pela apropriação através do uso. Ainda conforme esse autor, no final do século XX, a Venda Nova que se presencia é reconhecida da seguinte forma:

Na área central de Venda Nova é um constante vai e vem de pessoas transitando. Há barbeiros, costureiras, camelôs, e tornou-se um ponto bom para de ganhar dinheiro. (LISBOA, 1996, p. 37).

Presenciamos uma venda nova Zoeirenta (bem diferente daquela dos primórdios do início deste século XX), alegre, festiva, em que tendo um trânsito de carros, ônibus e o povo indo e vindo na rua Padre Pedro Pinto. E se já fora um local pacato, atualmente tem muita agitação de dia e vida noturna também, assim, os afazeres das pessoas são constantes. [...] Atualmente, nos domingos pela manhã, a Avenida Vilarinho é engalanada com as barraquinhas das feiras. São roupas feitas, artesanatos, cervejas, salgados, refrigerantes, verduras, legumes etc. O ambiente é alegre e festivo e sem dúvida, útil à nossa comunidade. Na Avenida Vilarinho também acontece a visita de cantores, alguns eventos culturais, comícios políticos, muita música e alegria. E neste local, milhares de vendanovenses vão se distrair nestas ocasiões, nos finais de semana. Terminando, afirmamos que é uma beleza a área central. (LISBOA, 1996, pp. 55–56).

Segundo relatos reunidos no livro *“Lembranças... Venda Nova”*, de Ana Maria da Silva, produto do projeto “A História de Venda Nova através de fontes orais”³⁷ e de entrevistas realizadas, é possível agrupar uma série de relatos que corroboram a afirmação acerca de um centro vendanovense dotado de manifestações e práticas sociais que se expandiram pelo uso e valor de uso, e suas apropriações ao longo do século XX.

Os relatos evocam memórias que percorrem espaços e práticas que consolidavam apropriações do espaço pelo uso, através da obra em sentido lefebvrea. As apropriações aqui tratadas serão aquelas que se especializaram no centro tradicional de Venda Nova, que até hoje se firma como principal centro da região.

³⁷ Realizado com os benefícios da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte no ano de 2000.

De acordo com Silva (2000), em meados do século XX³⁸, foi inaugurado pelo empresário Aldemiro Torres, com ajuda de toda a comunidade, o primeiro cinema de Venda Nova — o Cine Teatro São Pedro — e a Companhia Teatral Leopoldo Fróes. O cinema localizava-se em um casarão na então Rua Direita, atual Rua Padre Pedro Pinto, na esquina com a Rua Santo Antônio, em frente à igreja da Paróquia Santo Antônio de Venda Nova. Segundo relatos, no casarão eram encenadas pelos moradores peças trazidas dos teatros de Belo Horizonte.

O espaço, então, se tornava palco do encontro e de apropriações diversas, permeadas pela cultura.



Figura 27 — Cine Teatro São Pedro, na Rua Direita
Fonte: SILVA, 2000.

Eles todos tinham um interesse muito grande por isso; então o Miro teve a ideia de levar essas peças lá em Venda Nova e fez esse cine teatro que era

³⁸ Data aproximada de acordo com os registros no livro *Lembranças... Venda Nova*, de Ana Maria Silva.

muito bom para a localidade: bastidores muito bons, camarins razoáveis. Improvisava-se as meninas que queriam participar. E como eu também vinha assistir alguma coisa em Belo Horizonte e minhas irmãs também, fomos nos interessando por aquilo. A princípio, a gente começou aquilo um pouco acanhada; depois vimos que não podíamos representar à altura dos artistas daqui, mas podíamos levar um pouco de entretenimento para o pessoal de lá. Mais tarde, o seu Lucas, o Miro, o seu Salvo, o Geraldo Pedro Santos resolveram dar nome a esse conjunto de teatro que se chamou Leopoldo Fróes. (SILVA, 2000, p. 22).³⁹

Nós tínhamos coisas maravilhosas nesse cine. Ali, nessa praça do cinema, era o footing. Os rapazes ficavam do lado direito, e, do lado esquerdo, as moças passeavam, até determinado lugar: iam e voltavam. (SILVA, 2000, p. 45).

Segundo relatos, a área central de Venda Nova também se firmava como território dos jogos através das brincadeiras das crianças que aconteciam na atual Rua Padre Pedro Pinto, a então Rua Direita:

Quando eu era criança, brincávamos muito aqui nessa rua Direita. Essa rua Direita não tinha calçamento, era tudo limpo mesmo. E a criançada, meus irmãos, o Benjamim, o Paulo, o Vicente, outros colegas, primos da família, nós ficávamos jogando pelada, ali, na rua, tudo sujo com as roupas rasgadas, menino brincava é assim: pula daqui, pula dali. (SILVA, 2000, p. 45).⁴⁰

Em 1925 foi fundada a Corporação Musical de Santo Antônio na sede da igreja de Santo Antônio, no núcleo central de Venda Nova. Consoante narrativa do Sr. Hélio Alves, constante no livro *“Lembranças... Venda Nova”*, de Ana Maria Silva, o grupo se apresentava nas diversas festas que aconteciam na região central.

Eu tocava mais aqui em Venda Nova, porque aqui tinha muita festa, principalmente na capelinha. Era o levantamento de bandeira de São Geraldo; bandeira do Sagrado Coração de Jesus, depois de Santo Antônio, a procissão do Santíssimo nós tocávamos muito. [...] Aprendi muito tocando, principalmente da festa do São Sebastião, que era uma festa muito boa que tinha aqui em Venda Nova. Passava o dia inteiro tocando. Tinha leilão de gado, leilão de galinha, lá na pracinha, e a banda sempre tocando. (SILVA, 2000, p. 23).

³⁹ Relato de “Dona Naná” (Maria de Lourdes R. Pires) constante no livro *Lembranças... Venda Nova*, de Ana Maria Silva.

⁴⁰ Relato de Hélio Alves constante no livro *Lembranças... Venda Nova*, de Ana Maria Silva.



Figura 188 — Corporação Musical de Santo Antônio em 1954
Fonte: SILVA, 2000.

Ainda, de acordo com relatos, as festas tradicionais da região — especialmente as religiosas — aconteciam no centro de Venda Nova, em especial na praça da Matriz de Santo Antônio.

Faziam as duas: Santo Antônio e a de São Pedro. Santo Antônio porque era padroeiro; então era feita também com muito carinho, com muito entusiasmo, e São Pedro quem organizava era o povo e de um modo geral chefiado pelo Miro, homenageando o tio padre, que era o Pedro. Tinha fogueira na praça e quadrilha. (SILVA, 2000, p. 46).



Figura 29 — Quadrilha da festa de Santo Antônio
Fonte: SILVA, 2000.

Segundo Lisboa (1996), a Rua Direita também foi palco de diversas manifestações políticas no século XX. No entanto, é possível reconhecer que, na ocasião, a paróquia de Santo Antônio tornava-se em grande parte responsável pela apropriação do centro como território de práticas sociais, apropriações pela festa, reuniões e encontros. Há certo reconhecimento dessa centralidade de Venda Nova do século XX sendo construída pela prática social, pelo encontro no uso e no valor de uso, ainda que também fosse amparada pelo consumo e seus espaços.

Pensar a centralidade vendanovense pela perspectiva lefebvrea da centralidade lúdica implica o reconhecimento dessa como palco de apropriações que se dão pela obra para além do produto. Os fragmentos da cultura e do jogo amarrados na centralidade lúdica por Lefebvre são revisitados nos relatos aqui descritos — ainda que esses sejam guiados por memórias afetivas de um território complexo —, os quais tratam a centralidade de Venda Nova ao longo do século XX como território construído pela práxis social, através de uma construção coletiva e apropriação pelo uso, seja pelos jogos nas ruas, pelos encontros na porta do Cine Teatro ou pelas festas na praça da Matriz, as feiras e festivais na Rua Direita.

No entanto, a centralidade de Venda Nova tem se modificado ao longo dos anos e a apropriação do espaço tem se adaptado às novas formas de ocupação da região. É certo que o consumo sempre fez parte da organização territorial da centralidade desde sua origem. Das antigas vendas que davam suporte à passagem dos tropeiros ao comércio local que abastecia

a região, o centro sempre se afirmou como espaço do consumo. Contudo, outras formas de apropriação desse espaço se ocuparam em construir uma centralidade para além da troca. As apropriações pelo uso e valor de uso também foram responsáveis pela estruturação do território da centralidade.

Hoje, o que se vê na centralidade de Venda Nova é um espaço que se anuncia pela troca, reconhecido por aqueles que o constroem cotidianamente como espaço do consumo sem possíveis expansões para além da apropriação pelo valor de troca.

Minha relação com ele é puramente comercial. Eu frequento normalmente é uma vez na semana para fazer as compras de necessidades domésticas mesmo, então minha relação é estritamente comercial. De lazer, não frequento para nada, né? Só comercial mesmo. (Informação verbal).⁴¹

Aqui não tem lazer nenhum, é só questão comercial mesmo. Venda Nova em si é igual Justinópolis, não tem diversão, não tem esse negócio de diversão, é comercial mesmo. Se tiver que resolver alguma coisa de comércio, médico, até igreja mesmo... É Venda Nova. Agora, diversão não tem nenhuma. Parque, não tem nada pra interagir com gente mesmo. (Informação verbal).⁴²

Não tem lazer, é só coisa de trabalho comercial mesmo porque não tem nada de lazer ali. O lugar que eu mais entendo como de lazer seria o shopping que tem brinquedos, tinha teatro, tem cinema, mas no centro de Venda Nova mesmo não tem nada, tem só comércio. (Informação verbal).⁴³

Lá pra mim sempre foi uma área comercial, então desde novo eu tinha essa referência e lá era uma região comercial boa ao ponto de eu não precisar ir no centro para comprar alguma coisa ou resolver algo, entendeu? Então, lá tinha praticamente as mesmas coisas que tinha no centro. Se eu quisesse comprar uma roupa, podia ir em Venda Nova ao invés de ir no centro, se eu quisesse comprar um brinquedo, vídeo game, móvel, um sofá, qualquer coisa eu conseguia tudo isso em Venda Nova, no centro de Venda Nova. Então, eu tenho Venda Nova muito como região central, lógico que fez parte da minha vida porque a gente basicamente vive em prol de compra, né, então tudo que eu comprava era mais naquela região. (Informação verbal).⁴⁴

Você resolve tudo que tem por ali, que em questão de preço é muito mais barato do que a gente ter que deslocar para o Centro ou para alguma outra região. Ali a gente encontra tudo, atualmente ainda mais. Então, eu tenho

⁴¹ XV, MORADOR. **Entrevista XV**. [mai. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (27min.).

⁴² XI, MORADOR. **Entrevista XI**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (16min.).

⁴³ X, MORADOR. **Entrevista X**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (23min.).

⁴⁴ XIV, MORADOR. **Entrevista XIV**. [mai. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (18min.).

banco, eu tenho loja, tenho supermercado, eu tenho tudo ali. (Informação verbal).⁴⁵



Figura 30 — Rua Padre Pedro Pinto, no centro de Venda Nova
Fonte: SIQUEIRA, 2015.

Atualmente, a área central de Venda Nova é conformada, sobretudo, por estabelecimentos não residenciais e de uso misto. De acordo com o diagnóstico do Plano Diretor Regional de Venda Nova (PBH, 2012), a análise a partir do VAF do comércio segundo divisões de atividades na regional demonstra que o bairro Venda Nova — onde está inserida a centralidade aqui tratada — apresentava, em 2008, a maior concentração de comércio varejista da região.

⁴⁵ XIII, MORADOR. **Entrevista XIII**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (27min.).

VAF DO COMÉRCIO SEGUNDO DIVISÕES DE ATIVIDADE - VENDA NOVA - 2008

Bairros	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	Comércio varejista	Total	Participação
Flamengo			44.082	44.082	0,02%
Vila São João Batista			79.615	79.615	0,03%
Laranjeiras	9.822		92.243	102.065	0,04%
Nova América	57.347		48.141	105.488	0,04%
Canaã	197.120		54.625	251.745	0,1%
Lagoinha Leblon	89.313		169.384	258.697	0,1%
Cenáculo	52.722	134.913	147.044	334.679	0,1%
Maria Helena		1.196	1.239.691	1.240.887	0,4%
Jardim dos Comerciantes	3.245	98.437	1.399.607	1.501.289	0,5%
Jardim Leblon	167.018	172.442	1.290.621	1.630.081	0,6%
Vila Jardim Leblon		1.407.231	377.086	1.784.317	0,6%
Lagoa			2.533.442	2.533.442	0,9%
Mantiqueira	40.312	181.935	2.417.067	2.639.314	0,9%
Europa	171.677	56.608	2.631.185	2.859.470	1,0%
Piratininga		330.220	2.972.850	3.303.070	1,1%
Copacabana	32.706	19.445	3.465.905	3.518.056	1,2%
Minas Caixa	532.381	5.713.713	654.037	6.900.131	2,4%
Vila Clóris	128.962	4.651.368	2.219.067	6.999.397	2,4%
Serra Verde			7.100.402	7.100.402	2,5%
Rio Branco	396.426	1.968.113	6.525.850	8.890.389	3,1%
Céu Azul	163.601	220.855	9.476.162	9.860.618	3,4%
Candelária	547.530	233.558	11.901.674	12.682.762	4,4%
Parque São Pedro	1.595.954	368.368	16.128.325	18.092.647	6,3%
Letícia	440.807	2.805.047	15.998.132	19.243.986	6,7%
Santa Mônica	2.613.186	8.548.232	13.539.344	24.700.762	8,5%
Venda Nova	1.696.459	3.429.449	55.762.389	60.888.297	21,1%
São João Batista	4.436.774	68.914.541	18.023.507	91.374.822	31,6%
Total	13.373.362	99.255.671	176.291.477	288.920.510	100,0%

Tabela 1 — VAF do comércio segundo divisões de atividade — Venda Nova (2008)

Fonte: PBH, 2012.

Com o aumento significativo do número de estabelecimentos comerciais, a centralidade tradicional de Venda Nova se viu em um processo de modificação da forma como o seu território é apropriado. A substituição de espaços que favoreciam a apropriação pelo uso e

valor de uso (como é o caso do Cine Teatro São Pedro) por estabelecimentos essencialmente comerciais e relacionados ao consumo sugere uma transição na direção quase que exclusiva da troca. Ainda, é possível levantar a hipótese de que esse processo é acentuado pela gradual substituição de estabelecimentos comerciais tradicionais por estabelecimentos de grandes redes e, além disso, a substituição de pontos de referência históricos por estabelecimentos comerciais, colaborando para a afirmação da centralidade como espaço quase exclusivamente do consumo.

Infelizmente alguns marcos históricos foram destruídos e eu particularmente sinto muito por isso. A própria igreja trazia algumas referências. E tá há muito tempo sem ter a igreja lá. Algumas edificações, que eu acho que eram bem importantes até pra dar a ambiência do lugar, mais agradável... As referências foram se perdendo. Até pra gente se localizar as edificações são importantes. Hoje em dia as referências acabam sendo alguma loja. O que é uma pena... Antes tinha uma casa rosada, a casa rosa foi pro chão há muitos anos já. (Informação verbal).⁴⁶

Eu lamento, especialmente como artista da região, como esse pedaço de Venda Nova especialmente tem perdido os seus espaços para manifestações culturais, como a gente tem perdido espaços possíveis de se montar um palco, de ter um espetáculo de rua porque nas praças, todo o espaço vago que se encontra em praças, coloca aqueles aparelhos de ginástica e as pessoas fazem ginásticas sem qualquer tipo de orientação... É posto apenas o aparelho, então as pessoas não têm nenhuma estrutura ali que explique como usar aquilo. E, por não ter um teatro, não ter casas de espetáculo, não ter galpões que não sejam igrejas... Então, culturalmente, eu lamento muito. (Informação verbal).⁴⁷

Um exemplo claro acerca da substituição e desaparecimento de importantes pontos e marcos de referência é a trajetória da Igreja Matriz da Paróquia de Santo Antônio de Venda Nova até o ponto em que hoje se encontra. Essa paróquia, a mais antiga da regional, tem um significativo histórico de demolições de suas matrizes. A quarta versão da Igreja Matriz foi demolida no início da década de 2000 para dar lugar a uma nova versão. No entanto, foi apenas em meados de 2018 que a construção desta última teve início — até hoje sem previsões para que seja concluída. Contudo, observa-se que toda a área do terreno da igreja, antes utilizada como espaço de encontro, de festas e reuniões, encontra-se cercada com acesso restrito e

⁴⁶ II, MORADOR. **Entrevista II**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (23min.).

⁴⁷ CARVALHO, Marcus. **Entrevista XVIII**. [mai. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (32min.).

fechado à comunidade, fato que colabora para o processo de modificação da forma como o espaço da centralidade é apropriado hoje, uma vez que a praça da Igreja Matriz conformou-se, no século XX, como importante palco das mais diversas manifestações firmadas pelo uso.

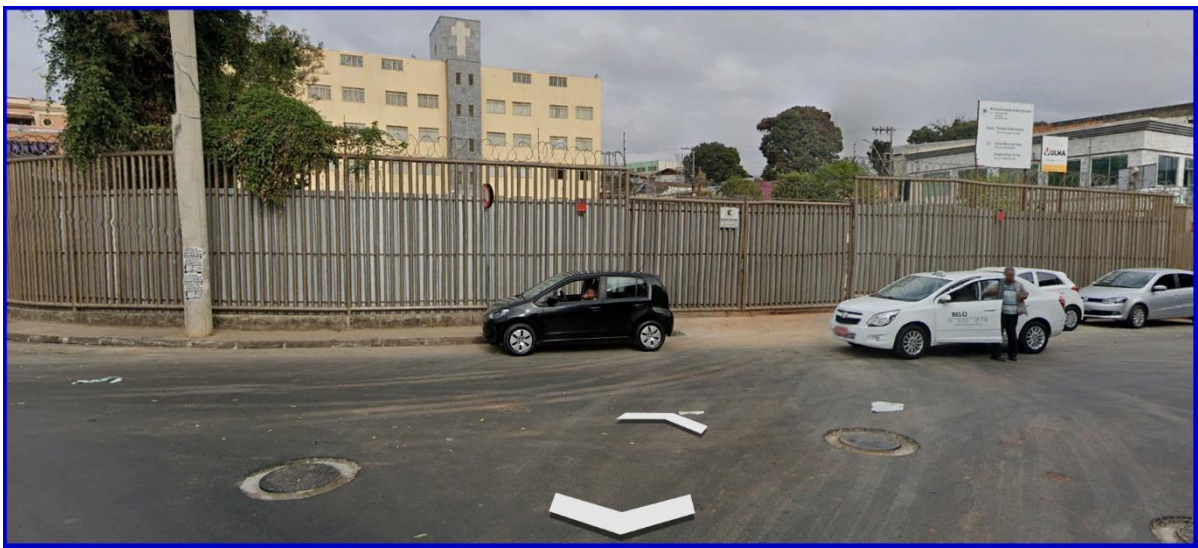


Figura 31 — Terreno da Paróquia de Santo Antônio de Venda Nova, onde a quarta versão da Igreja Matriz foi demolida e onde a nova será construída

Fonte: imagem retirada do Google *street view*.

Então o que eu percebo é que é um lugar também frequentado por outras razões, mas que tem perdido esses espaços, sabe? Outro exemplo de espaço que tem sido perdido: à frente da Igreja da Matriz, existe uma praça aí na frente da própria Matriz de Venda Nova, existe um grande canteiro onde aconteciam festas juninas, onde aconteciam grandes eventos. Esse canteiro hoje tá bem prejudicado, ele foi cercado com umas cercas muito altas... Então, está muito restrito apenas a eventos da diocese, né, da igreja. É um pouco mais complicado que a comunidade acesse. (Informação verbal).⁴⁸

Nota-se que a percepção da centralidade pela população hoje passa por uma afirmação do centro como um espaço funcional e utilitário, onde a troca se superpõe ao uso e os espaços são cada vez mais destinados ao consumo. Essa percepção ocorre ao mesmo tempo que emerge um sentimento de perda do espaço da festa e do encontro. Assim, a centralidade é gradativamente lida como espaço de reprodução do modo de produção capitalista, e as apropriações relacionadas ao valor de uso antes existentes tornam-se cada vez menos presentes. Dessa forma, é possível dizer que a centralidade de Venda Nova hoje é conformada

⁴⁸ CARVALHO, Marcus. **Entrevista XVIII**. [mai. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (32min.).

e percebida pela troca. Os espaços que antes possibilitavam alguma expansão para além do consumo foram substituídos, e as apropriações para além da troca tornaram-se cada vez menos expressivas no território. Há, então, uma ausência de espaços que possibilitem a construção e a afirmação do uso e do valor de uso nesse território.

No entanto, é preciso reconhecer que, na centralidade, ainda persistem resquícios de uma apropriação que se dá pela expansão da apropriação para além da troca. O Centro de Referência da Memória de Venda Nova, que tem como sede o Casarão da Rua Boa Vista é um dos poucos espaços na centralidade que dá suporte a um tipo de apropriação pautada pelo uso, e não pela troca.



Figura 32 — Casarão da Rua Boa Vista, sede do Centro de Referência da Memória de Venda Nova
Fonte: DURÃES, 2018.

Construído no fim do século XIX, o casarão localiza-se na esquina da Rua Padre Pedro Pinto com a Rua Boa Vista e abriga um tímido acervo histórico que pretende resgatar e promover a memória da região. Ele foi aberto à comunidade como Centro de Referência da Memória em 2013, depois de ter sido reconstruído após um incêndio em 2007. Antes do incêndio, o casarão havia sido tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, conquista creditada à iniciativa CULTURARTE, grupo que visa à valorização e à preservação da memória de Venda Nova. O Centro de Referência da Memória

de Venda Nova é hoje gerenciado pelo Centro Cultural de Venda Nova, localizado no bairro Jardim dos Comerciários.

Um dos projetos de educação patrimonial que é oferecido pelo Centro de Referência é o projeto “Trilhas da Memória”. Produzido no contexto da pesquisa “Educar pela cidade: Memória e Patrimônio Cultural e Ambiental” e coordenado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE-UEMG), o projeto teve como objetivos a inventariação de objetos, documentos, fotografias, espaços e outras referências importantes para o fortalecimento da identidade cultural de Venda Nova. Esse inventário serviu de base para a produção de material didático-pedagógico para utilização na Educação Básica. Um desses materiais é um mapa interativo da regional no qual são indicadas referências e práticas culturais de memória. Ainda, um dos braços do projeto consiste em uma trilha guiada pela centralidade de Venda Nova, descrita de acordo com Henrique Willer, técnico em patrimônio cultural da Fundação Municipal de Cultura:

Tem um projeto que eu desenvolvo chamado Trilhas da Memória em que eu convido geralmente alunos de escolas da região de Venda Nova e a gente faz um percurso entendendo a Padre Pedro Pinto como esse lugar de memória. Então, a gente sai ali da praça Amintas de Barros, em frente à Administração Regional, e a gente percorre dali até chegar no casarão, parando em alguns pontos em que eu vou mostrando algumas imagens históricas antigas, contando a história desses determinados pontos, fazendo essa conversa com os participantes do projeto. Então na Praça, por exemplo, mostro algumas fotos dos anos [19]60 e [19]70 contrastando com o cenário atual, mostrando os shows que aconteciam ali, manifestações de trabalhadores... Chamo atenção também pro patrimônio ambiental que tem na praça, árvores que existem, a fícus, que é aquela árvore maior que tem na praça... Depois eu vou andando com eles em uma experiência antropológica, chamando atenção pra eles prestarem atenção nos barulhos, nos cheiros, nas falas, no jeito de vestir das pessoas, aí a gente para na igreja Metodista e eu conto a história da chegada dos metodistas na região de Venda Nova, chamo atenção para arquitetura daquela igreja *art déco*, mostro um pouco do que estava acontecendo nos anos [19]40 e uma sintonia com o que tá acontecendo na Pampulha, o projeto arquitetônico da Pampulha. Depois eu ando mais com eles um pouquinho paro onde era a Escola Santos Dumont, onde hoje é um centro de supletivo, conto a história da escola, que foi a primeira de Venda Nova, né, da Regional, e que agora está na rua de trás. Paro na Igreja Matriz, que é o ponto que eu fico um tempo maior parado nesse trajeto, vou mostrando as diferentes versões da igreja desde 1819, que é a primeira versão, a segunda versão do início do século XX, vou mostrando e chamando atenção pra uma educação patrimonial de que Venda Nova é um lugar antigo, tem mais de 300 anos e ao mesmo tempo uma dificuldade imensa de preservar sua memória a partir dos lugares. Então, a igreja que tá sendo construída agora, a quarta ou quinta versão, dependendo da interpretação,

até chegar no casarão que também sofre isso, né, com a questão do incêndio. (Informação verbal).⁴⁹

Apesar da resistência desempenhada por alguns espaços e projetos que atuam na centralidade com o objetivo de resgatar, através da memória, uma apropriação e ocupação do espaço que se dê para além das formas de consumo, nota-se que esses tornam-se apenas resquícios de uma centralidade do valor de uso, hoje construída quase que essencialmente pela troca. Dessa maneira, apesar de reconhecer que a centralidade desempenhou um papel significativo na construção do elo afetivo do ser vendanovense com o território, pode-se dizer que a forma como a centralidade é hoje apropriada e o modo como o espaço é partilhado já não amparam mais os sentidos de pertença e a construção da identidade territorial.

Nesse sentido, é possível recorrer às noções de espaço abstrato e espaço diferencial conceituados por Lefebvre. Em sua obra *“A produção do espaço”*, de 1974, o autor afirma que o capitalismo apenas conseguiu sobreviver graças à sua permanente expansão e à passagem da produção de coisas no espaço para a produção do espaço em si. Isso posto, pode-se dizer que o espaço se encontra intimamente ligado à reprodução do modo de produção capitalista. Segundo o autor, o espaço abstrato é aquele que se constitui formal, quantificado, homogêneo, fragmentado e funcionalmente segregado e hierarquizado. Esse espaço é ocupado, controlado e orientado para a reprodução das relações sociais de produção, ou seja, é o espaço econômico, subordinado quase que integralmente à troca e ao valor de troca.

Esse espaço abstrato assume a sequência do espaço histórico, que também nele persiste como sedimento e suporte, que vai se debilitando, de espaços de representação. O espaço abstrato funciona “objetivamente” como conjunto de coisas-signos, com suas relações formais: o vidro e a pedra, o cimento e o aço, os ângulos e as curvas, os plenos e os vazios. Esse espaço formal e quantificado nega as diferenças, as que provêm da natureza e do tempo (histórico), assim como as oriundas do corpo, idades, sexos, etnias. A significância de um tal conjunto remete a uma sobressignificância que escapa ao sentido: o funcionamento do capitalismo, ao mesmo tempo estilizante e dissimulado. (LEFEBVRE, 2000, p. 127, tradução nossa).

Sob essa perspectiva, o espaço abstrato porta-se como receptáculo do espaço concebido, em uma significativa redução do espaço vivido, já que, segundo Lefebvre (2000, p. 129, tradução nossa), “a abstração é dotada de uma terrível potência redutora do ‘vivido’”.

⁴⁹ WILLER, Henrique. **Entrevista XIX**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (25 min.).

Nesse sentido, é possível relacionar a centralidade de Venda Nova com a noção do espaço abstrato, já que a centralidade atual se expande através do espaço econômico, produzido e reproduzido pelo capitalismo conforme a lógica do mundo da mercadoria, apoiando-se, nesse caso, no centro de consumo.

No entanto, o espaço carrega também o valor de uso, que resiste à generalização do valor de troca. É nesse sentido que o espaço diferencial se ancora, pois esse é engendrado pelas contradições do espaço abstrato, decorrendo da dissolução das relações sociais orientadas pela homogeneização, fragmentação e hierarquização de objetos e sujeitos abstratos. Assim, a produção do espaço diferencial acontece a partir da vida cotidiana transformada, já que esse é o espaço da prática social. Dessa maneira, de acordo com Lefebvre (2000), o espaço diferencial reunirá o que o espaço abstrato separa, isto é, as funções, os elementos e os momentos da prática social.

Com isso, embora carregada de signos e símbolos, e apesar de abrigar fragmentos de apropriações e manifestações não dirigidas pelo consumo, reconhecidas como resquícios do espaço diferencial uma vez existente, é possível dizer que a centralidade de Venda Nova hoje já não se expande de forma significativa para além do valor de troca em direção a uma identidade territorial marcada pelo uso, já que essa tem sido ativamente construída, nos últimos anos, sob uma perspectiva do espaço abstrato, ou seja, sob uma perspectiva do espaço econômico engendrado pela troca e pelo valor de troca. Assim, surge a hipótese de que a identidade territorial e o senso de pertença resistem — e, ao mesmo tempo, são construídos — de outras formas e em outros territórios para além da centralidade.

4 IDENTIDADE E TERRITÓRIO

4.1. Territorialização e mobilização na construção de identidades

Na direção de uma aproximação da noção de identidade e território, torna-se fundamental o entendimento deste como espaço essencialmente apropriado e construído socialmente por diferentes sujeitos, atores sociais e instituições, a partir do processo aqui denominado territorialização. De acordo com Saquet (2002), o processo de apropriação do espaço geográfico é econômico, político e cultural. Isso posto, concordamos com Haesbaert (2004, p. 3), que afirma que todo território é funcional e simbólico ao mesmo tempo, abrindo simultaneamente relações de poder que envolvem apropriação e dominação: “Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’”. O autor caracteriza o que ele denomina como duas grandes referências “extremas” ou dois grandes “tipos ideais” na investigação do território:

“TIPOS IDEIAIS” NA CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO SEGUNDO HAESBAERT

“TERRITÓRIO FUNCIONAL”	“TERRITÓRIO SIMBÓLICO”
PROCESSOS DE DOMINAÇÃO “TERRITÓRIOS DA DESIGUALDADE”	PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO “TERRITÓRIOS DA DIFERENÇA”
TERRITÓRIO SEM TERRITORIALIDADE (EMPIRICAMENTE IMPOSSÍVEL)	TERRITORIALIDADE SEM TERRITÓRIO (EX.: “TERRA PROMETIDA” DOS JUDEUS)
PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE (NO SEU EXTREMO: UNIFUNCIONALIDADE)	PRINCÍPIO DA MULTIPLICIDADE (NO SEU EXTREMO: MÚLTIPLAS IDENTIDADES)
TERRITÓRIO COMO RECURSO, VALOR DE TROCA (CONTROLE FÍSICO, PRODUÇÃO, LUCRO)	TERRITÓRIO COMO SÍMBOLO, VALOR SIMBÓLICO (“ABRIGO”, “LAR”, SEGURANÇA AFETIVA)

Figura 193 — “Tipos ideais” na caracterização do território segundo Haesbaert
Fonte: elaborado pela autora com base em Haesbaert (2004).

O autor sugere que os “tipos ideais” propostos nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território dito “funcional” terá sempre alguma carga simbólica, mesmo que pouco significativa. Da mesma forma, todo território “simbólico” possui algum caráter funcional. Assim, o território sempre carregará, simultaneamente, porém em intensidades diferentes, uma dimensão simbólico-cultural — através de uma identidade territorial conferida pelos grupos sociais — e uma dimensão funcional, mais concreta e de caráter político-disciplinar, em outras palavras, “a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos” (HAESBAERT, 1997, p. 41). Caminhando na mesma direção, Lefebvre também distingue esses dois movimentos de apropriação e dominação, afirmando o primeiro como o processo simbólico, no âmbito do valor de uso, e o segundo associado ao valor de troca (funcional).

Embora reconheçamos a enorme relevância desta distinção, podemos divergir em relação aos termos, já que, na verdade, são duas formas distintas de produção do território enquanto recurso: os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana. (HAESBAERT, 2004, p. 3).

É possível afirmar que o território simbólico é aquele capaz de produzir — assim como de ser produzido por — múltiplas identidades, que se originam a partir dos símbolos e signos nele produzidos e introduzidos. Sendo assim, o território é capaz de abrigar uma multiplicidade de identidades. Nesse sentido, a identidade territorial é interposta por outras tantas, sendo que seu conteúdo simbólico pode se modificar ativamente. Portanto, a identidade territorial não pode ser entendida como unitária e monolítica e imutável.

[...] não se pode pensar em a identidade social — enquanto única e central — senão de um modo extremamente efêmero, e como resultante das diversas identidades sociais [...] movimentadas pelo indivíduo. Por isso, preferimos pensar sempre em *as identidades sociais*. (PENNA, 1992, p. 97).

De acordo com Haesbaert (2007, p. 44), toda identidade é “espacial”, uma vez que se realiza no e através do espaço “pelo referente espacial em estratégias de apropriação, culturais e políticas, dos grupos sociais”. Nessa perspectiva, Caldo (1996) propõe que a relação identitária é a responsável por ligar uma determinada comunidade ao seu espaço vivido, entendendo-o como aquele momento de integração que conjuga a dimensão física do espaço geométrico e aquela social do espaço relacional. Dessa forma, o território pode ser reconhecido como a porção do espaço (geográfico) na qual uma comunidade se reconhece e em que se

relaciona, a partir de um agir coletivo. Isto é, o território emerge a partir da interação da comunidade com o ambiente: “Se, por um lado, a identidade territorial gera e orienta os processos de territorialização, por outro lado estão as mesmas ações de territorialização a reforçar o processo de identificação entre a comunidade e o seu espaço vivido” (POLLICE, 2010, p. 9).

Assim, sendo entendido como espaço de pertença, o território converte-se em um produto social, simbólico e afetivo, através do qual as identidades territoriais são construídas, consolidando o sentido de pertença da comunidade local. Portanto, conforme propõe Pollice (2010), o sentido de pertença se afirma cada vez mais como a expressão social da identidade territorial.

A identidade, nesse sentido, cria e re-cria espaços de referência identitária. Esse referente espacial é produzido tanto concreta como simbolicamente, onde se produz e se ancora determinada cultura que é, em alguma medida, também política. [...] É nele que são mobilizadas as práticas materiais (formas de uso, produção e organização do espaço) e as representações espaciais (os significados, os símbolos, a imaginação, a invenção, os modos de ver, sentir e “provar” o espaço), que constroem o sentimento e o significado de pertencimento dos grupos ou indivíduos em relação a um território, isto é, são e re-produzem constantemente o território. (MONDARDO, 2009, p. 22).

Para Haesbaert (1997), é o agir político e cultural dos grupos e atores sociais que se reproduzem no espaço o responsável por constituir uma identidade, e não propriamente o espaço em si. Nesse sentido, o autor propõe que é o poder simbólico aquele capaz de fazer uso de elementos espaciais, representações e símbolos na construção da identidade territorial.

Partindo do entendimento de que a identidade territorial é capaz de orientar o agir coletivo e os processos de territorialização, Pollice (2010) sugere que a identidade é matriz de mudança justamente por determinar objetivos e estratégias de ação coletiva, colocando em evidência seu caráter estruturante. Nessa mesma perspectiva, Mondardo (2009) propõe que a eficácia das estratégias identitárias depende necessariamente do poder de mobilização e legitimação dos atores sociais que se organizam em torno de uma identidade. No entanto, conforme sugere o autor, esses processos dependem não apenas do capital econômico e político, mas especialmente do capital simbólico disposto na estrutura de um determinado recorte espacial e de um grupo social.

É através da afirmação do poder de “autoridade legítima” e do poder simbólico que, pela força do “discurso performático”, do poder quase mágico das palavras, das imagens, dos símbolos, dos cortes e recortes da historicidade local, dos enunciados escolhidos e da repetição induzida por estes, que a identidade pode produzir o consenso, a mobilização e a ação. (MONDARDO, 2009, p. 12).

Isso posto, nota-se que o sentido de pertença, determinado por Pollice (2010) como a expressão social da identidade territorial, torna-se determinante ao responsabilizar os atores sociais envolvidos, estimulando o comportamento proativo no agir coletivo.

Castells (1999) define o conceito de identidade como o processo de construção de significados fundamentados em um atributo cultural — ou em uma série de atributos culturais inter-relacionados — que prevalecem sobre outras fontes de significado. Sendo a noção de significado, de acordo com o autor, estabelecida pela “identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator” (CASTELLS, 1999, p. 23).

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia e instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. (CASTELLS, 1999, p. 23).

Compreendendo a construção da identidade como um processo que comporta a pluralidade — ou seja, tanto para um indivíduo quanto para um ator coletivo é possível pensar a existência de múltiplas identidades —, torna-se oportuno tratar da diferenciação entre o conceito de identidade e o de papéis sociais. Segundo Castells (1999), os papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, ao passo que a(s) identidade(s) se organiza(m) por fontes de significado que se originam dos próprios atores. Embora as identidades também possam ser estruturadas a partir dessas instituições, Castells (1999, p. 23) argumenta que “somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização”. Dessa forma, é possível entender as identidades como organizadoras de significados, ao passo que papéis (tais como os de estudante, pai, trabalhador, evangélico...) são responsáveis por organizar funções.

A noção de identidade delineada por Castells trata da identidade coletiva, e não individual. O autor afirma que, a partir do entendimento de que toda e qualquer identidade é

construída, importa saber como, a partir de que, por quem e para que isso acontece, entendendo que essas questões estão inteiramente relacionadas a um contexto social.

Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. (CASTELLS, 1999, p. 23).

Pautado na ideia de que a construção da identidade se dá impreterivelmente em condições marcadas por relações poder, Castells sugere três classes de construção de identidades diferenciadas por suas formas e origens: a identidade legitimadora; a identidade de resistência; e a identidade de projeto. O autor propõe que cada uma dessas classes provoca um resultado distinto na constituição da sociedade, sendo que essas construções podem se modificar de uma classe para a outra (por exemplo, a identidade de resistência pode eventualmente se tornar uma identidade de projetos ou até mesmo uma identidade legitimadora).

Castells (1999, p. 24) defende a ideia de que a identidade legitimadora é necessariamente construída por instituições dominantes da sociedade “no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”. O autor argumenta que essa classe de identidade é aquela capaz de dar origem a uma sociedade civil, a qual ele define como uma rede de organizações, instituições e atores sociais que reproduzem uma identidade afirmadora das fontes de dominação estrutural, que pode ser reconhecida como uma forma de legitimação de uma identidade imposta e padronizadora.

A identidade de resistência é conceituada por Castells como aquela produzida por atores em posições desvalorizadas (ou estigmatizadas) pela lógica construída por instituições dominantes, ou seja, pela lógica da dominação. Essa classe de identidade se organiza — como o próprio nome sugere — através da resistência e da sobrevivência, a partir de princípios diferentes e até mesmo opostos àqueles impostos pelas instituições dominantes da sociedade. Castells propõe que essa classe de construção de identidade suscita a formação de comunidades, originando formas e manifestações de resistência coletiva, tornando-se, segundo o autor, o tipo mais importante de construção de identidade na nossa sociedade.

Ele dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que,

aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência. (CASTELLS, 1999, p. 25).

Ainda tratando da identidade de resistência, Castells aponta para um movimento que denomina como “*a exclusão dos que excluem pelos excluídos*”. Esse movimento é definido como a construção de uma identidade que se propõe defensiva em relação aos princípios das instituições e estrutura dominantes. Essa resistência torna-se possível ao reverter o julgamento de valores impostos pelas forças de dominação.

Por último, a identidade de projeto é definida por Castells (1999) como a construção de uma nova identidade por atores sociais, capaz de redefinir sua condição na sociedade atual com o intuito principal de transformar a estrutura social imposta. Essa construção, argumenta o autor, é operada por qualquer tipo de material cultural ao alcance dos atores sociais engajados nessa construção.

Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram. (CASTELLS, 1999, p. 24).

Castells (1999) afirma que, ao contrário das identidades legitimadora e de resistência, que produzem sociedades civis e comunidades (respectivamente), a identidade de projeto produz sujeitos. Para sustentar seu argumento, ele recorre à definição de sujeito elaborada por Alain Touraine em “*La formation du sujet*”, de 1995:

Chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual... A transformação de indivíduos em sujeitos resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades, e a dos indivíduos contra o mercado. (TOURAINÉ, 1995 *apud* CASTELLS, 1999, p. 26).

Castells (1999, p. 26) defende a ideia de que sujeitos, apesar de constituídos por indivíduos, não são indivíduos, “mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos”. São, diz o autor, o ator social coletivo através do qual os indivíduos são capazes de atingir o significado em sua experiência. Nesse sentido, a construção da identidade de projeto se firma na construção de um projeto que ambiciona uma vida diferente para o ator social que o realiza, em direção a uma transformação da sociedade e de suas estruturas dominantes. Isso

posto, Castells (1999, p. 28) afirma que “na sociedade em rede a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal”.

A construção de significados e identidades proposta por Castells (1999) percorre o trato de identidades territoriais e comunidades locais. Ele argumenta que locais, por si só, não seriam capazes de incitar um padrão próprio de comportamento, o que sugere que tampouco seriam capazes de induzir ou produzir uma identidade distintiva.

As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais entre seus vizinhos. Por outro lado, identidades locais entram em intersecção com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado que dá margem a interpretações alternativas. (CASTELLS, 1999, p. 79).

O autor argumenta que, de forma geral, os indivíduos tendem a resistir aos processos de individualização e atomização. Essa resistência comumente leva a uma tendência de agrupamento em organizações e movimentos comunitários que podem, no início, constituir um sentimento de pertencimento. De acordo com Castells(1999), esse sentimento de pertença gerado pode, ao longo do tempo, culminar na construção de uma identidade cultural comunal. Sua hipótese é que, para que a construção de uma identidade comunal através desses processos aconteça, torna-se necessário um processo de mobilização social, em outras palavras, é fundamental que os indivíduos participem de movimentos urbanos através dos quais revelam-se interesses em comum a serem defendidos, e assim “a vida é, de algum modo, compartilhada, e um novo significado pode ser produzido” (CASTELLS, 1999, p. 79).

Definindo os movimentos urbanos como “processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos” (CASTELLS, 1999, p. 79), o autor relaciona três conjuntos de principais objetivos que delineiam os movimentos urbanos: o primeiro diz respeito a necessidades urbanas e condições de vida e consumo coletivo; o segundo refere-se à afirmação da identidade cultural local; e o terceiro objetivo se dá pela conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos. Segundo ele, esses três conjuntos de objetivos geram resultados distintos conforme combinados em diferentes proporções pelos movimentos urbanos. No entanto, é possível afirmar que a produção de significado para os atores sociais envolvidos e para a comunidade em si ocorre a partir da existência dos movimentos por si mesmos, independentemente das suas conquistas mais notórias. É importante dizer que essa produção

de significado é capaz de se expandir para além da duração do movimento e se internalizar na memória coletiva da comunidade.

[...] tal produção de significado é um elemento essencial das cidades, ao longo da História, pois o ambiente construído, bem como seu significado são engendrados por um processo de conflito entre os interesses e valores de atores sociais antagônicos. (CASTELLS, 1999, p. 80).

Para Castells (1999), como consequência do insucesso dos movimentos e políticas na luta contra a exploração econômica, dominação cultural e repressão política, os movimentos urbanos se tornaram a principal forma de resistência à lógica do capitalismo, do estatismo e do informacionalismo: “[...] não restou alternativa ao povo senão render-se ou reagir com base na fonte mais imediata de auto-reconhecimento e organização autônoma: seu próprio território” (CASTELLS, 1999, p. 80). Assim, surge um movimento na direção de forças políticas cada vez mais locais, paradoxalmente em um mundo estruturado por processos cada vez mais globais. No entanto, esse movimento, apesar de responsável pela construção de identidades e significados comunais, recai sobre uma identidade de resistência e defensiva, como uma reação à dominação e à exploração: “Subitamente, indefesas diante de um turbilhão global, as pessoas agarram-se a si mesmas: qualquer coisa que possuíssem, e o que quer que fossem, transformou-se em sua identidade” (CASTELLS, 1999, p. 80).

[...] as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos. (CASTELLS, 1999, p. 84).

Após uma ampla análise empírica de movimentos urbanos nas décadas de 1980 e 1990, Castells (1999) propõe uma diferenciação de quatro principais trajetórias desses movimentos. A primeira trajetória proposta pelo autor trata dos movimentos que se propuseram à prática do governo local — direta ou indiretamente — através de processos de participação social e desenvolvimento da comunidade.

Embora liquide os movimentos urbanos como fontes de alternativa de transformação social, essa tendência vem reforçando consideravelmente o governo local, oferecendo a possibilidade da existência do Estado local como exemplo significativo de reconstrução do controle político e do significado social. (CASTELLS, 1999, p. 81).

A segunda trata de movimentos urbanos ambientais. Nessa trajetória, o autor propõe uma diferenciação entre dois tipos de identidades nesses movimentos. Há aquelas que ocorrem principalmente em áreas ocupadas pela classe média, com uma natureza defensiva e reativa, que se preocupa tão somente com a conservação do seu espaço imediato. Esses movimentos utilizam-se da narrativa nem sempre tão oculta do “não no meu quintal”, recusando aterros, prisões e até mesmo casas populares. Essa identidade difere significativamente da identidade dos movimentos ambientais que se ocupam da defesa e preservação da natureza em uma perspectiva de longo prazo. Castells as difere, propondo que a primeira trata da busca pelo controle do espaço e a segunda trata da busca pelo controle do tempo. O autor argumenta: “Espaços defensivos levam ao individualismo coletivo, e o controle do tempo, ofensivo, abre a possibilidade de reconciliação entre cultura e natureza” (CASTELLS, 1999, p. 81).

A terceira trajetória proposta pelo autor trata de movimentos urbanos que se espacializam preferencialmente em comunidades de baixa renda. Esses movimentos são constituídos por projetos de sobrevivência coletiva, tendo em vista que as comunidades constroem seu próprio Estado de Bem-Estar Social, em reação à ausência de políticas governamentais. Esses movimentos urbanos se baseiam em redes de solidariedade e reciprocidade. Castells os relaciona ao comum envolvimento de instituições religiosas muitas vezes sustentadas por organizações não governamentais; por essa razão, o autor sugere que esses movimentos geram identidades comunais que recorrentemente podem ser lidas como um comunalismo religioso.

A quarta trajetória proposta por Castells trata de um lado sombrio desse processo de evolução dos movimentos urbanos:

Se os apelos dos movimentos urbanos não são atendidos, se os novos caminhos políticos permanecem fechados, se os novos movimentos sociais de maior representatividade (feminismo, nova classe operária, autogerenciamento, comunicação alternativa) não se desenvolvem totalmente, então tais movimentos — utopias reativas que tentaram iluminar o caminho a que não tinham acesso — retornarão, mas, dessa vez, como sombras urbanas, ávidas por destruir muralhas cerradas de sua cidade cativa. (CASTELLS, 1999, p. 82).

Para ele, as comunas culturais — sejam elas de cunho religioso, nacional ou territorial — parecem ser a principal possibilidade para a construção de significados para atores

sociais em situação de exclusão e surgem como reação a tendências e instituições dominantes. Ao construir novos códigos culturais (ou códigos específicos de autoidentificação), essas reações defensivas transformam-se em fontes de significado e identidade. Isso posto, é possível dizer que essas comunas culturais estabelecem identidades defensivas ou, como proposto pelo autor, *identidades de resistência*, rompendo com as estruturas da sociedade e instituições dominantes para possibilitar a construção de significados e, portanto, identidades. Segundo Castells (1999, p. 86), há possibilidade de que “dessas comunas, novos sujeitos — isto é, agentes coletivos de transformação social — possam surgir, construindo novos significados em torno da *identidade de projeto*”, sendo essa, na perspectiva do autor, a principal fonte de mudança social no contexto da sociedade em rede.

4.2. Identidade territorial em Venda Nova: da centralidade para a periferia

A partir dos conceitos de território e identidade territorial tratados neste capítulo, torna-se necessária uma retomada da análise do território vendanovense. Procura-se aqui a análise da construção social de uma identidade territorial, que se dá através do senso de pertença e pela associação simbólica por grupos e atores sociais, resumindo-se no processo de territorialização em busca de uma prática coletiva e política capaz de promover mudança social. Nessa perspectiva, busca-se analisar o papel da centralidade e de seu entorno nesses processos, na tentativa de investigar a hipótese proposta no capítulo 2, de que, em Venda Nova, a identidade territorial assim como o senso de pertença resistem e, ao mesmo tempo, são construídos em outros territórios para além da centralidade.

Resgatando o conceito de “território funcional” trazido por Haesbaert (2004) (ilustrado na Figura 33) e assumindo que o autor definiu como impossível a existência de um território funcional em seu estado puro (assim como a existência de um território puramente simbólico), entendemos a noção desse território dito funcional como aquele em que os processos de dominação se estabelecem de forma mais intensa que os processos de apropriação. Esses territórios tendem a limitar a territorialização no sentido simbólico da construção de uma identidade local e o surgimento do senso de pertença. Assim, como propõe Haesbaert, o território funcional assume a si mesmo como espaço destinado — quase exclusivamente — à

troca e ao valor de troca, sendo percebido como recurso, e não como símbolo e seu valor simbólico.

Para Lefebvre (1986), a apropriação e a dominação do espaço deveriam aparecer juntas, “mas a história (aquela da acumulação) é também a história da sua separação, da sua contradição” (p. 193), e quem leva a melhor, gradativamente, é o dominante. [...] A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar. (HAESBAERT, 1997, p. 41).

Nesse sentido, entendendo que dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, a última deveria prevalecer sobre a primeira, Haesbaert (2004) propõe que esse processo inverso é causado pela dinâmica de acumulação capitalista, o que faz com que a dominação prevaleça sobre a apropriação. Esse processo acaba por limitar as possibilidades de uma reapropriação dos espaços dominados e transformados em territórios (uni)funcionais e utilitários, propostos e reproduzidos pela lógica capitalista hegemônica, em contraposição a um território múltiplo, diverso, simbólico e complexo.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1986 *apud* HAESBAERT, 1997, p. 21).

Como exposto no capítulo 2, a centralidade de Venda Nova teve sua origem como um pequeno povoado que se firmou como pouso na rota de tropeiros. Segundo relatos, esse pequeno povoado conquistou relevância por possuir uma importante venda de secos e molhados que abastecia não somente a si mesmo, mas também ao seu entorno e aos tropeiros que por ali passavam. Com o tempo, o lugarejo foi se desenvolvendo e expandindo suas fronteiras, porém preservando seu núcleo original como centro principal. Desde sua origem, o centro de Venda Nova incorporou a função de centro comercial, onde as trocas aconteciam de forma expressiva. Esse centro tradicional, apesar de possuir uma dimensão funcional significativa de caráter mercantil, por muito tempo foi também um território marcado por uma dimensão simbólica importante.

Desde quando eu me entendo por gente ele sempre foi um centro comercial mesmo. Havia muitas lojas lá antigamente, eu lembro que quando eu era criança eu andava muito de bicicleta e, quando eu tinha que comprar peça pra bicicleta, eu ia na Casa Martins, que ficava na praça Amintas de Barros. E ali você comprava de tudo, calçados, loja da Elmo tem lá desde a década de [19]90, tem uma loja de calçado também muito tradicional que chama Leugim, essa loja, inclusive, é do meu vizinho. O senhor Paulo montou essa loja tem muitos anos e foi uma portinha que conseguiu prosperar e hoje essa loja é uma referência aqui em Venda Nova, é uma loja local, não tem rede, é uma empresa familiar que deu certo. Esse comércio existe já tem muitos anos, sempre teve supermercado, tinha padarias... (Informação verbal).⁵⁰

Para além do caráter funcional estabelecido pelas trocas e pelo consumo, as lojas familiares, a Igreja Matriz com sua generosa praça, os cinemas, as brincadeiras das crianças, as festas tradicionais e quermesses se firmaram como conteúdo simbólico no processo de territorialização desse centro. Esse território se estabeleceu, como não poderia deixar de ser, como um produto social, simbólico e afetivo, carregado de signos e representações nas quais os atores sociais se reconheciam e se relacionavam. Com suporte nos relatos aqui tratados, podemos propor que, a partir da interação da comunidade estabelecida com o ambiente, houve o reconhecimento de um sentido de pertença relacionado ao território da centralidade. Esse sentido de pertença, muito evocado pelos espaços de referência e elementos espaciais a partir de uma dimensão do espaço vivido, foi responsável pelo surgimento de uma identidade territorial que hoje sobrevive na memória coletiva dos antigos moradores da região.

Tenho essa questão da topofilia mesmo, né, da relação afetiva com o espaço físico-geográfico, eu guardo isso profundamente com Venda Nova e com essa região central também, que me remete muito à minha adolescência... Meu avô, já falecido, na verdade meus avós, eles tinham uma chácara na região de Justinópolis, então era caminho de onde eu morava para ir para a chácara dele, passava por essa região então, né, me lembra as histórias, e esse centro comercial [...] é um eixo muito forte do comercial [...] eu gosto de andar ali, circular... Ali me identifico como um vendanovense. (Informação verbal).⁵¹

Todavia — conforme tratado no capítulo 2 —, com o tempo, a dimensão simbólica do território da centralidade passou a ser substituída cada vez mais pela dimensão funcional. Com a substituição dos marcos de referência, a perda dos símbolos e referências espaciais que ajudaram a construir uma identidade territorial vendanovense, a troca e o valor de troca foram

⁵⁰ V, MORADOR. **Entrevista V.** [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (39min.).

⁵¹ WILLER, Henrique. **Entrevista XIX.** [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (25 min.).

gradualmente deslocando o valor de uso, o uso e o espaço vivido da dimensão simbólica para outros espaços. Apesar da existência de fragmentos de conteúdo simbólico, a instauração de uma centralidade pautada significativamente pela troca deu espaço para um território funcionalizado e cada vez mais utilitário. Nesse sentido, fica evidente o conflito entre o uso e a troca. Logo, esta última, ou seja, a dominação conseguiu se expandir sobre a apropriação, destituindo — quase completamente — o território da centralidade do sentido socialmente compartilhado e da capacidade de construir (ou manter) uma identidade territorial fundamentada no uso e na apropriação dos atores sociais no território.

Ali tem uma casa muito antiga, e dali pra frente existiam algumas, mas hoje em dia devido à expansão do comércio muitas dessas casas foram derrubadas. Inclusive, próximo ali onde fica a loja do Ricardo Eletro, tinha um casarão antigo, ele foi derrubado tem menos de 10 anos. Era bem marcante porque pra quem mora há muitos anos em Venda Nova, a gente passava ali na R. Padre Pedro Pinto e a gente via aquele casarão. Só que devido ao desenvolvimento do comércio no local, essas casas foram derrubadas e foram feitas lojas e empreendimentos no local, então isso acabou desconfigurando a paisagem antiga de Venda Nova. (Informação verbal).⁵²

Naquela época, aqui no meu bairro não tinha tanta padaria. Então, assim, a padaria mais conhecida era uma padaria que ficava na pracinha de Venda Nova e chamava Resende, era a mais tradicional da região. Hoje ela não existe mais. Com o passar dos anos, foram surgindo os comércios populares, os *shoppings* populares... (Informação verbal).⁵³

Tratando a centralidade de Venda Nova como um espaço público — o que, de fato, ele é —, podemos aproximar do território o conceito de *light interactions* proposto por Eijk e Engbersen (2011). Apesar de tratar do contexto europeu, a aproximação do conceito com aquele aqui discutido pode ser útil ao abordar interações em espaços públicos centrais e periféricos (aqui, no sentido geográfico). As *light interactions* — ou interações superficiais, conforme proposto por Andrade e Baptista (2015) — são decorrentes de constantes encontros nos espaços públicos. Esses são capazes de criar familiaridade através de um reconhecimento dos e pelos sujeitos. Essa familiaridade criada torna-se significativa em espaços onde diferentes sujeitos se reúnem porque ela constitui um senso de identificação e um não estranhamento. Por demandar que os mesmos sujeitos se encontrem com certa constância em um

⁵² V, MORADOR. **Entrevista V.** [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (39min.).

⁵³ V, MORADOR. **Entrevista V.** [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (39min.).

determinado espaço, os autores propõem que essas interações ocorrem com menos frequência em espaços públicos centrais que:

[...] apesar de contarem com um grupo fixo, ou seja, que o frequenta com regularidade, o grande número faz com que a maioria seja, para o outro, anônima. Isso sem contar os transeuntes esporádicos que só fazem aumentar essa sensação de anonimato pouco propícia às interações. (ANDRADE et al., 2015, p. 137).

Nesse sentido, Eijk e Engbersen (2011) propõem que as *light interactions* têm mais propensão de acontecer em espaços públicos de áreas residenciais, onde as práticas cotidianas acontecem com certa frequência pelos mesmos sujeitos, no mesmo espaço.

Sob essa perspectiva, é possível compreender — parte — do deslocamento da dimensão simbólica da centralidade para outros espaços, uma vez que a dimensão funcional se acomoda cada vez mais no território. Com o desenvolvimento da região, em especial no que diz respeito ao comércio e à afirmação do local como importante eixo de mobilidade e subcentralidade metropolitana, o aumento significativo do número de pessoas que por ali circulam — inclusive, os que estão apenas de passagem — influi diretamente na possibilidade de interações sociais entre os sujeitos. Uma vez que a identidade territorial é constituída com base em um sentido socialmente compartilhado, através da relação dos atores sociais com determinado território, é possível propor que as escassas interações não sejam capazes de possibilitar a manutenção ou a construção da dimensão simbólica, portanto, a manutenção ou construção da identidade territorial.

Segundo Penna (1992) e Pollice(2010), a identidade territorial, assim como seus símbolos e representações, é mutável e dinâmica, ou seja, toda identidade é necessariamente efêmera. Nesse sentido, torna-se razoável propor que um determinado território em um determinado tempo tenha possibilitado a construção de uma identidade territorial hoje resguardada apenas como memória coletiva.

A identidade não é um fenômeno estático, mas dinâmico, fruto da incessante interação entre uma determinada comunidade e o seu espaço relacional. Isto não quer dizer negar a existência de valores identitários radicados no tempo e no espaço, mas, antes, evidenciar os riscos de uma cristalização das identidades históricas, sobretudo quando estas últimas são propostas como critérios ordenadores do presente e referências projetuais para o futuro. (POLLICE, 2010, p. 10).

Deslocando o olhar para além da centralidade, na direção dos bairros, é possível notar a dimensão do espaço vivido. O território que se afirma simbólico é aquele que se constitui por processos de apropriação, pela relação afetiva com o espaço, pelo valor de uso e pelo sentido de pertença. Esse território constrói e é construído pelas relações erguidas cotidianamente e pelos símbolos e signos que ali são estabelecidos e reconhecidos pelos sujeitos e atores sociais. O olhar para os bairros de Venda Nova possibilita a percepção do território simbólico que é construído no cotidiano da periferia do centro tradicional.

Quando eu percebi que muito do que eu era e muito da pessoa que eu me construí também foi condicionada pelo espaço que eu vivi, pelas pessoas que eu me relacionei e a forma que eu tenho de criticar o mundo vem de onde eu cresci, aí eu percebi que era muito importante [o território]. Claro que eu não sou romântica, não é ok algumas coisas que acontecem, tem que melhorar muito e a gente tem que continuar lutando por isso, não vou ter uma visão parnasiana das coisas. Mas a característica de senso de comunidade que a gente forja no cotidiano, de sobrevivência mesmo, é muito importante, e eu não encontrei em nenhum outro lugar e acho que eu não vou encontrar, é a forma como eu assumi meu território mesmo. (Informação verbal)⁵⁴

Para Castells (1999), a fim de que uma identidade territorial seja construída é preciso um processo de mobilização social. Nesse sentido, a conformação de grupos, movimentos e coletivos que emergem nessa periferia pode contribuir na construção de identidades territoriais que manifestam o agir coletivo. O reconhecimento dessa mobilização social que territorializa a periferia vendanovense sugere o reconhecimento das múltiplas identidades que emergem dos processos de apropriação. Essas múltiplas identidades, para Castells (1999), se determinam como matriz de mudança por determinarem objetivos e estratégias de ação coletiva. Nesse sentido, as identidades territoriais, diretamente relacionadas ao agir coletivo, se estabelecem como forças de resistência na luta pelos direitos urbanos em reação à dominação pelas instituições dominantes da sociedade.

Um mapeamento — mesmo que preliminar — dos grupos e movimentos existentes nesses territórios, para além do centro tradicional vendanovense, revela a construção de territórios simbólicos que se sobrepõem à dimensão funcional do espaço, em um processo inverso ao que ocorre na centralidade tradicional de Venda Nova. Nessa perspectiva, é possível

⁵⁴ IV, MORADOR. **Entrevista IV**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (28min.).

sugerir um deslocamento, nas últimas décadas, do território simbólico do centro vendanovense para a sua periferia.

Todavia, apesar do reconhecimento desse processo de deslocamento do território simbólico, no qual o senso de pertença e os processos de apropriação sejam mais significativos na periferia da região, ou seja, nos bairros, é preciso compreender que esse território é constituído não por uma única ou principal identidade vendanovense. Conforme sugere Haesbaert (2004) através do princípio da multiplicidade dos territórios simbólicos, esses são constituídos por múltiplas — e, principalmente, diversas — identidades territoriais, as quais se manifestam em maior ou menor intensidade ao longo do(s) território(s). Sob a perspectiva de Castells (1999), esses processos de construção das identidades têm relação direta com a capacidade de mobilização social dos atores sociais, uma vez que o autor defende que é fundamental que os indivíduos participem de movimentos urbanos para que interesses em comum a serem defendidos sejam revelados e, assim, compartilhados.

[...] eu vejo que Venda Nova é uma área muito esquecida, isso me entristece muito e isso me dá até mais um motivo também da gente criar coisas na nossa região... [O] próprio coletivo, a *Brain* tem essa ideia mesmo de fortalecer a região Norte, a região Venda Nova... Porque a gente sabe que a gente precisa de ter essa afirmação mesmo. (Informação verbal).⁵⁵

A gente precisa se fortalecer como projeto, não como forma de concorrência, pra concorrer com outros, não. É pra melhorar pra população da nossa região. Se a gente se juntar e criar coisas juntas, a gente vai poder agregar muito mais gente. (Informação verbal).⁵⁶

A construção da identidade territorial promove a consolidação do sentido de pertença da comunidade local. Consequentemente, esse sentido e o amadurecimento dessa identidade conduzem o agir coletivo do ser político. As práticas que emergem desse processo por vezes constituem uma lógica de resistência e sobrevivência, especialmente se instauradas em territórios de alguma forma desvalorizados (ou estigmatizados) pela lógica construída por instituições dominantes — por exemplo, a lógica centro-periferia. Como já exposto, as identidades que estabelecem essas práticas são denominadas por Castells (1999) como identidades de resistência, que as descreve da seguinte forma:

⁵⁵ SOARES, Ricardo (integrante do Coletivo Brain Sai). **Entrevista XVI**. [mai. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (43min.).

⁵⁶ SOARES, Ricardo (integrante do Coletivo Brain Sai). **Entrevista XX**. [jul. 2019]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2019. 1 arquivo “.m4a” (47 min.).

Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...]. (CASTELLS, 1999, p. 24).

As identidades de resistência, segundo Castells (1999), são aquelas capazes de formar comunidades, através de formas e manifestações de resistência coletiva. Nessa linha, é possível relacionar grupos, movimentos e manifestações que emergem da periferia vendanovense a essas identidades de resistência conceituadas pelo autor. Entendendo que a periferia é muitas vezes um território de escassez, principalmente em se tratando de acesso a serviços básicos, amenidades, emprego e investimentos públicos e privados, é possível sugerir que essa condição é originada por um processo de distribuição de oportunidades desigual e fragmentada, própria da lógica centro-periferia.

O olhar para esse lado é sempre muito complicado. As pessoas querem falar de descentralizar, mas o descentralizar delas é no máximo sair do centro e ir para o Santo Antônio. Não existe de fato interesse. [...]

Mas eu preciso que essa galera reconheça que aqui também tem coisa. Então, se eu consigo investimento, se eu consigo um olhar melhor para que aqui também seja, aqui vai ser uma opção também e não vai abrir só essa necessidade de sair. A gente precisa que as opções sejam dadas, a gente precisa que as pessoas, de fato, tenham opção de escolha. Porque não é escolha se eu não tenho nada aqui, se tudo que me vendem tá fora, se tudo que me dizem que é bom tá fora, se tudo que eu vejo que tem estrutura que eu não tenho tá envolvido em algo no centro. Isso não é escolha. Escolha é se eu tenho opções boas de todos os lados e aí eu decido onde e como eu quero estar. (Informação verbal).⁵⁷

Nesse sentido, entender a periferia não apenas como território de escassez, mas como receptáculo de narrativas de movimentos insurgentes, de resistência e apropriação do espaço coletivo através das práticas sociais e da vida cotidiana, estendendo-se à luta pelo direito à cidade, como reação a esse desprovemento de oportunidades, é fundamental. Logo, é possível sugerir que essas ações e manifestações surgem da necessidade de se pensar o comum a partir de problemas e privações enfrentados por essas comunidades.

Segundo essa lógica, é possível não apenas retomar o conceito de *light interactions* proposto por Eijk e Engbersen (2011), mas também expandi-lo. Segundo os autores, no

⁵⁷ XIII, MORADOR. **Entrevista XIII**. [abr. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (27min.).

contexto de um território não central, torna-se cada vez mais provável que as *light interactions* ocorram, pois o próprio cotidiano do espaço possibilita que os encontros aconteçam com mais constância. Portanto, por esse mesmo motivo, é possível sugerir que essas interações possam ser dilatadas ao ponto em que deixem de ser superficiais e tornem-se relações sociais mais significativas. A partir daí, em que, no território, as relações são construídas, símbolos reconhecidos e o senso de pertença é criado, pode-se dizer que a identidade territorial conformada pelos atores sociais origina-se.

Após um breve mapeamento (construído especialmente a partir de entrevistas com moradores e lideranças locais), foi possível identificar que, apesar de terem sido encontrados movimentos ancorados em várias dimensões — como a ambiental, a religiosa, apolítica etc. —, uma parte significativa dos movimentos, grupos e ações que territorializam a periferia vendanovense está ancorada em práticas culturais próprias de um movimento que pode ser entendido como um ativismo cultural.

O envolvimento com a produção artística constrói novas formas de mobilização comunitária, em contraponto à queda da participação nos espaços tradicionais, como sindicatos, associações de moradores e partidos políticos. O que se vê é a introdução de novas formas de ação coletiva, via movimentos culturais, que têm como resultado a ampliação dos direitos da cidadania e a emancipação dos sujeitos. (LIBÂNIO, 2018, p. 141).

A mobilização social através desse ativismo cultural, capaz de construir identidades territoriais, estimula o resgate de autoestima e provoca o posicionamento político, muito relacionados ao senso de pertença da comunidade em determinado território. Esses movimentos se portam como uma identidade de resistência, defensiva e em reação aos processos dominantes de exclusão e desqualificação. É nesse sentido que se manifestam os movimentos insurgentes e as lutas pelo direito à cidade em seu sentido mais amplo. Como forma de micropolítica e engajamento, especialmente entre os jovens, a dimensão cultural desses movimentos reafirma o território como espaço de disputa e controvérsias, assim como território de reafirmação do valor das práticas cotidianas e de construção do ser político, confirmando o seu valor de uso pela práxis social, pela festa e pela fruição.

Um olhar para as periferias metropolitanas mostra que em tais territórios — onde os moradores estão “cansados de esperar que algo aconteça” — a cultura tem sido feita “no peito e na raça”, sem apoio governamental nem patrocínio privado. Através da ação colaborativa, trocas e doações, configuram-se ações autogestionárias e potentes, que em sua própria

realização ensinam a construção coletiva, a resistência e a luta por direitos. (LIBÂNIO, 2018, p. 142).

4.3. Movimentos urbanos e a construção da identidade vendanovense

Com base em entrevistas semiestruturadas feitas com moradores e lideranças locais, especialmente através do método de amostragem nomeado como “bola de neve”, que se determina como uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência, foi conduzido um mapeamento preliminar de grupos e movimentos capazes de promover identidades territoriais na região de Venda Nova.

Através desse mapeamento, como dito anteriormente, foram identificados vários grupos, coletivos, movimentos e ações no território da periferia vendanovense. Ancorados nas mais diversas dimensões, tanto naquelas que se relacionam às trajetórias propostas por Castells (1999) — políticas, religiosas, ambientais etc.—, quanto em novas trajetórias percebidas, esses grupos e movimentos urbanos se determinam por territorializar o espaço cotidiano na região de Venda Nova. Para Castells, essas “comunas culturais” parecem ser a principal construção de significados para atores sociais em situação de exclusão, sendo que, ao construírem novos códigos culturais, as reações defensivas às tendências e instituições dominantes tornam-se fontes de significado e, como consequência, identidades territoriais.

Nessa linha, com o intuito de aprofundar o entendimento nesses movimentos urbanos identificados e suas trajetórias, serão aqui expostos três grupos que promovem, por meio de manifestações e práticas cotidianas, a construção do território simbólico e sugerem a construção de identidades na periferia vendanovense. A escolha de trazer para análise apenas três dos movimentos identificados, e não todos aqueles mapeados⁵⁸ se justifica pelo entendimento de que não foi o objetivo deste trabalho mapear sistemática e completamente o território, mas, sim, verificar a existência de grupos e movimentos urbanos que se aproximem mais significativamente da construção do território simbólico e de identidades territoriais.

⁵⁸ Por exemplo, o movimento “Eles passarão, Eu Vilarinho”, o coletivo Rap Lado Norte, os movimentos de rap (Batalha da Matriz, Batalha Minas Caixa), Cócix Companhia Teatral, Rede SESC, Jornal Norte Livre, projetos e ações realizadas e apoiadas pelo Centro Cultural Venda Nova (Encontro de Benzedeiros e raizeiras, horta comunitária, Café com saberes etc.), projeto Trilhas da Memória, Acadêmicos de Venda Nova, grupos de congado etc. Essa listagem não esgota os movimentos urbanos existentes em Venda Nova, apenas elenca aqueles movimentos e ações que foram identificados a partir das entrevistas realizadas.

Como dito anteriormente, foi identificado um número significativo desses movimentos urbanos pautados por uma perspectiva cultural. Nesse sentido, a escolha dos movimentos e identidades geradas aqui expostos, como não poderia deixar de ser, seguiu a mesma proporção, ou seja, dois dos três a serem aqui tratados são relativos a movimentos de caráter cultural, ainda que abrangendo também outras lutas. Isso posto, com relação ao primeiro, trata-se de um coletivo social e cultural com base no *hip hop* que promove ações de reafirmação de uma identidade da juventude periférica e negra a partir de um reconhecimento do ser político pela cultura *hip hop*. O segundo é um coletivo ancorado em uma dimensão ambiental, especialmente relacionada às águas urbanas e sua relação com o território na construção de uma identidade ribeirinha urbana. O terceiro movimento se estabelece como grupo dedicado à pesquisa e a ações teatrais sob uma perspectiva da cultura popular brasileira de matriz africana, através de atividades que promovem o acesso na periferia, ensejando a construção de uma identidade que pode ser entendida como militante da negritude a partir da cultura. Sob esse prisma, todos os movimentos a serem tratados detêm a dimensão do território vendanovense, se não como ponto de partida, como ponto de chegada.

4.3.1. Juventude periférica negra e a cultura *hip hop*

Um dos movimentos urbanos reconhecidos no território vendanovense capaz de sugerir a construção de uma identidade territorial é aquele que emerge da juventude negra e periférica associada à cultura *hip hop*. Nesse sentido, a análise de um coletivo que promove a territorialização e a produção de significados propõe seu reconhecimento como um movimento urbano capaz de promover transformação social, conforme postula Castells (1999).

Formado por jovens da região de Venda Nova, especialmente dos bairros Copacabana e Leblon, a *Brain Sai* se identifica como um coletivo social e cultural ancorado na cena política e do *hip hop*. Além de ser uma produtora de rap, o coletivo promove espaços de discussão de pautas de ocupação e apropriação dos espaços públicos, juventude, política e cultura na periferia. Ele propõe a ocupação dos espaços através do debate do cotidiano, entendendo a cidade como lugar da luta política e de disputa. O espectro centro-periferia se expande como pano de fundo, ao passo que o território periférico se percebe, assim como é percebido, como território marginalizado.

Eu vejo que Venda Nova é uma área muito esquecida, e isso me entristece muito. E isso me dá até mais um motivo também da gente criar coisas na nossa região. (Informação verbal).⁵⁹

Venda Nova é uma região muito marginalizada, muito mesmo. Você pode olhar qualquer região, a parte norte de Belo Horizonte, Venda Nova e Neves⁶⁰, é muito marginalizada. [...] É uma região onde tem tudo e ninguém sabe. Se olhar Venda Nova, o pessoal acha que é só uma região bem distante, e não, lá é o outro centro, você não precisa de vir pra cá⁶¹. (Informação verbal).⁶²

O coletivo surgiu em 2014, inicialmente com objetivos voltados apenas para o âmbito musical, focado na cultura *hip hop*. No entanto, de acordo com Ricardo Soares(2020b), um dos integrantes, a forma de atuação se expandiu para uma dimensão política e de autoafirmação da juventude periférica. Nesse sentido, o principal propósito do coletivo tornou-se a promoção da mudança social e política através da música, da arte e da troca de informação em busca de uma reflexão crítica da própria história e condição.

A gente precisa se fortalecer como projeto, não como forma de concorrência pra concorrer com outros, não. É pra melhorar pra população da nossa região. Se a gente se juntar e criar coisas juntos, a gente vai poder agregar muito mais gente. Eu, aqui no Copacabana, junto um evento com alguém lá do Minas Caixa, do Mantiqueira, e a gente faz uma parada juntos no centro de Venda Nova, que vai juntar a galera de uma parte de Venda Nova com a galera de outra, já é outra dimensão. Mas, quando eu falo mais forte, é justamente isso, pra população ser mais beneficiada, com uma base mais forte, pra gente fazer coisas maiores pra gente, não ficar só descentralizado. Pensar “vamos criar uma rede, trocar uma ideia, trocar informação”. (Informação verbal).⁶³

Um dos projetos do coletivo é o “ConverSai”, que tem o intuito de promover espaços de discussão na comunidade local, convidando lideranças para participar de rodas de conversa a partir de temas que envolvem o cotidiano da juventude periférica local.

⁵⁹ SOARES, Ricardo (integrante do Coletivo Brain Sai). **Entrevista XVI**. [mai. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (43 min.).

⁶⁰ Referência ao município de Ribeirão das Neves, que faz fronteira com a regional Venda Nova.

⁶¹ Em referência ao centro de Belo Horizonte.

⁶² SOARES, Ricardo (integrante do Coletivo Brain Sai). **Entrevista XX**. [jul. 2019]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2019. 1 arquivo “.m4a” (47 min.).

⁶³ SOARES, Ricardo (integrante do Coletivo Brain Sai). **Entrevista XX**. [jul. 2019]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2019. 1 arquivo “.m4a” (47 min.).

Como não poderia deixar de ser, esses espaços de discussão se territorializam em praças da região, e é nesse momento que o espaço público periférico e vendanovense se torna lócus da construção do ser político e do território simbólico. De acordo com Ricardo Soares, “o principal de ser na praça é ocupar o espaço que é nosso” (informação verbal)⁶⁴.



Figura 34 — Edições do projeto ConverSai, organizado pelo Coletivo Brain Sai
Fonte: COLETIVO BRAIN SAI, 2020.

A ideia do ConverSai... a gente conseguiu trazer uma deputada federal⁶⁵ pra dar uma palestra sobre juventude, a gente trouxe o Dr. Gilberto⁶⁶, que é um advogado preto e foda que, pra mim, hoje, é uma das minhas referências, que

⁶⁴ SOARES, Ricardo (integrante do Coletivo Brain Sai). **Entrevista XX**. [jul. 2019]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2019. 1 arquivo “.m4a” (47 min.).

⁶⁵ Em referência à então deputada federal pelo PSOL Áurea Carolina.

⁶⁶ Em referência ao Dr. Gilberto Silva, advogado e presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB/MG e da Comissão Nacional de Igualdade Racial da ABRACRIM (Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas).

luta pelo direito do povo preto da forma mais literal possível... (SOARES, 2020b).

Além do projeto “ConverSai”, o coletivo promove e participa de eventos que propõem o alargamento do debate político através das pautas que se relacionam com a própria vivência dos atores sociais. Além de apresentações e rodas de conversas, a Brain Sai promoveu, em 2019, o evento “NegrArt: resistência no meio artístico”, que teve como intuito fomentar e questionar a visibilidade de artistas negras da região através de exposições, apresentações e um sarau. Ainda, em 2020, o coletivo produziu o documentário “*Cantos e Contos*”, que se desenvolve por uma série de três episódios que têm como objetivo valorizar a história da região e dos moradores onde o coletivo atua. “A ideia é dar uma valorizada na nossa região, colocar os moradores como protagonistas... A gente quer ser o meio que vai contar a história das pessoas, colocar elas como peças importantes pra valorização da região. Dar autoestima”(SOARES, 2020c).

Ao promover esses espaços de discussão, apropriação e ocupação do território periférico, estabelece-se a manifestação do território simbólico por via de uma identidade jovem, negra e periférica que vem sendo construída através de símbolos e signos que se expandem pelo território, elevando-o como espaço da práxis social, do uso coletivo, do ser e estar, do ser visto e entendido como agente do espaço e do tensionamento da lógica centro-periferia, mediante práticas de transformação social. Nessa linha, ocupar esses espaços para além da troca e, ainda, para além do centro formal significa a ativação do sentido micropolítico em direção à transformação social.

A responsabilidade que eu tenho de representar um coletivo é muito forte, representar uma região aqui do bairro Copacabana, e é bom sempre a gente falar o nome do bairro, deixar claro... Bairro Copacabana, Jardim Leblon, Venda Nova. (SOARES, 2020b).

Por estar associada ativamente à cultura *hip hop*, a relação da pauta cultural com a dimensão política no coletivo é inevitável. De acordo com Soares (2020a), “[o] rap tem lado, o rap é político, o rap nunca vai ser isento de nada”. Nesse sentido, torna-se leviano pensar a desvinculação do movimento da política, já que esse “age como forma de protesto e resistência à cultura dominante e contra a invisibilidade social com a qual é tratada a população marginalizada dos grandes centros urbanos” (GUIMARÃES; TORRES, 2014, p. 9). Em outras palavras, é nas pautas do *hip hop* que surge o reconhecimento do cotidiano da juventude negra

e periférica. Sob essa perspectiva, pensar a cultura enraizada no território como expansão do pensamento crítico e político na construção de identidades territoriais é fundamental.

[...] o *hip hop* é o tema que precisa ser mais ouvido na política. As coisas que o *hip hop* pede são as coisas que precisam ser mais ouvidas. Leva questões de genocídio negro que o rap fala, fala de preconceito social, de gente pobre morrendo na favela todos os dias, fala de um negro morrendo a cada três minutos. O *hip hop* já é um ato político, mas a gente tem que estar lá, na Câmara dos Vereadores, a gente tem que estar no Senado, em qualquer lugar, na Presidência, o que for... Nossos debates precisam ser levados. As pautas do *hip hop* não é arte, é o que pede. O *hip hop* tá falando todos os dias. (Informação verbal).⁶⁷

4.3.2. Ribeirinhos urbanos

Nos bairros mais afastados da região central de Venda Nova, onde se adensam os assentamentos irregulares às margens de nascentes e córregos em leito aberto, a pauta das águas urbanas se faz significativamente presente no cotidiano das comunidades ribeirinhas.

O Córrego do Capão, um dos componentes da Sub-Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Onça, pertencente à Bacia do Rio das Velhas e um dos principais afluentes do Vilarinho, perpassa cinco bairros da região: Céu Azul, onde se encontra sua nascente; Jardim Leblon; Lagoinha; Lagoa; e Piratininga, desaguando no Córrego Vilarinho. Toda a extensão do Córrego do Capão corre em leito natural, sendo canalizado apenas ao encontrar o Córrego Vilarinho, no encontro da avenida de mesmo nome. Atualmente, o curso d'água recebe descarte direto de esgoto, resíduos sólidos e entulhos, funcionando muitas vezes como “bota-fora” de carroceiros. De acordo com Roseli Correia, moradora que está à frente de projetos e movimentos em defesa da revitalização do Córrego do Capão, hoje, o corpo hídrico que, em teoria, localiza-se em área de parque, encontra-se poluído e degradado, contendo áreas de assoreamento e importantes conflitos fundiários.

⁶⁷ SOARES, Ricardo (integrante do Coletivo Brain Sai). **Entrevista XX**. [jul. 2019]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2019. 1 arquivo m4a (47 min.)

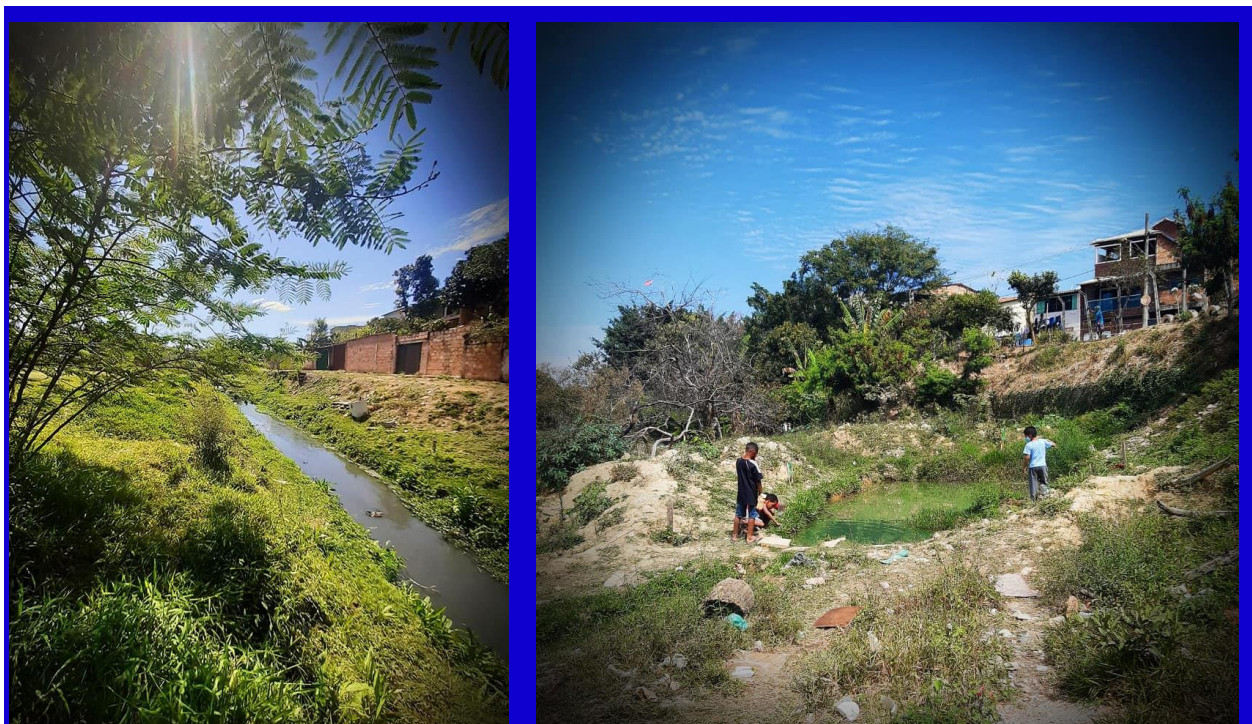


Figura 35 — Córrego do Capão na região de Venda Nova
Fonte: NÚCLEO DO CAPÃO, 2020.

Diante dessas condições, imersos na pauta ambiental, ancoram-se ao território vendanovense uma série de movimentos urbanos que atuam na questão das águas, da relação com o território e das comunidades ribeirinhas. Esses movimentos se articulam na construção de significados de um território simbólico, múltiplo e complexo, em direção a um resgate da autoestima e identidade das comunidades que têm o cotidiano enredado pelas águas urbanas. Sob esse prisma, é construída uma identidade ribeirinha enraizada no território da periferia vendanovense, que se articula na luta pelos direitos à cidadania plena através do acesso a melhores condições de moradia e acesso a serviços urbanos básicos.

O Coletivo Orla é uma articulação entre movimentos que atuam no território vendanovense, em especial o Núcleo do Capão, o Espaço Cultural da Orla e a Associação Habitacional do Bairro Lagoa. Segundo Clarice Flores, uma das integrantes do coletivo, essa articulação também se expande para outros movimentos da região que atuam com objetivos em comum: “A proposta do Orla é a gente se comunicar de forma a fortalecer todos esses

movimentos” (informação verbal)⁶⁸. O Orla, que atua mais significativamente com o Córrego do Capão e seu entorno, tem a função de agir nas comunidades através de mobilização social e educação ambiental ligadas à pauta das águas urbanas. Com o objetivo principal de requalificar a área da Microbacia do Córrego do Capão por meio da implantação de um parque ciliar ao longo de todo o território por onde passa o curso d’água, o intuito é contribuir com a elevação de autoestima, senso de pertença e acesso a serviços básicos das comunidades ribeirinhas à luz da meta “nadar, pescar e brincar” no Capão.

A gente está discutindo um rio todo em leito aberto e discutindo essa possibilidade de criar um novo imaginário sobre uma coisa que todo mundo interpreta como esgoto [...]. Esse é o maior objetivo do Orla, de planejamento para longo prazo, que é fazer a implantação desse parque, ter uma requalificação na área para ser considerada parque [...] e aí essa é nossa luta geral, e aí a gente faz essas ações de mobilização que sempre trazem à tona essa coisa do parque, cria esse imaginário, essa possibilidade do parque. (Informação verbal).⁶⁹

O Coletivo Orla teve como principal origem o Núcleo do Capão, uma frente de luta popular filiada ao Projeto Manuelzão⁷⁰, atuante nos bairros banhados pela Microbacia do Córrego do Capão. De acordo com Roseli Correia, coordenadora do núcleo, este surgiu em 2012, a partir do projeto “Escolas na Bacia”, e, desde então, vem atuando na construção de um imaginário que resgate a identidade das comunidades ribeirinhas e a relação com as águas urbanas. O grupo atua articulado com institucionalidades locais, associações de bairro, centros de saúde, CRAS e escolas municipais, apoiando projetos relacionados a questões ambientais como hortas comunitárias, ações de saúde preventiva e oficinas de educação ambiental. Ainda, o Núcleo do Capão ocupa uma das cadeiras destinadas à sociedade civil no Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Onça.

As ações de mobilização social do coletivo, através dos movimentos que articula, envolvem eventos culturais e educacionais, passeatas, intervenções em espaços públicos

⁶⁸ FLORES, Clarice (integrante do Coletivo Orla). **Entrevista XXI**. [out. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (26 min.).

⁶⁹ FLORES, Clarice (integrante do Coletivo Orla). **Entrevista XXI**. [out. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (26 min.).

⁷⁰ Criado em 1997 por iniciativa de professores da Faculdade de Medicina da UFMG, o Projeto Manuelzão busca a revitalização da bacia do Rio das Velhas, atuando na luta por melhorias nas condições ambientais para promover qualidade de vida. O projeto propõe a criação de núcleos específicos de acordo com as áreas da bacia, que atuam de forma independente a partir de uma metodologia em comum.

(como “grafitações”⁷¹), mapeamentos e monitoramento, exposições, plantio de mudas nas margens do córrego, mutirão de limpeza e revitalização de áreas de botafora clandestinos em prol do acesso à coleta e ao tratamento de esgoto, bem como da requalificação da microbacia. “A gente trabalha com mobilização social, fazendo evento e batendo na porta das pessoas, fazendo plantio, grafitação e essas coisas...” (informação verbal)⁷².



Figura 36 — Evento "Abraço ao Capão" promovido pelo Núcleo do Capão (2014)

Fonte: acervo de Roseli Correia.

Sob essa perspectiva, durante a pandemia de COVID-19, com a impossibilidade de atuação coletiva no território, o coletivo desenvolveu o projeto de nome “Narrar é resistir”, definido por seus idealizadores como uma coletânea on-line de narrativas ribeirinhas. Em formato de *podcast*, o projeto foi selecionado na segunda edição do “Laboratório de Emergência Covid-19 — Reconfigurando o futuro”, que objetiva apoiar o desenvolvimento de iniciativas de pessoas e grupos que dão origem a soluções criativas e inovadoras para os impactos da pandemia. “A narrativa é uma forma milenar de resistência, tendo o poder de

⁷¹ Evento que promove a produção de grafites nos muros que circundam a área do córrego do Capão por artistas locais.

⁷² FLORES, Clarice (integrante do Coletivo Orla). **Entrevista XXI**. [out. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (26 min.).

resgatar memórias individuais e coletivas, afirmar pertencimentos, conectar pessoas e criar presença em tempos de ausência” (COLETIVO ORLA, 2020). Nesse sentido, evidencia-se a construção e, ao mesmo tempo, a manutenção de uma identidade ribeirinha que promove a territorialização de um espaço cotidiano e coletivo mediante ações que objetivam a transformação social através da ressignificação de símbolos e signos cotidianos.

4.3.3. Arte e cultura e a militância negra na periferia

Se, para Castells (1999), a existência de movimentos urbanos é fundamental na construção de identidades territoriais, então a existência de movimentos urbanos pautados em uma militância negra territorializada na periferia é fundamental na construção de uma identidade que se reconhece a partir da negritude. É sob essa perspectiva que a companhia teatral Teatro Negro e Atitude (TNA) é aqui evidenciada.

O TNA se reconhece como um grupo dedicado à pesquisa de um teatro fundamentado nas manifestações da cultura popular brasileira de matriz africana (mais especificamente, a capoeira, o congado e o candomblé) para, segundo Carvalho (2020), “a criação de uma arte que difunda e valorize a diversidade cultural do país”. O grupo surgiu em 1994 pela iniciativa de Hamilton Borges Walê com a intenção de se criar um teatro negro de enfrentamento ao racismo, encontrando na arte um instrumento de militância. Nesse sentido, o TNA surge à luz das pautas do Movimento Negro Unificado, com uma experiência, segundo Lima (2019), de caráter didático e panfletário por conta de sua origem nos movimentos sociais.

Walê encontra um campo fértil em BH. Ele convida Marilda Cordeiro, Benilda Brito, Marilene Rodrigues, Rai Nonato, Maria da Piedade, jovens militantes do MNU, que participaram desse curso de teatro, para avançarem numa ação prática, que pudesse chamar a atenção da sociedade para as questões do racismo estrutural e estruturante que invisibiliza e silencia os negros, os favelados e periféricos da cidade. [...] Então, o Teatro Negro e Atitude começa a ser formado com um ideal panfletário e didático que subia os aglomerados e favelas, recitando poemas de Solano Trindade. (LIMA, 2019, p. 36).

Em uma trajetória de mais de 25 anos, o TNA, que surgiu de um movimento negro militante — e, por essência, político —, de acordo com Lima (2019), hoje realiza-se com um caráter mais artístico, ainda que indiscutivelmente político. Segundo Marcus Carvalho, diretor e presidente do grupo, o TNA atua na investigação de textualidades, corporeidades, plasticidades e musicalidades existentes na cultura afro-brasileira e seu emprego no fazer

teatral, “desde a estética de seus espetáculos até o treinamento de seus atores e atrizes, num processo compreendido como ‘descolonização do corpo’” (CARVALHO, 2020).

Com um repertório marcado por espetáculos teatrais, mostras e ações com os mais diferentes enredos expandindo a temática da negritude através das artes cênicas, o grupo se ocupa em realizar projetos em território próprio: a periferia vendanovense.

O Teatro Negro e Atitude é um grupo de teatro cujas ações estão situadas na região de Venda Nova, então é um grupo que vai trabalhar com teatro negro, mas com esse recorte na periferia... E a nossa periferia é Venda Nova. (Informação verbal).⁷³

No intuito de promover o acesso à arte e à cultura na periferia, o TNA desenvolveu, em parceria com a Cócix Companhia Teatral⁷⁴, a Mostra Puxadinho. O projeto se define como uma mostra multicultural que tem como princípio a realização de espetáculos teatrais e ocupações artísticas em espaços não convencionais e áreas marginalizadas da região de Venda Nova, como lotes vagos, becos, vilas, ruínas, ruas e praças tidas como de difícil acesso. Tendo sua terceira edição em 2019, a mostra já havia atuado em diversos bairros da periferia vendanovense, tais como Céu Azul, Jardim Leblon, Jardim dos Comerciários, Minas Caixa, São João Batista, Parque São Pedro e Serra Verde.

⁷³ CARVALHO, Marcus (diretor e presidente do Teatro Negro e Atitude — TNA). **Entrevista XVIII**. [mai. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (32min.).

⁷⁴ A Cócix Companhia Teatral é um grupo mineiro que desenvolve pesquisas artísticas e ações culturais no interior de Minas Gerais e em periferias de Belo Horizonte. O grupo também desenvolve projetos no território de Venda Nova. Além da “Mostra Puxadinho”, o grupo desenvolveu o projeto “Ponta a pé Cultural”, que consiste em um festival artístico e cultural realizado em bairros periféricos da região de Venda Nova, ocupando espaços públicos da periferia para sua realização.

A gente já realizou aqui três edições de uma amostra chamada “Mostra Puxadinho”. Essa mostra, o intuito dela é realizar manifestações artísticas com esse princípio do puxadinho, ou seja, de fazer isso no quintal da casa das pessoas, na rua, na porta... Ocupando espaços não convencionais. Por essa razão óbvia, porque nós não temos espaços convencionais da arte mesmo em Venda Nova... [...] E, então, a gente tem essa ação, desses movimentos de ocupação desses espaços a partir da “Mostra Puxadinho”. (Informação verbal).⁷⁵



Figura 37 — Espetáculo "A sombra da Goiabeira", grupo Teatro Negro e Atitude na "Mostra Puxadinho" (2019)
Fonte: CÓCCIX, 2020b.

⁷⁵ CARVALHO, Marcus (diretor e presidente do Teatro Negro e Atitude — TNA). **Entrevista XVIII**. [mai. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (32min.).

No repertório, que abarca projetos no território vendanovense, há o “Venda Nova: Periferia e Negritude”, projeto realizado com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte, através do edital Descentra. Segundo Marcus Carvalho, o projeto compreende um trabalho com manifestações da cultura afro-brasileira, com o recorte no teatro, atuando mediante uma programação com ações de caráter artístico-cultural na região de Venda Nova, com o intuito de possibilitar e expandir o acesso da região à arte e à cultura negras: “A gente desenvolveu dentro do Centro Cultural Venda Nova uma mostra de cenas pretas, então juntamos um monte de cenas de teatro negro protagonizados por mulheres acontecendo em sequência” (informação verbal)⁷⁶.

Há ainda o espaço Cor(tição), definido como um espaço artístico e cultural que se desenvolve a partir da realização de oficinas e apresentações artísticas. Conforme descrito no *website* do grupo, o espaço é “a extensão da ideia de ‘espaço cultural’ para além das paredes de seu espaço físico”. As ações desenvolvidas ocorrem nos bairros Serra Verde, Minas Caixa e Parque São Pedro, na periferia da região de Venda Nova.

Sob essa perspectiva, a atuação do grupo na periferia vendanovense resulta em um processo de afirmação da construção do território — ou sua territorialização — por meio de práticas artístico-culturais que colaboram no reconhecimento das comunidades e na construção de significados a partir de símbolos que se estabelecem no território. Essas ações se realizam neste último como movimento urbano na direção da construção de uma identidade que se determina pela militância negra na periferia com base em práticas artístico-culturais. Essas práticas estabelecem uma relação íntima com o território e sua comunidade, contribuindo na elevação da autoestima e no reconhecimento de uma população marginalizada.

Na Mostra Puxadinho, já era o princípio de tentar levar o teatro mais perto dessas pessoas, e a nossa resposta tem sido muito positiva. Quando você passa numa rua, fazendo um trabalho que a gente faz de formiguinha, batendo de porta em porta, falando “domingo vai ter um espetáculo ali no campinho!”, a gente sempre tem uma resposta muito boa das pessoas se mobilizarem para estar, das pessoas se sentirem valorizadas... Porque, quando chegam lá, pensam sempre que vai ser um teatro meio de improviso, e aí, quando eles veem que tem toda uma estrutura para estar ali, atores muito bem ensaiados, um cenário bonito, um figurino bem feito, eles se

⁷⁶ CARVALHO, Marcus (diretor e presidente do Teatro Negro e Atitude — TNA). **Entrevista XVIII**. [mai. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (32min.).

sentem valorizados por aquela ação, e o retorno que a gente tem tido é bem bacana. (Informação verbal).⁷⁷



Figura 38 — "Mostra Puxadinho"
Fonte: CÓCCIX, 2020a.

Esses três movimentos urbanos aqui tratados agem através de grupos e coletivos que atuam de forma a territorializar a periferia vendanovense, buscando, por ações e manifestações, promover o agir e o pensar coletivos das comunidades. Conforme demonstrado, a construção desses grupos abarca outras lutas para além daquelas fixadas no território, como a luta antirracista, carregando pautas identitárias que se expandem para além da especificidade do território. Dessa forma, a construção da identidade territorial a partir desses movimentos urbanos carrega uma grande complexidade de símbolos que surgem das diversas escalas que a compõem: da escala local (ao tratar de um território específico) à global (ao tratar de pautas mais universais, como a luta antirracista).

⁷⁷ CARVALHO, Marcus (diretor e presidente do Teatro Negro e Atitude — TNA). **Entrevista XVIII**. [mai. 2020]. Entrevistador: Gabriela de Faria Pinho. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo “.m4a” (32min.).

No entanto, o que une esses movimentos é a atuação na periferia como forma de reação às estruturas dominantes, mais especificamente, como resistência à lógica centro-periferia (em suas diversas escalas) instaurada no território metropolitano. Conforme demonstra o mapeamento das áreas de atuação desses movimentos, eles atuam tanto na periferia da capital quanto na da própria região administrativa, podendo ser lidos como periféricos na própria periferia.

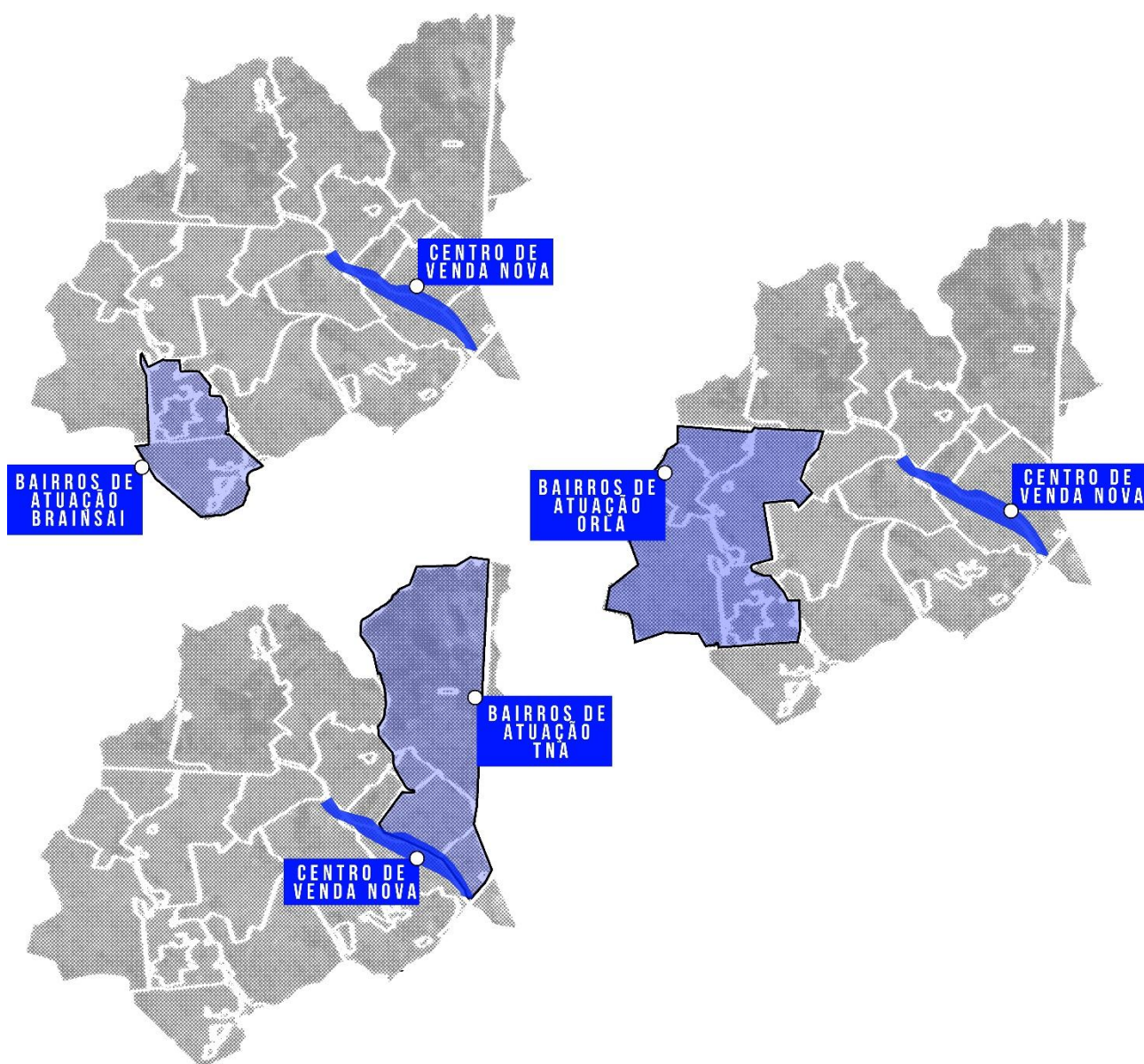


Figura 39 — Áreas de atuação do Coletivo BrainSai, do Coletivo Orla e do TNA, de acordo com os bairros
Fonte: elaborado pela autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade é entendida aqui como elemento estruturante no contexto metropolitano, portando-se como constituinte fundamental em um processo de reestruturação territorial pautado pela objetivação de uma metrópole policêntrica, compacta e estruturada em rede. Pretendendo a distribuição democrática de oportunidades de desenvolvimento no cenário da metrópole, a centralidade atua como elemento fundamental no desenvolvimento local, tendo como pano de fundo a escala metropolitana.

O percurso feito até aqui demonstrou que a centralidade se estabelece enquanto produto material e meio de produção de uma dada formação social. Ela se dá como espaço produzido e reproduzido continuamente, traduzindo-se pela relação entre forma e sujeitos. Sob uma perspectiva lefebvrea, que reconhece a centralidade a partir da estruturação urbana, o espaço e, por sua vez, a centralidade incorporam a sua construção, desconstrução e reconstrução em função dos fenômenos sociais, ou seja, a centralidade é subordinada a uma construção contínua, existente apenas como processo social. Logo, entende-se que ela é construída em cada sociedade e por cada modo de produção, o que a determina como espaço não estático, que tem como prerrogativa a constante transformação. Nesse sentido, “à medida que a sociedade avança no tempo, a centralidade se transforma, superando as antigas contradições e se deparando com outras novas” (PINHEIRO, 2014, p. 129).

Nessa linha, a centralidade é assimilada como a concentração de tudo o que o urbano produz, com capacidade tanto de polarizar, atrair e aglomerar, como de repelir e expulsar. Assim, admite-se a existência de centralidades com conteúdos variados e qualidades diversas, isto é, considerando que cada sociedade cria — e é criada por — sua própria centralidade, ela nada mais é que a centralização de conteúdos distintos advindos de certo modo de produção. Nesse sentido, a existência de centralidades marcadas pelo modo de produção capitalista, pelo consumo, pela troca e pelo valor de troca, em outras palavras, a centralidade-mercadoria entendida como território funcional, é tão admitida quanto a existência de centralidades marcadas pela práxis social, pela apropriação, pelo uso e pelo valor de uso, seja é dizer, pelo entendimento da centralidade como território simbólico.

No entanto, segundo Lefebvre (2001, p. 20), “hoje o valor de troca prevalece a tal ponto sobre o uso e o valor de uso que quase suprime este último”. Isso porque, na cidade capitalista,

a centralidade é percebida como território escasso, disputado e de alto valor econômico. Dessa forma, esses espaços têm sido cada vez mais transformados em territórios exclusivos do consumo e da produção, ou seja, de acordo com Haesbaert (2004), a centralidade como território funcional marcado pelos processos de dominação e entendido como recurso.

As centralidades-mercadoria se veem cada vez mais sujeitas aos processos de dominação do modo de produção capitalista, não se prestando a estabelecer um território do cotidiano múltiplo, igualitário e desfragmentado. A centralidade do capital tende a excluir e expulsar cada vez mais certos grupos em detrimento de outros, expulsando e apagando marcos referenciais, símbolos e signos construídos por determinados grupos sociais em certo espaço-tempo. Nesse sentido, “o signo é comprado e vendido; a linguagem torna-se valor de troca” (LEFEBVRE, 2001, p. 69). Essa supressão provoca o arrefecimento do senso de pertença e da construção de identidades territoriais, tornando a centralidade cada vez mais um espaço do consumo e a ser consumido, e cada vez menos um espaço vivido e apropriado por aqueles que o frequentam.

A centralidade urbana acolhe os produtos e as pessoas. Proíbe acesso àqueles que ameaçam sua função essencial, que passa a ser a função econômica, anunciando e preparando o capitalismo (isto é, o modo de produção no qual predominam o econômico e o valor de troca). (LEFEBVRE, 2001, p. 129).

O mundo da mercadoria tem sua lógica imanente, a do dinheiro e do valor de troca generalizando sem limites. Uma tal forma, a da troca e da equivalência, só exprime indiferença diante da forma urbana; ela reduz a simultaneidade e os encontros à forma dos trocadores, e o lugar de encontro onde se conclui o contrato ou quase-contrato de troca equivalente: o reduz ao mercado. (LEFEBVRE, 2001, p. 87).

Esse processo de substituição do uso pela troca no território fica evidente no contexto da centralidade de Venda Nova. Embora carregada de símbolos e signos, e apesar de abrigar fragmentos de apropriações e manifestações não dirigidas pelo consumo, nota-se que esses tornam-se apenas resquícios de uma centralidade do uso que resiste na memória coletiva de alguns. Hoje, a centralidade vendanovense é construída por um território constituído essencialmente pela troca, onde o espaço partilhado já não ampara mais os sentidos de pertença e construções de identidades territoriais. Nesse sentido, a centralidade de Venda Nova é hoje entendida como território funcional.

Sob essa perspectiva, pensar a centralidade vendanovense para além do capital significa propor a recuperação do uso. Nessa linha, propõe-se que a elevação da apropriação acima da

dominação pode ser alcançada a partir da noção da centralidade renovada de Lefebvre, a centralidade lúdica. Esta última caminha na direção de uma mudança de prática social para propor e justificar outra centralidade para além do consumo. Segundo Lefebvre (2001), evocar essa centralidade implica a restituição da festa pela transformação da vida cotidiana, a emancipação da apropriação, o encontro pelo uso e valor de uso e a festa renovada essencialmente ligada à invenção lúdica. Isto é, "reunir, subordinando ao jogo em lugar de subordinar o jogo ao 'sério' da culturalidade e da cientificidade: assim se definem a proposição e o projeto" (LEFEBVRE, 2001, p. 131).

Donde tirar o princípio da reunião e de seu conteúdo? Do lúdico. O termo deve ser tomado aqui na sua acepção mais ampla e no seu sentido mais "profundo". O esporte é lúdico, o teatro também, de modo mais ativo e mais participante que o cinema. As brincadeiras das crianças não devem ser desprezadas, nem as dos adolescentes. Parques de diversão, jogos coletivos de todas as espécies persistem nos interstícios da sociedade de consumo dirigida, nos buracos da sociedade séria que se pretende estruturada e sistemática, que se pretende tecnicista. (LEFEBVRE, 2001, p. 131).

Para esse autor, a reunião do conteúdo lúdico é permeada por elementos e aspectos da cultura (mesmo que essa seja facilmente institucionalizada e burocratizada, ou, ainda, apropriada como mercadoria), do educativo e do informativo, reunidos na direção da construção do lúdico na centralidade renovada.

Isso posto, pensar a centralidade vendanovense na direção da centralidade renovada, não significa a proposição de um retorno ao seu estado de origem, ao momento em que o uso se fez tão manifesto quanto a troca. Tal retorno seria impossível, considerando que a sociedade que a construiu já não se faz mais presente. Tampouco se trata da destruição da centralidade existente, pautada pelo consumo. O que se propõe aqui é a apropriação da centralidade do consumo através do uso, modificando o cotidiano e a própria centralidade em si. "A sociedade urbana, cuja possibilidade é aqui exposta, não pode se contentar com centralidades passadas, ainda que não as destrua e sim as utilize e se aproprie delas, modificando-as" (LEFEBVRE, 2001, p. 131). Nesse sentido, propor a apropriação da centralidade não significa restaurar seu sentido de uso, mas construí-lo a partir de um novo cenário — que conta com suas novas e próprias contradições — na direção de um território mais simbólico e menos funcional. O processo nessa direção tenciona um território capaz de abrigar uma multiplicidade de identidades

territoriais que se enlaçam ao senso de pertença, à festa, ao lúdico e ao território múltiplo, mais igualitário e menos fragmentado, na direção da práxis social que se expande no cotidiano.

Ao tratar de identidades territoriais, torna-se apropriado abordar também o processo de territorialização:

Se, por um lado, a identidade territorial gera e orienta os processos de territorialização, por outro lado estão as mesmas ações de territorialização a reforçar o processo de identificação entre a comunidade e o seu espaço vivido. (POLLICE, 2010, p. 9).

Consoante Haesbaert (2004), o território é construído socialmente por diferentes atores sociais através do processo denominado como territorialização. O autor afirma que todo território é simbólico e funcional ao mesmo tempo, em intensidades diferentes, pois é receptáculo tanto dos processos de apropriação quanto dos de dominação.

Sob essa perspectiva, a trajetória seguida até aqui demonstrou que o território simbólico é produzido por — e, concomitantemente, produz — múltiplas identidades que se originam de símbolos e signos introduzidos nele por atores sociais. O território simbólico é, então, aquele capaz de abrigar múltiplas identidades, diretamente relacionadas à construção do senso de pertença de uma determinada comunidade a certo espaço-tempo, isto é, a identidade é responsável por ligar uma determinada comunidade ao seu espaço vivido (CALDO, 1996). Nesse sentido, é possível estabelecer que o território não abarca uma identidade unitária, monolítica e imutável. Ou seja, não é possível pensar uma única identidade vendanovense e tampouco essa seria construída em um território funcional, já que as identidades criam o território simbólico ao mesmo tempo que são criadas por ele.

Em Venda Nova, verificou-se que a centralidade atualmente se porta como um território funcional, é dizer, mais pautado por processos de dominação que de apropriação. Nesse sentido, pode-se dizer que há um deslocamento do território simbólico da centralidade para a sua periferia. A construção da identidade vendanovense, então, na verdade, se dá através do princípio da multiplicidade. Isso significa que, no território simbólico (a periferia), são construídas múltiplas identidades territoriais que agem como matriz de mudança ao guiarem o agir coletivo e pautarem o senso de pertença. Assim, enquanto a centralidade é entendida como território funcional, o território simbólico se espacializa na periferia.

Com base no mapeamento feito no presente trabalho, é possível propor que a construção de identidades em Venda Nova ocorre de forma significativa através da juventude,

nos espaços públicos e residuais da periferia (praças, becos, ruas, parques, no entorno de córregos etc.), através de movimentos urbanos relacionados à cultura (música, teatro, grafite etc.) e à educação (rodas de conversa, palestras, oficinas etc.). Para Castells (1999), para que a construção de uma identidade aconteça, é fundamental que os indivíduos participem de movimentos urbanos por meio dos quais revelam-se interesses em comum a serem defendidos. Esses movimentos urbanos também se relacionam a pautas identitárias, mais especificamente a pauta antirracista e periférica. Logo, é possível dizer que há um movimento interescolar na construção dessas identidades, já que essas abarcam símbolos e signos que surgem tanto da escala local — ao tratarem do território vendanovense —, quanto da escala global — ao fazerem-no quanto às pautas universais.

Essas identidades territoriais que se espacializam na periferia de Venda Nova podem ser percebidas como identidades de resistência, conforme conceituado por Castells (1999), ou seja, aquelas produzidas por atores em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica construída por instituições dominantes, organizadas através de resistências e sobrevivência, suscitando a formação de comunidades e originando manifestações de resistência coletiva, isto é, uma identidade que pode ser entendida como reativa. Conforme afirma esse autor, as identidades de resistência podem se transformar em identidades de projeto: identidades constituídas pela construção de um projeto que ambiciona uma vida diferente para o ator social que o realiza, em direção a uma transformação da sociedade e de suas estruturas dominantes. Nesse sentido, para que seja possível um processo de transformação, a mobilização social é fundamental, e é através desses movimentos urbanos que esse processo pode ocorrer. Assim, pode-se propor que identidades territoriais encontradas na periferia vendanovense possam se transformar em identidades de projeto; no entanto, isso apenas seria viável através de uma mobilização social com o intuito de construir uma nova identidade que redefina sua posição na sociedade, representando um ideal a ser alcançado. Nesse contexto, podemos dizer que isso significaria romper com a lógica centro-periferia em direção a um cenário em que a periferia não seja mais entendida como território de escassez, em uma lógica territorial fragmentada e desigual, e sim como um território que contempla todas as formas de acesso que possibilitem o desenvolvimento local tão abastado quanto aquele que se encontra no centro. Isso posto, pensar a modificação da identidade de resistência para uma identidade de projeto nessa

amplitude significa propor uma intrincada transformação em todos os âmbitos do território metropolitano, tendo como ponto de partida a sua periferia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luciana Teixeira de; BAPTISTA, Luís Vicente. Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. **Sociologia**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, v. XXIX, pp. 129–146, 2015.

ARAÚJO, William; RONAN, Gabriel. De tropeiros a fiéis, conheça a história de Venda Nova. **Norte Livre**, 13 jun. 2019. Disponível em: <<https://nortelivre.com.br/de-tropeiros-a-fieis-conheca-a-historia-de-venda-nova/>>. Acesso em: 20 jan. 2020

BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural**, Cascavel, n. 17, pp. 66–72, 2007.

CALDO, Constantino. **Geografia umana**. Palermo: Palumbo, 1996.

CARVALHO, Marcus. **Trajetória e pesquisa do grupo Teatro Negro e Atitude — Conversa com Marcus Carvalho**. 1 vídeo (1h:29min:10seg) com participação de Kelly Spínola e Marcus Carvalho. *Live*. Publicado pelo canal Teatro Negro e Atitude, em 07 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SbpHc8K0STo>>. Acesso em: 30 out. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura — O poder da identidade**. v. 2. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CÓCCIX COMPANHIA TEATRAL. **Festival e mostras**. 2020a. Website da companhia de teatro. Disponível em: <<http://coccixcompanhiateatral.com.br/festival-e-mostras/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CÓCCIX COMPANHIA TEATRAL. **Mostra Puxadinho — Venda Nova**. 2020b. Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MostraPuxadinhoVendaNova2019/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

COLETIVO BRAIN SAI. **Página do coletivo**. 2020. Perfil do Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/brainsairec/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

COLETIVO ORLA. **Narrar é resistir**. 2020. *Website* do projeto. Disponível em: <<http://narrareresistir.org/>>. Acesso em: 25 out. 2020.

COMPANS, Rose. A ingovernabilidade metropolitana. In: XVI ENANPUR — Espaço, planejamento e insurgências. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <<http://anpur.org.br/project/anais-do-xvi-ena/>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

DINIZ, Luciano dos Santos. **(Re)estruturação urbana e o processo de gentrificação em Venda Nova — Belo Horizonte/MG**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

DURÃES, Mariana. Preservação da memória de Venda Nova pelas mãos da comunidade. [2018]. **Hoje em Dia**. Publicado em 12 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/preserva%C3%A7%C3%A3o-da-mem%C3%B3ria-de-venda-nova-pelas-m%C3%A3os-da-comunidade-1.678526/casar%C3%A3o-azul-e-branco-venda-nova-1.67852>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

GUIMARÃES, Alice Demattos; TORRES, Ramon da Silva. Festa e cidade: e aí? **Revista Multiface**, Belo Horizonte, v. 2, pp. 6–12, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: A rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro, 2007, pp. 35–56.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**: Revista do departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n. 5, pp. 7–19, 1999.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População dos municípios**. [2018]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 03 fev. 2020

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. [2010]. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. O papel das práticas culturais nos processos de mudança social: olhando através do mapeamento das favelas de Belo Horizonte. In: LIBÂNIO, Clarice de Assis; ALVES, Josimeire (Orgs.). **Periferias em rede**: experiências e perspectivas. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018, pp. 123–145.

LIMA, Benvindo. **Canteiro de saudades**: pequena história contemporânea de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Promove, 1996.

LIMA, Evandro Nunes de. **Teatro Negro e Atitude: corpos negros na cena em Belo Horizonte**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

LISBOA, Geraldo. **O distrito de Venda Nova e um pouco da sua história**. Ibité: D.G.F Edições, 1996.

MAGALHÃES, Felipe N. C.; TONUCCI FILHO, João B. M.; ARAÚJO, Rogério P. Z.; COSTA, Heloísa S. de M. Em busca de rearranjos metropolitanos: uma discussão crítica da proposta de reestruturação territorial do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH. In: XV Seminário sobre a Economia Mineira. **Anais [...]**. Diamantina: CEDEPLAR, 2012. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2012/em_busca_de_rearranjos_metropolitanos.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020

MONDARDO, Marcos Leandro. Identidades territoriais e globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-re-territorialização. **Geo UERJ**: Revista do departamento de Geografia, Rio de Janeiro, ano 11, v. 2, n. 19, pp. 111–137, 2009.

NÚCLEO DO CAPÃO. **Página do movimento**. 2020. Blog no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Córrego-Capão-262102734282003>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. **A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX**. 2004. Monografia (Especialização em História) — Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós-Graduação, Pedro Leopoldo, 2004.

PAIVA, Eduardo França. **Venda Nova: séculos XVIII e XIX — um estudo de história regional**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina**. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

PINHEIRO, Janaina Marx. **(Re)apropriando a centralidade na metrópole**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e cultura**: UERJ, Rio de Janeiro, n. 27, pp. 7–23, jan./jun. 2010.

PBH — Prefeitura de Belo Horizonte. **Plano Diretor da Região Administrativa Venda Nova: Diagnóstico da área — Volume I, Situação atual e tendências da dinâmica urbana**. Belo Horizonte: Práxis Projetos e Consultoria Ltda., 2012. Disponível em:

<[https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/plano diretor/regionais](https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/plano_diretor/regionais)>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PBH — Prefeitura de Belo Horizonte. **Relatório Geral sobre o Cálculo do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte para 2016**. [2018]. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/governo/Relatorio_IQV_U_2016_publicacao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PBH — Prefeitura de Belo Horizonte. **Índice de qualidade de vida urbana**. [2020]. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-qualidade-de-vida-urbana>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

PLAMBEL — Superintendência de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: s.n., 1979.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

SEDRU — Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais. **Termo de referência para contratação de serviços técnicos especializados para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado — PDDI-RMBH**. Belo Horizonte: s.n., 2009.

SILVA, Ana Maria da. **Lembranças... Venda Nova**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

SILVA, William Ribeiro da. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. **Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 8, pp. 107–115, 2001.

SIQUEIRA, Leonardo. Barreiro e Venda Nova vão ganhar unidades do BH Resolve. [2015]. **Portal ConLicitação**. Publicado em 24 mar. 2015. Disponível em: <<https://portal.conlicitacao.com.br/licitacao/noticias/barreiro-e-venda-nova-vaoganhare-unidades-bh-resolve/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SOARES, Ricardo. **Live Brain e Áurea Carolina**. 1 vídeo (59min;57seg). Belo Horizonte. *Live*. Publicado pelo Coletivo Brain Sai com participação de Áurea Carolina, em 17 jul. 2020a. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CCwYa1Ln_D3/>. Acesso em: 25 out. 2020.

SOARES, Ricardo. **Rael e Brain**. 1 vídeo (11min:33seg). Belo Horizonte. *Live*. Publicado pelo Coletivo Brain Sai com participação de Rael, em 24 jul. 2020b. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CB0mGlqHrV7/>>. Acesso em: 25 out. 2020.

SOARES, Ricardo. **Entrevista documentário Cantos e Contos**. 1 vídeo (3min:27seg). Belo Horizonte. *Live*. Publicado pelo Coletivo Brain Sai, em 03 dez. 2020c. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CIVwHuLnWgb/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Dinâmica imobiliária e dispersão metropolitana: notas a partir de transformações socioespaciais recentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais** [...]. Águas de Lindóia, 2013. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st07/8426-dinamica-imobiliaria-e-dispersao-metropolitana-notas-a-partir-de-transformacoes-socioespaciais-recientes-na-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte>. Acesso 02 fev. 2020.

TONUCCI FILHO, João; MONTE-MÓR, Roberto. Avanços e desafios ao planejamento metropolitano: o caso do PDDI-RMBH. In: XV ENANPUR. **Anais** [...]. Recife, 2013. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/162>. Acesso em 12 fev. 2020.

UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte — PDDI-RMBH**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

VAN EIJK, Gwen van; ENGBERSEN, Radboud. Facilitating “light” social interactions in public space: a collaborative study in a Dutch urban renewal neighbourhood. **Journal of Urban Regeneration and Renewal**, v. 5, issue 1, pp. 35–50, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

APÊNDICE I

ENTREVISTA	IDENTIFICAÇÃO	IDADE	GÊNERO	Ocupação	OBSERVAÇÕES
I	MORADOR I	26	F	Auxiliar administrativo	
II	MORADOR II	43	F	Servidora pública	
III	MORADOR III	40	M	Corretor de imóveis	
IV	MORADOR IV	25	F	Estudante	
V	MORADOR V	44	M	Produtor cultural	
VI	MORADOR VI	28	M	Estudante	
VII	MORADOR VII	28	F	Arquiteta	
VIII	MORADOR VIII	29	F	Cabelereira	
IX	William Araujo	37	M	Jornalista	Idealizador do jornal "Norte Livre"
X	MORADOR X	33	F	Publicitária	
XI	MORADOR XI	44	F	Manicure	
XII	MORADOR XII	41	F	Dona de casa	
XIII	MORADOR XIII	27	F	Atriz, produtora e educadora	
XIV	MORADO XIV	29	M	Empresário	
XV	MORADOR XV	49	M	Contador	
XVI e XX	Ricardo Soares	22	M	Servidor da OAB/MG	Integrante do coletivo BrainSai (Foram realizadas duas entrevistas. A primeira em julho de 2019 e a segunda em maio de 2020)
XVII	MORADOR XVII	42	M	Analista de projetos	
XVIII	Marcus Carvalho	39	M	Ator	Diretor e presidente do Teatro Negro e Atitude (TNA)
XIX	Henrique Willer	45	M	Técnico em patrimônio cultural da Fundação Municipal de Cultura	Trabalha no Centro Cultural de Venda Nova e no Centro de Referência da Memória de Venda Nova
XXI	Clarice Flores	23	F	Estudante	Integrante do coletivo ORLA
XXII	Roseli Correia	48	F	Professora	Integrante do coletivo ORLA e coordenadora do Núcleo do Capão

Obs.: Os entrevistados identificados são aqueles que possuem atuações específicas entendidas como relevantes para a compreensão do contexto das entrevistas.

APÊNDICE II

ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ENTREVISTADO (CÓDIGO):

IDADE:

OCUPAÇÃO:

GÊNERO:

E-MAIL:

MEIO DA ENTREVISTA:

INFORMES:

Você está sendo convidado como voluntário a participar de pesquisa de mestrado desenvolvida por Gabriela de Faria Pinho sob orientação da Profa. Jupira Mendonça, do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Peço autorização para a coleta, armazenamento, utilização e descarte de suas informações obtidas através de entrevista. A utilização de suas informações está vinculada somente a este projeto de pesquisa. Não serão divulgadas informações que possam ser utilizadas de forma inadequada. Você não precisa responder perguntas que sejam incômodas. Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

01) IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA

- Para você, o que é o centro tradicional de Venda Nova? Onde começa e até onde vai?

A área de estudo será identificada como “centro de Venda Nova”, de forma genérica. Aqui a intenção é captar a percepção do entrevistado acerca do que ele entende como o centro de Venda Nova.

02) RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

- Você tem alguma relação com a área? Se sim, pode descrevê-la? (com qual frequência frequenta a área, com qual objetivo etc.)

- Você frequenta a área sozinho ou em grupo(s)? Se em grupo(s), pode descrevê-lo(s)?

Aqui espera-se que o entrevistado descreva como se dá sua relação efetiva com o território, ex.: se trabalha na área, se frequenta o comércio, se frequenta algum espaço específico, se pratica alguma atividade ou grupo etc.

03) IDENTIFICAÇÃO

- O que esta área significa pra você? Você se identifica com a área? Se sente à vontade na região? Se sente confortável ao frequentar? Se sente pertencente àquele espaço? Pode descrever o porquê?

- Participa ou já participou de algum movimento, grupo ou manifestação e atividade que se relacione com a área e/ou aconteça nela?

- Como as pessoas do seu grupo se sentem nesta área? O grupo se sente à vontade? Se sente parte de uma comunidade?

Aqui espera-se que o entrevistado descreva (se houver) sua relação com a área no âmbito do senso de pertencimento e de comunidade, e de que forma essa identificação se territorializa na área, se há engajamento através de algum movimento ou grupo etc.

04) IDENTIDADE

- De acordo com a sua percepção, você consegue identificar uma identidade local? Percebe se há um senso coletivo de comunidade? Se as pessoas que frequentam se identificam com a área, e se sentem pertencentes?

- Na sua percepção, há uma comunidade organizada nesse território? Você conhece ações coletivas, grupos ou movimentos que acontecem e/ou se relacionam com a área? Se sim, pode descrevê-los?

- De forma geral, você acha que os moradores de Venda Nova se sentem de que forma com relação à área? Se sentem à vontade? Se sentem pertencentes? Você acha que há diferença em como as pessoas veem esta área?

Aqui espera-se que o entrevistado discorra sobre sua percepção da existência ou não de uma identidade local, mesmo que o entrevistado não se sinta pertencente a ela.

04) NOVOS CONTATOS

- Você pode indicar uma ou duas pessoas que possam ser entrevistadas também?

01 –

02 –